COLECÇÃO STVDIVM
TEMAS FILOSÓFICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

G. Roux

ORGANISAÇÃO DO ESTADO NOVO ITALIANO

(Estudo de Direito Politico)

Tradução de

Fernando Miranda

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra

2.ª edição

1937
LIVRARIA ACADEMICA
SARAIVA & C.ª — editores
15, Largo do Ouvidor
S. PAULO

DIGITALIZADO
PELA
BIBLIOTECA
NACIONALISTA

BIBLIOTECA
NACIONALISTA
bibliotecanacionalista1.blogspot.com
bit.ly/bibliotecanacionalista (drive)

PREÂMBULO

A Itália antiga foi cuidadosamente estudada: a nova, ainda não. Para a conhecer é indispensável, antes de mais nada, vê-la e é sempre esta a última coisa que se faz. Escreve-se àcêrca da Itália, discursa-se, faz-se polémica, dizem-se coisas, vitupera-se, faz-se tudo, menos ir lá ver. E, geralmente, quando se lá vai, é nas piores condições; viagens em séries, rebanhos com cornacas. As Agências de viagens matam as viagens. Quanto mais se viaja, menos se sabe viajar. Alguns vão sòzinhos: peregrinos para quem Roma é o Papa, artistas que só vêem os museus, ricaços freqüentadores dos Palaces e da baía de Nápoles. Sem levar em linha de conta os nossos preconceitos e as nossas reservas políticas. A Itália cheia de vida de 1932 poderia ser no Kamtchatka que não nos seria mais desconhecida. Se nos

lembrarmos que êsse país fica junto ao nosso, que é habitado pelo povo espiritualmente mais próximo de nós, falando uma língua de tal forma semelhante à nossa que chega a confundir-se com ela e se considerarmos as nossas polémicas, as nossas questões e os nossos ódios, se pensarmos em tudo o que nos une e nos separa, não podemos deixar de sentir uma profunda tristeza. O desconhecimento e desinteligências recíprocas hoje existentes entre os Italianos e os Franceses, são uma lição, um vislumbre do destino das Nações! Como os povos estão longe uns dos outros! Uma fronteira é um abismo ainda mais fundo do que geralmente se crê.

Essa Itália nova, terra desconhecida, impressionou-me bastante. Mas, ao mesmo tempo, continuei a folhear a sua longa História, buscando os seus traços eternos e procurando saber se não haveria leis constantes da sua política. Foi a pergunta que me obsediou e à qual não me envaideço de ter respondido.

Eu quis, sobretudo, pintar a Itália de hoje tal como ela é, procurando, por vezes, estabelecer as suas relações com o passado e discernir as directrizes do seu futuro, tentando, principalmente, escrever sôbre ela com êsse espírito de exactidão e de justiça que é uma das formas da honestidade.

859

CAPÍTULO PRIMEIRO

A Itália

Durante muito tempo a palavra Itália designou apenas a parte central e meridional da Península. Todo o território ao Norte dos Apeninos e a grande e rica planície do Pó, constituia a Gália Cisalpina, habitada por tribus celtas, como a província do outro lado dos Alpes, a nossa actual Provença. A Gália Cisalpina seguiu a sorte da Gália Transalpina até ao fim da Idade-Média; só então se destacou da nossa órbita para entrar definitivamente para a da Itália.

A Itália, hoje, é tôda a Península geográfica. Uma e outra confundem-se politicamente. O Estado italiano determinou definitivamente as suas fronteiras alpestres no fim da última guerra. A Itália actual é, pois, essa península, meridional, estreita e montanhosa. O que nos leva a quatro constatações.

Primeira constatação: A Itália está ligada ao continente pelos Alpes, essa gigantesca cadeia de montanhas, a maior do velho mundo, e de todos os outros lados está cercada pelo mar. A Península é, com inteira verdade, uma península. Daqui vêm as conseqüências seguintes:

1.º — A Itália tem, do lado da Europa, uma fronteira difícil. A sua situação é diferente da da França, suficientemente protegida dos outros lados, mas absolutamente aberta sôbre a planície germânica, ficando, além disso, exposta, em primeiro lugar, a sua parte mais rica e mais próxima de Paris, a sua capital, essencial num país centralizado como o nosso. Há uma porta comum à Europa e à França. A Itália é muito menos solidária com a Europa, do que a França.

2.º — Pelo contrário a Itália desenvolve-se em pleno Mediterráneo. É dêsse lado que a vitalidade italiana encontrará a sua expansão natural. As terras mais ao seu alcance, são: dum lado a margem do Adriático, a antiga Iliria, do outro, a costa de África, a antiga Cartago. A política de expansão da Península tomará, inevitàvelmente, uma direcção balkânica e uma direcção africana.

Segunda constatação: O Estado italiano é, pela sua latitude geográfica, um Estado meri-

dional. Não podemos julgar à luz da nossa mentalidade as coisas que se passam além dos Alpes. Existe uma óptica italiana pela qual deve ser examinado êsse povo ardente, imaginativo e efervescente. Como todos os homens do sul, o Italiano é, ao mesmo tempo, materialmente sóbrio e fácil de embriagar espiritualmente. A sua sensibilidade explica as mudanças bruscas do seu espírito. O seu carácter é vivo, inconstante um pouco versatil, levando-o aos gestos e à violência. A História de Roma, desde a sua origem até hoje, é uma espantosa sucessão de conjurações, de conspirações, de motins, de insurreições, de revoluções. A crise é, por assim dizer, o estado endémico da Península. A impressionabilidade do Italiano provém do facto de, geralmente, ser mediocremente instruído; o Estado demasiadamente novo não tem os seus quadros completos e o povo está ainda bastante atrazado, pois vive, principalmente, no campo e nas aldeias dispersas por um país caótico, sem fáceis meios de comunicação. Daqui provém uma vida patriarcal. Ao contrário do que se diz, na Península os costumes são mais castos e o sentimento de família está muito desenvolvido. O Italiano gosta muito das crianças, dos *bambini*. Não é mau, é, até, naturalmente bom, quási sempre

afável. Desperta, ràpidamente, a simpatia e começa-se, desde início, a apreciar a sua companhia, uma das mais agradáveis que conheço. É um povo com grandes qualidades de coração e de espírito, inteligente e fino. Talvez tenha mais finura que bom senso. Como todos os meridionais, aprecia o ruído, o prestígio e a ostentação; no fundo, há nêle uma grande simplicidade, quási ingenuidade e até puerilidade. Aparece-nos, com freqüência, amàvelmente primitivo. A familiaridade é o tom da Península. As classes não têm o aspecto de castas. A burguesia é diminuta. Já assim era na antigüidade; como a antiga Roma, a nova não possue classe média. Numa e noutra, nenhum dêsses centros estabilizadores, elementos de equilíbrio. Notemos ainda o gôsto natural do movimento. O Italiano gosta da velocidade e esquece, com freqüência, o papel necessário do tempo. Um dos seus defeitos é a precipitação.

Terceira constatação: Estreita e estendendo-se do Norte ao Sul, a Península abrange várias latitudes. Essas diferenças geográficas e naturais, agravaram-se, no decorrer da História, com diversas influências estrangeiras, que uma unidade recente ainda não conseguiu fazer desaparecer. Aglomerado político muito recente, a Itália só agora princípia a realizar a

sua perfeita unificação moral. O Norte, é a Gália Cisalpina, é o nosso Ocidente. O Sul, submetido a invasões gregas, árabes, espanholas, é o Oriente. Roma, a capital, encontra-se justamente ao meio das duas paralelas, na intersecção das duas tendências, na encruzilhada dos dois mundos. Roma tem para nós, Franceses, um cheiro que nos desconcerta: é o hálito do Oriente, que impregna os palácios e faz compreender os métodos, às vezes estranhos, da política italiana e da sua diplomacia. Por vezes a Itália lembra a mais balkânica das potências ocidentais senão a mais ocidental das potências balkânicas. A política romana parece marcada, ao mesmo tempo, pela tradição de ordem latina e pelas influências dum misticismo oriental. Esta dualidade é, adentro do Fascismo, simultâneamente disciplina e fé. Notemos de passagem que o Norte da Itália foi sempre a parte mais importante. Sempre teve a tendência de dominar a Península. De lá partiram todos os movimentos interessantes, incluindo o Fascismo. Há uma eterna supremacia da parte Norte sôbre a parte Sul.

Quarta constatação: a Península é quási tôda ocupada por montanhas. Só existe uma grande planície: a Gália Cisalpina. O resto do país é uma série de colinas rochosas. Por tôda

a parte, um solo pedregoso, ingrato para a cultura. Só magras plantações conseguem vingar nêle: vinhas, oliveiras, larangeiras, limoeiros... agricultura pouco rendosa. Para cúmulo de infortúnio, um sub-solo paupérrimo: nem carvão, nem petróleo, uma reduzida porção de ferro. Pode dizer-se que não há nenhuma exploração de minas. Pouca indústria com vida. A Itália é pobre. Essa indigência é, talvez, a sua característica mais impressionante. Nêsse território miserável, com a superfície de dois terços da França, vivem mais de 42 milhões de habitantes. A Itália, o quarto estado da Europa pela sua extensão, é o terceiro quanto a população e o segundo quanto à densidade. Ela e a Alemanha são os países de população mais densa do nosso continente. Para os seus 42 milhões de habitantes, dispõe apenas duma reserva de oiro de 7 biliões de francos, enquanto que a França, para os seus 40 milhões de habitantes, possue 68 biliões de oiro.

O mais curioso é que a Itália é pobre, não sòmente em relação com o mundo moderno, mas também duma maneira absoluta e permanente. Tôda a gente sabe que a Itália viveu sempre com dificuldades. Em duas épocas da sua vida, na antiguidade imperial e na Renascença do século XV, pareceu rica, mas por

razões exteriores. Por ocasião da Renascença, a Itália era a única nação civilizada dum continente bárbaro. Comerciou com a sua indústria. Na antigüidade a riqueza da Itália não provinha da sua agricultura, tão miserável como a de hoje e cuja pobreza comovia Cícero. Também não lhe provinha dum elevado grau de civilização, cujo nível, no fim da República, era inferior ao dos outros povos do Mediterrâneo. Só as conquistas enriqueceram Roma. A sua fortuna era o seu exército de camponeses simples, rudes e sóbrios. Foram as guerras que fizeram rica a capital do mundo. Nêsse tempo a vitória não se reduzia a um benefício moral. A guerra não era limitada e, até certo ponto, castrada pela rêde das nossas economias modernas. Era a guerra integral. Tudo pertencia ao guerreiro, o que não era destruído ou passado a fio de espada tornava-se propriedade do vencedor. Os templos e as cidades eram postos a saque, os prisioneiros carregados de ferros. Depois de cada conquista o espólio e os escravos seguiam pelas estradas para Roma. A quando da conquista de Gália a pilhagem foi tão desavergonhada que provocou os epigramas vingadores da Catilina e os violentos protestos de Catão no Senado. Essa gigantesca operação financeira permitiu a Cesar corromper a capital e elevar-se ao poder. As guerras

eram tão rendosas que se tornaram o grande recurso, não só dos particulares ambiciosos, mas também do próprio Estado. Era com elas que se contava para encher o Tesouro Público. Foi tal o desenvolvimento das guerras que os cidadãos romanos terminaram por ser libertos de impostos. Após cada emprêsa diminuia-se a taxa e chegou, por fim, um dia em que os cidadãos romanos poderam viver dos impostos dos outros. A História de Roma é a da maior exploração comercial que tem havido no mundo. Uma vez as colonias libertadas, a metrópole voltou à sua mediocridade específica. É a história da decadência da Espanha e a actual de Inglaterra.

Essa pobreza de sempre condiciona a Itália, e até mesmo o carácter do seu povo. A indigência e a humilhação, rebaixam. Ela explica muitas das atitudes medíocres da população italiana. Como, além disso, desperta êsse sentimento natural que se chama inveja, pode levar à revolta dos desprotegidos da sorte contra os priveligiados. Chegamos assim a perguntar a nós proprios se, para um povo tão ardente sôbre um solo tão pobre, para uma raça de tal forma prolifica e alegre, encerrada num país que não lhe pode fornecer boas condições de vida e cujas portas foram fechadas à emigração, a conquista e a guerra não serão

a única possibilidade duma vida melhor, a única indústria viva, o eterno recurso nacional? Examinemos bem a História da Península: nela encontramos duas fases que parecem alternar. Ou a Itália está polìticamente desunida e a sua actividade se consome no interior, em lutas intestinas, lutas das cidades da Renascença ou lutas dos partidos democráticos. Ou a Itália constitue um todo único e então tem a consciência de tudo o que produz o seu desiquilibrio; tende, então, necessàriamente a espraiar-se. É o «drama italiano». Aparece-nos hoje claramente porque, pela primeira vez depois do Império dos Cesares, o fascismo realiza completamente a unificação do país.

A Itália recorda os seus filhos segundos: boa raça, sem dinheiro e quando se sentem fortes, aventureiros.

CAPÍTULO SEGUNDO

Aparecimento do Fascismo

A Itália fragmenta-se com a queda dos Cesares e nessa situação permanece durante quinze séculos. Só nos meados do século XIX readquire a sua unidade.

O novo Estado italiano constitue-se sob a forma duma monarquia parlamentar. A partir do século XVIII e de Montesquieu, tôda a Europa copiava a Inglaterra; essa ilha excêntrica sem intimidade com o resto do continente, servia-lhe de modêlo. Infelizmente, o sistema liberal adapta-se mal a um povo latino com sangue oriental à mistura, individualista até à anarquia, com um pouco de fatalismo. A liberdade era um presente perigoso para essa nação nova, bruscamente entregue a si mesma, chegando à maioridade sem a necessária preparação.

Não comparemos com a França a Itália do

princípio do século XX. Em 1914 a Itália tinha sessenta anos de existência, a França seiscentos: a Itália sessenta anos de direitos políticos, a França cento e vinte, — cento e vinte anos cheios de multiplices experiências, com a prática de cinco ou seis sistemas diferentes e outras tantas revoluções. Há, no nosso país, uma experiência e um grau de formação política que permitiram a constituïção de quadros de servidores do Estado que, depois dos Ingleses, são os melhores da Europa. Outros povos os não têm e ressentem-se disso. Por exemplo, a Alemanha depois da guerra: saindo dum regimen feudal, não soube tornar a constituir uma aristocracia; e êsse grande corpo naturalmente mole, tornado invertebrado, segue ao sabor da corrente, balouçado por movimentos confusos. A aplicação prematura duma constituïção democrática produz, em tôda a parte, os mesmos sintomas, formas clínicas da anarquia. Entre os povos latinos, que possuem uma instintiva reacção de ordem, essa ordem expontânea termina, geralmente, por se traduzir por uma ditadura qualquer. Durante o período 1871-1914 o exercício regular da democracia foi por tal modo impossível na Itália que, de facto, não chegou a existir e, como na Espanha, o regimen parlamentar não passou dum govêrno de facções. Houve um

absolutismo de classes. Sob o longo domínio dum Giolitti, a Itália não cessou de se assemelhar aos antigos Estadozinhos italianos, de que um historiador dizia «que eram como as cidades gregas, repúblicas ingovernaveis, desconhecendo o repouso e que passavam, sem interrupção e sem motivo, da maior liberdade à mais dura tirania». Assim continuava a História. Cesares antigos, príncipes da Renascença, políticos do século XIX, Duces fascistas; há uma tradição italiana de tirania. Deve corresponder ao seu desejo de ordem e à sua incapacidade para a assegurar. Drama eterno dum país onde a liberdade degenera ràpidamente em abuso. Estas condições, um tal hábito de sujeição e uma tal inexperiência política tornavam impossível a edificação dum Estado democrático verdadeiramente sólido.

Um outro obstáculo provinha da natural hostilidade do povo italiano contra a própria noção de Estado. Em França, séculos e séculos de monarquia, a primeira República e o Império, criaram uma forte tradição de Estado nacional.

Aqui, dava-se exactamente o contrário. Na Itália dividida, o Estado era quási sempre representado por dinastias estrangeiras. Em virtude da longa sujeição dos Italianos a príncipes estrangeiros, o Estado era olhado como

o instrumento duma dominação detestada. O Estado era impopular. Quando se pensa na extraordinária diversidade dos reis de Nápoles: Normandos, Alemães, Franceses, Espanhóis, compreende-se que os defeitos naturais dos Napolitanos não fôssem corrigidos por qualquer sentimento cívico. O único soberano verdadeiramente italiano, o Papa, é impróprio para o Govêrno temporal. Por esta dupla razão de improviso e de descrédito, o Estado italiano só entre 1871 e 1914 se constitue. O povo, durante longos anos habituado à servidão e a uma servidão estrangeira, dificilmente desperta para uma vida nacional e livre.

Êsse Estado tão frágil e tão discutido recebe bruscamente um grande abalo: a guerra. A guerra de 1915 é a primeira grande manifestação nacional de tôda a jóvem Itália. As operações militares parecem mediocremente conduzidas. A paz vem juntar-lhe as suas decepções. Tinha-se decidido a intervenção confiando no acôrdo de Londres de 1915 que dava à Itália, àlém duma parte da Ásia Menor, tôda a costa dalmata hoje pertencente a Iugoslávia. Essas promessas não são cumpridas. Os sacrifícios pesadíssimos parecem desorganizar a Itália.

Mas despertara-se a alma da Nação. O en-

tusiasmo da intervenção, o dos primeiros sucessos, os retraimentos depois das derrotas, o grande orgulho depois de Caporetto, enfim a vitória final, tôda essa tensão sagrada como que depurara a Itália num cadinho infernal. Por isso, em 1918, enquanto o Estado saía diminuido, a Nação saía engrandecida. Desta antítese vai surgir o drama. O heroísmo dos homens sustentara o Estado; acabada a guerra, terminado o esfôrço, retirados os andaimes, apareceu o velho edifício com todos os seus defeitos. O Estado deixando de ser sustentado pela virtude do povo, parece prestes a ruir.

Para resolver a crise, o regimen usa dos processos habituais das democracias: a arenga. Reúne-se uma comissão de trezentos membros, a «Comissionissima». Patenteia-se a impotência do Estado. A desordem chega ao cúmulo; os Comunistas apoderam-se de alguns pontos e tentam uma organização marxista; mas nêsse país de pequena indústria são em número diminuto; àlém disso, falta-lhes um chefe. Espontâneamente, organiza-se uma resistência. Uma reacção sai das massas, apoiando-se ao mesmo tempo nos elementos burgueses e nos desmobilizados descontentes. Um pouco por tôda a parte organizam-se núcleos de combatentes e de jóvens. A luta é rápida. Os bolchevistas são aniquilados e a

sua tentativa naufraga. O Comunismo está eliminado; o pequeno partido fascista tenta, durante uns tempos, os meios legais e parlamentares. Só encontra decepções. Parece-lhe que se combate no vácuo. O maior dos parlamentares italianos, Giolitti, afasta-se da política. Na Península já só restam os pobres resíduos dum sistêma decadente. A insígnia vencedora dos lictores só encontra na sua frente a anarquia.

Encorajados pelos seus primeiros sucessos, os fascistas pedem a reforma do Estado. Respondem-lhes com discursos. Marcham sôbre Roma. O Ministério propõe a proclamação do estado de sítio. O Rei hesita e só se decide a assinar depois de ter feito perder um tempo decisivo. Na capital desarmada os bandos fascistas entram sem resistência. O Ministério pede a demissão. O Rei manda chamar Mussolini. Mussolini pede quatro pastas. Os grupos parlamentares recusam-se a colaborar com êle. Ou tudo ou nada. Mussolini toma conta de todo o poder. Em 30 de Outubro de 1922, os fascistas tornam-se, sùbitamente, os Senhores da Itália.

Os práticos sorriem. Um velho embaixador de França prediz a essa gente o máximo seis meses de existência. Com efeito, ei-los atrapalhados com a sua vitória. Como pessoal: aven-

tureiros. Como doutrina: algumas ideias primárias. Tudo o que era preciso para cair, no meio do ridículo e do odioso. Mas uma vontade firme até à teimosia, uma confiança em si ingénua como uma fé e um chefe que tinha o dom do mando. Lançaram-se ao poder como a uma nova aventura, de cabeça para a frente. E sucederam-se dez anos de hesitações, de esforços, de erros, de trabalho, de faltas, de crimes até, dez anos de paixão que revolveram a Itália como uma lavoura funda, dez anos que hesitamos, ao mesmo tempo, em condenar e em aprovar, que ainda é mesmo impossível julgar, mas após os quais é conveniente demarcar o terreno e medir a obra realizada.

CAPÍTULO TERCEIRO

Princípios do Fascismo

Bruscamente surgido e bruscamente elevado ao poder sem doutrina pre-estabelecida e sem verdadeiro programa, o fascismo, a princípio, foi apenas um movimento indefinido. Pascal escrevia a M. de Roannez: «Primeiro a coisa agrada-me, as razões aparecem-me depois». Mussolini disse: «A acção existia antes da teoria». O que em nove anos se edificou sob o nome de doutrina fascista é uma construção posterior ao movimento e não anterior como geralmente sucede. Enquanto que o Manifesto de 1917 precedera a Revolução russa e que a nossa Revolução francesa foi uma longa série de sistemas, um longo e sangrento conflito de doutrinas, na Itália, só mais de três anos após a conquista do poder se inicia a reforma constitucional e só passados cinco anos se vê aparecer o monumento legis-

lativo mais importante: a Carta do Estado corporativo. Disse-se do Fascismo que era uma revolução com «retardador».

Constituiu-se no meio da imprevisão e das hesitações, elaborando a sua filosofia ao mesmo tempo que se via forçado a governar e sujeito à disciplina das realidades. A sua teoria foi aferida, durante a sua organização, na pedra de toque dos factos. Tôda a doutrina fascista é uma construção experimental. É isto que distingue, no fundo, o Fascismo do Bolchevismo moscovita surgido, também êle, da guerra e das ruínas duma decomposição política. O Comunismo russo provém directamente dos princípios de Karl Marx. Dando aos adjectivos o seu sentido gramatical, podemos escrever que o Comunismo, edifício de pura lógica, é racional, ao passo que o Fascismo é empírico. Cada um dêles tem os defeitos e as virtudes próprias dessas espécies de estados. Tudo o que é doutrinário parece mais firme, tudo o que é empírico, mais adaptável. O Comunismo é um sistêma espiritual mais imponente, mas o Fascismo tem provado ser mais prático. Êsse espírito de adaptação parece ser, precisamente, um dos traços essenciais do carácter italiano. Êle explica o à-vontade com que o Fascismo foi buscar homens e ideias um pouco a todos os partidos, a tôdas as classes sociais

e a tôdas as doutrinas, mesmo as mais opostas. O Vaticano recordou um dia, não sem malícia, que os actuais chefes do Fascismo provêm, quási todos, dos antigos agrupamentos maçónicos e anti-nacionais. No cadinho, lançou-se de tudo. Uma frase de Mussolini é característica: «A fôrça do Fascismo consiste no seguinte: aproveita a parte interessante de todos os programas e realiza-a.» Num outro dos seus discursos disse o Duce: «Não acreditamos em programas dogmáticos, espécie de quadros rígidos que quereriam conter e sacrificar a variável, cambiante e complexa realidade.»

Êsse carácter experimental é essencial para a compreensão do Fascismo; êle explica as contradições sucessivas, as oscilações contínuas e o pasmoso amálgama de ideias conservadoras e de ideias revolucionárias, tudo o que desorienta os Franceses lógicos e cartesianos.

Êle explica, também, como, nascido da acção, o Fascismo quere ser a glorificação da acção. O Fascismo divinisa a acção. Há-de ser essencialmente dinâmico. Foi êsse dinamismo que lhe deu e lhe dá ainda hoje uma grande fôrça de impulsão e de atracção fazendo, em parte, compreender tanto a sua política interior como a exterior, a sua influência sôbre

a mocidade e todos os seus caracteres fundamentais.

Explica, finalmente, porque o Fascismo, chegado ao poder sem preparação, foi forçado a conservar as construções existentes e como, à medida que se desenvolvia, lhes foi sobrepondo a sua própria construção. Daqui provém a dualidade da Itália de hoje: uma fachada antiga: Rei, Senado, Prefeitos, Cidadãos; um edifício novo: Duce, Grande Conselho fascista, Comissários fascistas, Melicianos fascistas. A cada organização parece corresponder um organismo fascistà destinado a vigiá-la: ao Rei o Duce, ao Senado o Grande Conselho, aos Prefeitos os Comissários, aos Cidadãos os Membros do Partido. O estrangeiro, mesmo o mais despreocupado, tem, logo na fronteira, uma visão flagrante desta sobreposição: nos combóios a vigilância é assegurada por funcionários regulares, acompanhados por milicianos especiais; e isto é um símbolo de tôda a Itália. O novo regimen não cessou de aumentar de importância, ao passo que o antigo se esvasiava constantemente da sua substância vital. A fachada ainda de pé engana os observadores superficiais.

O carácter congénito do Fascismo é a hesitação, a improvisação e o empirismo. Só principiou a precisar-se no dia em que, êle, o

simplista e o primário, encontrou um associado espiritual. Na Marcha sôbre Roma de 1922, as camisas negras dos bandos de Mussolini foram acompanhados pelas camisas azues dos membros dum agrupamento hoje esquecido, mas que, na evolução italiana, desempenhou um papel decisivo: a Idea Nazionale. Fundada alguns anos antes da guerra sob a influência bem marcada das teorias de Maurras, a Idea Nazionale lembrava um pouco a nossa Acção Francesa. Era apenas formada por alguns intelectuais. Após a conquista do poder, o Fascismo e o Nacionalismo principiam por cohabitar, depois fundem-se em 1923 sob o nome de Partido Nacional Fascista. É dêsse amalgama que Mussolini retira o elemento espiritual que faltava ao seu movimento para o prolongar e fazer dêle alguma coisa mais que uma curta aventura. Nas teorias nacionalistas encontra o Duce o apoio doutrinário de que necessita: a ideia nacional será o centro do seu sistêma político. E, como êle e alguns dos seus colaboradores são antigos socialistas, vão juntar-lhe as suas concepções sociais. O Nacionalismo aparece como a compensação conservadora ao que há de revolucionário no Socialismo de Mussolini. Essa combinação de equilíbrio é o resumo do Fascismo. No campo político: Nacionalismo; no campo social: So-

cialismo. Nêste capítulo apenas falaremos do campo político.

O Fascismo é, etimològicamente, o «feixe», de tôdas as fôrças vivas da Nação. Por meio dêle o aglomerado a que se chama Nação toma forma no Estado, identifica-se e confunde-se com êle. Como regimen político, o Fascismo pode definir-se como a integração total da Nação no Estado. O Estado já não é só uma soma de cidadãos, é uma entidade própria, a entidade essencial. O indivíduo desaparece, apaga-se diante da colectividade Estado. Nos sistêmas liberais e democráticos, a unidade é o indíviduo; no sistêma Fascista, a unidade é o Estado. Já não se procura a felidade do indivíduo, mas a grandeza do Estado. Na concepção democrática o Estado tem por função essencial assegurar a liberdade individual e coordenar e arbitrar as diferentes liberdades individuais de que é o tutor; no Fascismo, o Estado sendo em si mesmo o fim último da actividade do indíviduo, deixa de existir a liberdade individual como valor próprio e independente. O ministro Rocco escreve: «os velhos sistêmas ignoravam que os indivíduos tomados isoladamente têm um valor quási nulo, apesar disto ser uma realidade na vida social»; e noutro ponto: «a sociedade deve ser considerada na continuidade da sua

existência, que ultrapassa a dos indíviduos, elementos transitórios. Ao predomínio do indivíduo sôbre a sociedade, substitue-se o predomínio da sociedade sôbre o indivíduo.» O indivíduo não passa dum instrumento ao serviço do Estado, que é tudo. O Estado fascista é soberano em tôda a acepção da palavra. É «o» Soberano. É o Estado-Rei, é até o Estado-Deus, porque «a sua supremacia é uma lei divina»; espécie de culto a que o Papa Pio XI, chamou «Estatolatria». Num estado fascista não há cidadãos; falando rigorosamente só há subditos.

Esta ampliação da noção de Estado e da sua função é um fenómeno incessante há mais dum século e que parece paralelo ao desenvolvimento das formas económicas. No campo político, como no campo económico, o indivíduo desaparece diante da colectividade. O poder concentra-se cada vez mais nas mãos do Estado. O original, no Fascismo, é o facto de, nêle, o Estado se separar nitidamente do indivíduo e de se atribuir fins particulares independentes e superiores aos fins individuais.

Isto leva a uma primeira conseqüência: desde que, em regimen fascista, a forma da vida política e social deixa de ser individual, para passar a ser colectiva, o Fascismo será um regimen colectivista com tôdas as conse-

qüências morais e sociais que disso resultam. O ministro Rocco escreve: «A Sociedade é formada por uma série de agrupamentos que se cruzam e coexistem orgânicamente». Êsses agrupamentos, vamos encontrá-los ao estudarmos os detalhes da vida política e da vida económica da Itália fascista.

Uma segunda conseqüência é a extensão indefinida das pretensões do Estado. Rocco escreve: «O Estado fascista é de todos os Estados o que realiza a organização da Sociedade com o máximo de fôrça e de coesão. Em todos os campos da vida colectiva tem a sua função e a sua vontade próprias. O Estado fascista tem a sua moral, a sua religião, a sua missão política no mundo, a sua função de justiça social, e, finalmente, a sua concepção económica». É êste programa considerável que o Fascismo traduz dizendo que é «totalitário», querendo com isso exprimir que pretende abarcar tôda a actividade do homem. Sôbre cada ponto tem a sua ideia, a sua doutrina, o seu programa. É universal. Ao indivíduo, seu subalterno, impõe o seu universalismo e substitue o livre arbítrio pela sua decisão; dirige-o, dá-lhe ordens, vigia-o em todos os momentos da vida. Tôdas as fases da existência dum Italiano estão regulamentadas. O povo está submetido a uma disciplina de ferro. A vigilância chega até à vida

privada, pode até dizer-se que já não há vida privada. Há uma maneira fascista de pensar, de andar, de casar, de amar... O Partido vigia até as declarações de impostos dos seus membros. Preocupa-se com o número dos filhos de cada um dêles e mais longe veremos que vai substituir-se aos pais na sua obra de educação. A indiscrição era já um dos defeitos da familiariadade italiana. Calcule-se como será num regimen dêstes! Como êle nos parece incómodo, a nós Franceses, querendo regular tudo numa disciplina estricta! Uma severidade implacável está na ordem do dia. «Precisamos tornar-nos um povo duro», disse Mussolini. Afectam-se ares terríveis. A velha alegria italiana desaparece diante da vontade de ser sombrio e de estar sempre, como disse o Duce «com os punhos fechados e o rosto contraído». As cidades italianas chegam a parecer tristes. É a virtude obrigatória, a virtude apaixonada: os Fascistas parecem viver num perpétuo estado de tensão e de exaltação. Representa-se o Cid Campeador durante todo o dia. Tudo isto é magnífico e insuportável. O facto de, durante nove anos, o povo italiano se ter sujeitado a isto sem revolta sensivel, é ainda o que mais admira.

O Fascismo quere estar em tôda parte e ser tudo. Só nêle deve haver vida. «Nada fora

do Fascismo», proclama Mussolini: «Tudo dentro do Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado». Para essa gigantesca emprêsa de açambarcamento, tudo o que é estrangeiro é suspeito. Não há neutralidade possível, a palavra repugna. Só se admite a adesão total ou a posição de adversário. Todo o indivíduo e tôda a organização não facista, são considerados como uma fonte virtual de hostilidade. A eliminação de todos os corpos estranhos é a preocupação constante do regimen. Pretende-se a unificação absoluta da vida espiritual da Península e parece organizar-se um vasto plano de destruïção de tudo o que possa vir um dia a constituir um obstáculo a essa uniformidade.

Totalitário, absoluto, intransigente e intolerante, o Fascismo é uma terrível ditadura do Estado sôbre o indivíduo. É êste o seu carácter mais impressionante para nós, Franceses, que temos sabido conservar ainda quási intacta essa velha liberdade francesa que consideramos a nossa mais preciosa regalia. O Francês continúa a ser o autor da Declaração dos Direitos do Homem, por êle espalhada através de tôda a Europa; considera-se sempre um pouco como o pai da liberdade individual e tem por ela um amor paternal. Qualquer amputação que lhe seja feita choca-nos não só

em si própria mas também como uma injúria quási pessoal. Êsse gôsto muito acentuado pela liberdade é um dos caracteres essenciais dos meus compatriotas. Há entre nós aquilo a que Rebospierre chamava «o despotismo da liberdade». Recusamo-nos a admitir a geral «decadência da liberdade». Não vemos que se trata simplesmente da passagem da política pura para a política económica, da transposição corolária da liberdade, do plano individual para o plano colectivo e da substituïção duma nova noção de «liberdade das colectividades» à velha noção de «liberdade dos indivíduos». Julgamo-nos pessoas com a evolução completa e pensamos que o colectivismo só serve para as massas retardatárias enquanto que nós somos dignos do individualismo. Pretendemos continuar a ser uma nação individualista e lutar contra a corrente universal que parece arrastar a civilização para o colectivismo. Não sei se poderemos resistir eternamente, mas esta reacção não deixa de ter a sua virtude e eu acho no nosso sentimento uma espécie de ar aristocrático, à maneira inglesa.

Se a ditadura italiana, pelos seus princípios, olhados em si mesmos, nos devia ser antipática, ainda menos simpática se nos tornou pela aplicação que fêz dêsses princípios. Êsse

regimen, produto da anarquia, patenteia todos os caracteres imoderados duma violenta reorganização. Montesquieu notara-o: «Não há autoridade mais severa que a do Príncipe que sucede à República, porque tem tôda a fôrça do povo que não se soubera limitar a si próprio.» Nos primeiros anos, as violências dos fascistas, as suas exacções, os seus crimes, tudo isso provocára a nossa profunda repulsa, mas tudo se podia justificar pelo calor duma revolução. Tais erros, se tivessem sido acidentais, poder-se-iam compreender.

Mas continuaram. O Fascismo ampliou até à exasperação êsse princípio da acção, de que partira. A fôrça tornou-se um dogma. Como Georges Sorel, Mussolini crê que a violência é criadora, declara que, em si mesma, ela é moral e erigia em ideal. O Fascismo é a violência. Digamos a palavra exacta, é a brutalidade. Essa brutalidade é o direito, é a regra. Se hoje as suas aplicações diminuem em número, é pela eliminação dos adversários, mas não por qualquer abandôno de princípio. Sempre que surge a ocasião, o sistema reaparece com tôda a sua virulência. De tempos a tempos vêem-se-lhe, ainda, as obras; e essas manifestações, surgindo no ambiente sossegado, são ainda mais impressionantes. Confrangem o

coração. Há momentos em que o levam a revoltar-se.

O Fascismo é tirania e opressão, não acidentalmente, mas no seu estado normal. Não tolera nenhuma manifestação de liberdade, não há Imprensa independente, nem mesmo êsses libelos secretos que circularam sob tantos regimens autoritários. Decorridos nove anos, a Milícia fascista continua a proceder a uma espécie de ocupação militar do país e sente-se ainda pesar uma atmosfera de guerra civil. Os Italianos sempre tiveram um fraco pela delação. Hoje em dia, ela desenvolve-se como soberana, estendendo por tôda a parte a sua rêde inquietadora. Como o Bolchevismo, o Fascismo criou um organismo autónomo, de polícia política: a Ovra. Tem espiões em todos os meios: advogados e senhoras da alta sociedade exercem a profissão de indicadores. Não se pode confiar em ninguém. Só alguns padres, sob o segrêdo da confissão, podem ainda prescrutar o fundo das almas. Um prelado do Vaticano dizia-me um dia que metade da Itália passava o tempo a espionar e a denunciar a outra metade. Roma, a capital, está coberta de moscardos. É o domínio da baixa polícia.

Os regimens de despotismo desenvolvem sempre demasiadamente as suas polícias. É que, para êles, a questão da queda põe-se duma

forma diferente daquela por que se põe para as nossas fáceis democracias. Um dos nossos Presidentes do Ministério sem maioria nas Câmaras, vai para o campo e volta ao poder algum tempo depois. Em democracia a queda pode, por vezes, ferir, mas nunca mata. O Ditador, êsse, cai inteiro. O fim duma ditadura é sempre uma revolução. Qualquer abandôno é-lhe irremediável e mortal. No seu triunfo ou no seu fracasso, a aventura é total. Por isso, êstes regimens são nesta matéria duma sensibilidade particular. Todos os tiranos, dominados pelo terror da queda, tem um cuidado especial com a polícia. O Prefeito da Polícia é o Vice-Tirano. Estreitamente associadas e como que solidárias, a Ditadura e a Polícia lisonjeiam-se mùtuamente. A Polícia, tornando-se indispensável e enchendo-se de poder, tende a dominar o regimen. Ora, por razões de ordem social, o pessoal da polícia é geralmente dum recrutamento medíocre. Tôdas as polícias são, mais ou menos, estúpidas. É por isso que, para o Fascismo, o abuso da sua Polícia chega a ser uma ameaça certa. Irrita até as pessoas que olham o regimen com certa simpatia e constitue uma fonte real de descontentamento contra êle. A ditadura demasiado forte, origina o aborrecimento e êsse aborrecimento arrisca-se, ge-

neralizando-se, a criar uma atmosfera perigosa.

Regimen colectivista, invasor, ditatorial, tirânico e policial, o Fascismo comprime e quebra o indivíduo. Ora isto é mau, por três razões:

1.ª — Há um perigo geral em diminuir o indivíduo. As doutrinas, as ideias, as próprias colectividades, têm necessidade de indivíduos. O Fascismo não conseguiu escapar a esta regra; deve ser o primeiro a reconhecer tudo aquilo de que é devedor a Mussolini, o qual só é grande por se ter desenvolvido em liberdade. Sem Mussolini não estaríamos em presença dum outro boulangismo? Recusando-se a admitir a menor crítica exterior, só aceitando uma admiração sem reservas e sem limites, o Fascismo acaba por viver numa atmosfera de bajulação e de servilismo. Move-se num ambiente artificial. Não sei se os Fascistas compreendem bem o quanto de deletério tem uma tal ambiência. Ela imbebe êsse novo Hércules como uma mortal túnica de Nessus. Abaixando a temperatura crítica da Alma Italiana, o regimen acaba por formar, não cidadãos, mas cortezãos e criados. A Ditadura produz almas servis. Ora, em tôdas as crises nacionais, são as grandes individualidades que emergem em cada povo. Olhemos a Alemanha: formada,

também ela, numa disciplina colectivista, hoje incapaz de se adaptar à liberdade ainda recente, sofre profundamente a falta de personalidades directivas. Pelo contrário, a França individualista tem-se sempre salvo e sustenta-se ainda pelas suas fortes individualidades. O milagre francês resulta de, no momento decisivo, se ter sempre encontrado o homem necessário. No fundo, só a vida individual é verdadeiramente, vida. Diminuindo o indivíduo, os regimens colectivistas diminuem-se a si próprios.

2.ª — Uma ditadura é sempre, para o povo, uma humilhação. O homem perde, em parte, essa independência, que é a dignidade da vida e privando-o do direito de se dirigir livremente faz-se-lhe uma amputação moral que tem de, fatalmente, sentir. Quando ouço dizer em Itália: «Não, eu já não sou político», entrevejo um pouco de pezar e de rancor. A supressão do «forum» parece-me particularmente penosa para êsses latinos. O meridional tem necessidade de expansão. Não reconhecendo essa espécie de necessidade fisiológica, o Fascismo joga um jôgo perigoso. Em qualquer regimen, até com o melhor, os descontentamentos são inevitáveis. Sob uma ditadura violenta as hostilidades agravam-se por não terem possibilidade de expressão. Ao lado dos entusiasmos de aderentes fanatizados, há, na

sombra, crispações de punhos, surdos rancores, ódios secretos. Parece mesmo que, os governantes, procuram exasperar e provocar êsses ódios, como que para nêles encontrarem uma justificação da sua tirania. Que imprudência! Se êles chegam a poder explodir, essa explosão será terrível. O menor incidente pode ser mortal. A História mostra-nos as Ditaduras caindo dum só golpe. Em 1815, quantos marechais traíram Napoleão! Quando no famoso dia dos Idos de Março de 44, Júlio César foi morto em pleno Senado, nem um dos seiscentos senadores, todos investidos por César na sua dignidade, nem uma só dessas criaturas, se ergueu para o defender. A opressão faz sempre mêdo, até aos que aproveitam dela. Repletos, fartos, os chefes são os primeiros a ansiar pela liberdade. Quanto aos outros, aos humildes que sofreram, limitemo-nos a constatar, com Tácito, que é mais fácil calar do que esquecer.

3.ª — A compressão constante do indivíduo apresenta inconvenientes para o próprio equilíbrio da massa. Produz o que se chama o «regolfo». Um grande espírito, insuspeito de preconceitos democráticos, Paul Bourget, escreveu um dia: «Todo o sêr humano lançado na vida social, exerce sôbre si constantemente um trabalho de compressão; tem desejos que

não satisfaz, entusiasmos que refreia. O grande princípio da conservação da energia, é verdadeiro, tanto na vida moral e sentimental, como na vida física. Êsses desejos insatisfeitos, êsses entusiasmos refriados, continuam a roer as partes obscuras da alma. Basta surgir uma ocasião que lhes permita manifestarem-se, e ei-los logo acordados. Obedecer-lhes é uma necessidade. É esta a génese dos crimes no domínio político, quando um regimen durou anos e inumeráveis descontentamentos de mínima importância se produziram, sem poderem traduzir-se em actos. Quando Bismarck declarava que a revolução está sempre latente no povo, o seu génio de homem de estado discernia a virtualidade de desordem que representa essa quotidiana compressão exercida pelos costumes e pelas leis.»

Os abusos da liberdade suportam-se mais fàcilmente que os da tirania. Os regimens liberais, apesar de todos os seus vícios, mantêm-se pelas diversas possibilidades que oferecem. Têm tantas escapatórias que, mesmo nos seus excessos, são toleráveis durante mais tempo. Cansados, gastos, apodrecidos, continuam ainda a viver. Pelo contrário, num regimen de ditadura tão absoluta como o Fascismo, faz muita falta uma válvula de segurança. É demasiado severo, demasiado duro,

numa palavra, demasiadamente inhumano. Em tudo o que tem por base a violência, há qualquer coisa de precário. O Fascismo, estado compressivo, é um estado não equilibrado, portanto, instável.

Quando digo instável, quero desde logo precisar o meu pensamento. Não acredito numa queda iminente do Fascismo. Se o Fascismo fôsse apenas um homem, Mussolini, poderia caír com êle dum só golpe. Mas o Fascismo é também uma ideia, é, agora, um corpo de doutrinas políticas e sociais, é, finalmente, uma milícia arregimentada. Tornou-se a ditadura, não duma individualidade, mas dum partido e dum partido disciplinado, armado, poderoso. O Fascismo tem os seus quadros, as suas tropas e só êle tem quadros e tropas; apoderou-se da mocidade e de tôdas as fôrças nacionais; só êle tem organização e vida em tôda a Itália. O próprio exército está intimamente ligado ao regimen. Todos os oficiais da Milícia fascista são oficiais de reserva ou licenciados, do exército regular. O Fascismo teceu uma tal solidariedade entre êle e todos os elementos interessantes da nação, que aniqüilou até a possibilidade duma oposição externa.

Mas conhecerá uma instabilidade interna e isto é que é interessante. O Fascismo não

poude destruir inteiramente, apesar dos seus esforços, tôda a vida individual. Se não admite crítica exterior, não consegue escapar à crítica interior. Apesar de absoluto e intransigente em relação a tudo o que lhe é estranho, é preciso reconhecer que autoriza no seu seio discussões reais e, afirmaram-me, até formidáveis discussões. Quero crê-lo. O Fascismo procura, evidentemente, criar uma espécie de auto-correcção. Parece ter uma vida interior, uma vida secreta. Essa vida fascista traz grandes conseqüências.

Desde que o Fascismo é tudo, há tudo no Fascismo. Chega a conter os temperamentos e as tendências mais diversas. Tem a pretensão de ser um bloco, mas, no fundo, é formado por indivíduos. Já Napoleão o disse: «Uma Sociedade não é um montão de grãos de areia». Em Roma esquece-se isto. As nossas democracias exigem, talvez, aos indivíduos, mais do que êles podem dar e é possível que, com isso, os sobrecarreguem demasiadamente. O Fascismo não lhes liga importância e despreza-os demais. O Fascismo, que destruiu os partidos e negou que êles representassem alguma coisa de real, vê-os e, principalmente, vê-los-á reconstituirem-se adentro de si. Ridiculariza a nossa terminologia parlamentar e, contudo, contra a sua

vontade, encontrará dentro de si uma Direita e uma Esquerda, porque essas distinções, por mais simplistas e arbitrárias que sejam, representam grosseiramente duas tendências eternas do espírito humano: a tendência moderada e a tendência avançada. O próprio Grande Conselho fascista com os seus vinte membros é uma espécie de Parlamento em redução. Encontram-se nêle reflexos diferentes e, por conseqüência, por vezes, contraditórios.

Hoje, tudo isto se encontra unificado pela autoridade de Mussolini. Mas mais ninguém terá nunca um tal poder. Desapareça êsse homem, quer por acidente, quer por efeito duma morte inevitável, ou se encontre diminuído pela idade ou pela doença, então essas tendências diversas aparecerão mais nítidas; como são opostas, hão-de chocar-se.

Inevitàvelmente, o Fascismo será destruído por lutas internas. Essas lutas serão tanto mais vivas, quanto êle é hermético. As agitações em recinto fechado são as mais perigosas. O Fascismo pôs em circulação princípios que têm uma vida própria, que hão-de arrastá-lo e lhe hão-de passar à frente. Há no Fascismo qualquer coisa de incompleto. Pressente-se o nascimento de alguma coisa; em suma, encontram-se no Fascismo tôdas as características duma revolução que se está

realizando. E tôdas as revoluções tendem para um fim.

A Itália não poderá manter-se perpètuamente num estado de submissão demasiado pesado para não atingir, com o tempo, o limite de tensão. O Fascismo ou se acalmará ou quebrará. No fim de contas, só são suportados os estados suportáveis. Não se poderá dispensar eternamente um organismo regulador da arbitrariedade. O excesso prolongado é um vício mortal, tanto para as Constituïções como para os indivíduos. Um regimen não é mais que um equilíbrio. A moderação não é só justiça, é também prudência.

Ao falar dos antepassados dos Italianos actuais dizia Tácito que êles não podiam suportar, nem a inteira liberdade, nem a escravidão completa. Parece que nessa terra mediterrânea, ainda marcada pelo génio grego, a grande Divindade continua a ser a divina Moderação.

CAPÍTULO QUARTO

O funcionamento político

Estudados os princípios, vejamos o mecanismo.

Uma ditadura, é, essencialmente, o Ditador, o qual pode ainda ser uma Assembleia mais ou menos numerosa. A França conheceu a ditadura da Convenção, Venesa a do Conselho dos Dez, a Rússia sofre a ditadura dos Soviets. Na Itália parece estar-se em frente dum só homem. A Ditadura de facto, estabelecida logo após a Marcha sôbre Roma, foi legitimada e organizada pela primeira lei constitucional promulgada pelo Fascismo em 24 de Dezembro de 1925, àcêrca «das atribuïções e prerrogativas do Chefe do Govêrno, primeiro Ministro Secretário de Estado». O leitor não deixará de notar o carácter pouco revolucionário dêste título e o respeito conservador pelas velhas denominações. Segundo o comentário do mi-

nistro Rocco, essa lei tem por fim a «preeminência e o fortalecimento do poder executivo.» Aqui, para maior imparcialidade, vou dar a palavra aos próprios Italianos.

Eis o resumo do que diz Rocco:

A decadência do regimen parlamentar deve-se, especialmente, em Itália, ao acréscimo desmedido do poder das câmaras electivas em prejuízo do poder executivo, primitivamente reservado ao Chefe do Estado e ao seu Presidente do Conselho. O Parlamento excedeu o seu mandato de colaboração e de fiscalização, arrogando-se um poder de decisão para o qual não fôra criado. A Constituïção desequilibrou-se. Quando no Parlamento há uma maioria relativamente homogénea, o sistêma pode funcionar sem grandes inconvenientes porque, então, são os chefes dessa maioria os detentores de facto do Poder. Se acontece, porém, que, em conseqüência do seu funcionamento e da fragmentação dos partidos, as operações eleitorais não dão a maioria a algum, então a Câmara sem maioria é uma simples soma de minorias. O gabinete, para viver, é obrigado a tornar-se uma coligação de sub-grupos, onde cada um dêstes quere ter a sua representação. Perde essa unidade e homogeneidade necessárias à decisão e constitue como que um segundo Parlamento e não um

Govêrno. Cada um dos seus membros é mais um mandatário do que um ministro, porquanto recebe ordens, não do chefe do Govêrno, mas sim do partido de que depende. O resultado são as hesitações do Govêrno, as suas fraquezas e até, em caso de crise, a sua paralisia. É esta a razão, segundo dizem os teóricos romanos, da decadência do Poder executivo nos regimens parlamentares democráticos. Vejamos agora qual é, segundo êles, o sistema fascista:

Em primeiro lugar, nega o dogma da soberania popular. Rocco escreve: «As massas são incapazes por si mesmas de ter uma vontade própria e, ainda menos, de proceder espontâneamente a uma escolha de homens. Por uma lei fundamental da vida social que Maine qualifica de lei da imitação, a massa dos homens tende a fazer aquilo que querem alguns elementos dominadores chamados: espíritos dirigentes. O problema do Govêrno não se resolve, pois, em confiar numa ilusória vontade das massas, mas em organizar uma boa selecção de espíritos dirigentes.» Temos, pois, o Govêrno do Estado, liberto daquilo a que o Fascismo chama o «preconceito» democrático e tornado independente do Parlamento expressão popular. O poder executivo deixa de ser dependente do poder legislativo. Podemos mesmo dizer que o Fascismo se caracteriza

pelo predomínio do poder executivo e pela concentração de todo êsse poder numas únicas mãos, as do Primeiro Ministro presidente. Para bem vincar o carácter particular dêsse personagem, o Fascismo deu-lhe um novo título, propositadamente expressivo: «Capo del Govêrno», isto é «chefe» com qualquer coisa mais, como que «capitão» do Govêrno. Os ministros, nomeados por êle, são responsáveis perante êle. Só dele provém qualquer autoridade na Península. Falando com exactidão, o Capo del Govêrno é soberano. Não há eleições, mas apenas nomeações, tôdas provindas, mediata ou imediatamente, dessa cabeça. O Fascismo é o contrário das democracias, cujo princípio essencial é que tôda a soberania reside no povo e que tôdas as funções públicas só tem a fôrça que lhes confere a vontade popular. Os fascistas dizem que, na democracia, o poder e a autoridade vem de baixo e que, no Fascismo, vem de cima.

O Capo del Govêrno é o centro do Estado e os outros órgãos partem dele como os raios dum círculo. Tôda a vida nacional está nas suas mãos. Os funcionários do Estado fascista podem ser demitidos ou transferidos por êle quando lhe apetecer ou, como se diz em velho direito romano, *ad nutum*. Depois duma lei de 24 de Dezembro de 1925, já nem são protegidos.

É o reinado da arbitrariedade do Estado. Não há nenhum poder compensador razoavel, para êsse poder absoluto; também o não há nas outras rodagens da máquina.

Imediatamente a seguir ao Capo del Govêrno, como adjunto e ligado a êle, existe um organismo bastante característico do novo Estado: O Grande Conselho Fascista, que primeiro se chamou o Conselho de Guerra dos Chefes Fascistas. Reorganizado e tornado oficial, foi inserido no Estado por uma lei constitucional, a última em data, de 9 de Dezembro de 1928. É uma assembleia constituída, aproximadamente, por vinte membros, destinada a assegurar a união do Estado e do Partido fascista e parecendo desempenhar na vida constitucional dois papeis principais:

1.º — Serve ao Duce de orgão de consulta ao qual parece recorrer realmente, para as decisões graves. Uma das qualidades de Mussolini é a de saber ouvir e quando se lhe diz alguma coisa exacta há tôdas as probabilidades de se ser atendido. Desde que o Parlamento é um Parlamento corporativo, o Grande Conselho fascista é a única Assembleia política do Estado. Todos os seus membros são de livre nomeação do Capo del Govêrno. Finalmente, as suas funções são

puramente consultivas. Nêste ponto, recorda o Conselho de Estado de Bonaparte.

2.º — A sua importância aumenta, porém, levando-o a desempenhar um papel preponderante, no caso de vagar o cargo de Capo del Govêrno, pois é êle que indica quem deva ser o sucessor. É, em resumo, o órgão encarregado de garantir a continuidade do regimen.

Um Capo del Govêrno e um Grande Conselho, e temos o pessoal essencial da ditadura. Mais para baixo há o Parlamento, isto é, o Senado e a Câmara dos Deputados.

O Senado é, com o Rei, o único vestígio do antigo regimen. A sua constituïção não foi modificada. Os seus membros vitalícios, continuam a ser inamovíveis. Por isso, ainda há velhos senadores democratas, inimigos do regimen. Alguns dentre êles têm a coragem de exprimir em voz alta a sua reprovação por algumas das novas medidas políticas. Ainda sucede ouvirem-se no Palácio Madama, séde da sua assembleia, francas críticas do Fascismo. Elas deveriam espantar e rebentar como bombas, mas houve o cuidado de evitar tôdas as ressonâncias. Não há público e os jornais da Península conservam-se num silêncio total; nada transpira cá para fora e essas manifestações platónicas não encontram eco. De resto, como o Senado não é eleito e os

seus novos membros são escolhidos pelo Govêrno, eliminando a idade inexorável os últimos representantes do antigo regimen, a Alta Assembleia transforma-se, pouco a pouco, num simples agrupamento de chefes fascistas.

Quanto à Câmara dos Deputados, é recrutada por um sistema eleitoral complicado. Os principais eleitores são as organizações corporativas fascistas e os candidatos são apresentados em listas organizadas pelo Govêrno. A Câmara é, pode dizer-se, «nomeada».

O regimen não ficou satisfeito com assegurar-se o Parlamento pela sua escolha, achou, também, necessário precaver-se contra possíveis veleidades de independência dos novos parlamentares. As prerogativas do Senado e da Câmara dos Deputados, foram reduzidas ao mínimo. A iniciativa das leis e o direito de pergunta e de interpelação, foram submetidos a uma tal limitação que, de facto, qualquer oposição parlamentar está antecipadamente sufocada e qualquer discussão total excluída. Além disso, por uma notável violação da regra da separação dos poderes, o executivo possue um verdadeiro poder legislativo de facto, por meio do sistema dos Decretos-leis. Às Câmaras só compete uma ratificação teórica e a ilusória faculdade de registar e de aprovar; não podem rejeitar nem alterar os textos que

lhes são apresentados. Podem, na melhor das hipóteses, entregar-se a debates académicos. Afirmaram-me que, por vezes, sucede o Duce atender as suas tímidas opiniões. E mais nada. O Parlamento corporativo não passa duma fachada, dum cenário hábil para êsse povo italiano muito sensível ao aparato e à eloqüência da rua, em resumo, uma espécie de concessão, não muito grave, do Fascismo à Democracia. É curioso notar aqui que o velho princípio da separação dos poderes parece um pouco abandonado por tôda a parte. As democracias levam à supremacia do poder legislativo que calca os outros poderes do Estado; as Ditaduras chegam ao mesmo resultado em relação ao poder executivo. Tôdas essas intromissões se tornam verdadeiras absorções: para uns, todo o poder passa para as mãos dum só homem, para os outros, para as duma Assembleia. Isto leva-nos quási a perguntar se a chamada época «liberal» não era caracterizada por uma dispersão dos poderes, ao passo que hoje, democracias, fascismo, soviets, sob formas específicas aparentemente diferentes, convergem, de facto, para uma idêntica concentração da autoridade.

É êste o funcionamento essencial do regimen. O resto é apenas funcionalismo e burocracia. Chegou o momento de examinarmos a

seguinte questão: O que é o Rei no sistema fascista? Qual é o seu papel?

A *Acção Francesa* julga que todo o movimento fascista tem por base a Realeza; que foi esta quem o tornou possível, que é ela quem o sustenta e que é ela quem, sobrevivendo ao regimen, lhe assegurará a continuidade. Se eu compreendi bem M. Maurras, êle considera Mussolini como o novo Richelieu dum novo Luiz XIII. Mas isto é um êrro: a Itália fascista não é uma Monarquia.

Em primeiro lugar o Fascismo foi fundado por Republicanos. Mussolini foi sempre republicano. Antes da conquista do poder, o seu programa e os seus discursos preconizavam a destruïção da realeza. Os homens que o cercam, tais como Turati, Bottai, etc., foram sempre Republicanos. Tanto quanto me foi possível verificar pelas minhas constatações pessoais, não mudaram de forma sensível.

Principalmente, seria inexacto dizer que foi o Rei quem, no momento crítico de Outubro de 1922, chamou o Duce e, com êsse gesto, desencadeou o movimento. Não, o Duce à frente dos seus bandos, marchou sôbre Roma onde chegou quando o Rei se decidiu a chamá-lo para lhe confiar a constituïção dum gabinete. Talvez me respondam que é êsse precisamente o gesto real e que, fazendo-o, o

Rei legalisou o Fascismo. Ainda que isto fôsse exacto, teria procedido como qualquer Presidente de República com o senso nacional, que chama um homem que não lhe agrada, mas que os acontecimentos impõem. Mas a realidade é diferente. Sabe-se hoje que, longe de chamar o Fascismo, o Rei assinara o decreto de estado de sítio, declarando o Fascismo fora da lei. Mas, sempre indeciso e timorato, assinou-o já tarde; só isso salvou o Fascismo. O Fascismo só deve agradecer ao Rei as suas hesitações. Não foi a vontade real quem o favoreceu, foi a sua fraqueza. De resto, tôdas as previsões do momento foram ultrapassadas. É curioso ler os jornais da época e os relatórios diplomáticos. O acontecimento de 28 de Outubro de 1922 pareceu, no momento, um acontecimento medíocre, um dos freqüentes sobressaltos da longa anarquia italiana. Ninguém, nem mesmo, julgo eu, os chefes fascistas, teria realmente pensado em tôdas as suas conseqüências imprevisíveis. E muito menos Victor-Emmanuel que, desanimado, pensava em abdicar. De então para cá, o Rei suportou o Fascismo e com bastante impaciência, não é segrêdo para ninguém.

Isto quanto ao passado. Vejamos agora o presente e examinemos de perto Mussolini, ministro do Rei. Em primeiro lugar é preciso

saber que ao Duce não pertence sòmente a simples dignidade de ministro. Com o título de «Capo del Govêrno» usa o de «Duce del Fascismo» que também tem o significado altivo e autoritário de «capitão». E o Duce é realmente o capitão dum imenso movimento que se desenvolveu e aprofundou desmedidamente sem uma verdadeira intervenção de Victor-Emmanuel. Mal compreendo o papel prático que o Rei desempenha no regimen. Vejo-o, pelo contrário, envolvido pelo regimen. Se àmanhã o Rei deixasse de querer Mussolini, como poderia êle demitir êsse homem apoiado num partido e numa mílicia, poderosa e dedicada pessoalmente a si e não ao Rei? Êsse Rei que não pode demitir um ministro, já não é verdadeiramente soberano. Não abdicou, de facto?

Finalmente, examinemos o futuro: poder-se-ia pensar que, se àmanhã Mussolini morresse, os poderes do Rei voltariam a ser completos. Mas o Fascismo previu tudo. Quando Mussolini desaparecer, não é o Rei quem designará o seu sucessor, mas os chefes do Fascismo no Grande Conselho de que o Rei não faz parte, nem sequer como presidente. Não posso imaginar como o Rei tentaria opôr-se a uma designação que teria de suportar. Nem sequer terá a faculdade de fazer ouvir a sua voz.

É de notar que a escolha será, provàvelmente, conforme a uma designação antecipada, secreta ou não, feita pelo Duce. Da mesma forma os antigos Imperadores romanos adoptavam antecipadamente os seus herdeiros. Aquilo a que nós chamamos o Império romano não foi um verdadeiro Império no sentido monárquico que hoje damos a essa palavra; não havia a continuidade hereditária das nossas realezas. O Império foi, para falar com mais propriedade, uma série de ditaduras. Os Césares tinham uma origem e poderes perfeitamente anàlogos aos do Duce. Uns e outro se fundam numa espécie de delegação popular ao Príncipe. Aproximam-se até pela designação. A palavra «Imperator» de que nós fizemos Imperador, era, na República romana, um título que se conferia aos generais comandando em chefe em face do inimigo. E «Duce del Fascismo» tem exactamente a mesma significação de chefe de exército. O Duce e o Imperator são chefes de tropas, confundindo o seu comando com o poder civil e estendendo até ao infinito o seu «imperium». Digo chefes «de tropas» e não «militares» porque a Roma antiga não conhecia os generais profissionais. Julio César, que nós saúdamos como o primeiro dos Imperadores, só foi militar acessòriamente à política e por fins civis.

Entre a Roma antiga e a nova Itália é frequente o paralelismo. Na moderna, vemos produzir-se o fenómeno da «adopção». O problema da continuidade está constitucionalmente assegurado, fora da intervenção do Rei, pelo Grande Conselho fascista. O Rei limitar-se-á a dar ao eleito uma assinatura, uma investidura nominal. O Rei de Itália sagra os «Capo del Govêrno» aproximadamente como os arcebispos de Reims sagravam os Reis de França.

Essa operação pareceu a Mussolini tão secundária que quis fazer legitimar-se por um plebiscito, cujo próprio princípio é contrário ao princípio monárquico.

Para julgar o valor respectivo da Monarquia e do Fascismo, não há nada mais característico do que a evolução do brazão do Estado. A princípio eram as armas da Casa de Sabóia sòzinhas, depois ao escudo de Sabóia juntaram-se as «armas» fascistas: o feixe de varas do litor com uma águia no cimo. Enfim, mais recentemente, foram misturadas as duas coisas numa curiosa disposição: ao centro o escudo de Sabóia, enquadrado pelos feixes dos litores. Esta imagem é dum simbolismo admirável. O regimem «enquadra» a Monarquia, aperta-a até quási a asfixiar. Desembaraçar-se dela ser-lhe-ia bem fácil: é simplesmente questão de

oportunidade. As ditaduras constituem sempre formas pre-revolucionárias; temos, na Espanha, um exemplo recente. É o caso de se perguntar porque esperam Mussolini e os seus para proclamar a República. Não o fazem. Pelo contrário; sente-se na Itália uma vontade bem nítida de Mussolini e dos chefes do Fascismo para cederem o primeiro lugar ao Rei. Julgo mesmo que procuram criar um sentimento de lealdade monárquica, até agora bem vago nas massas populares. Essa atitude, que se acentua dia a dia, parece-me ditada por várias considerações.

1.ª — A Realeza representa para o Fascismo uma espécie de legitimação do golpe de Estado e tôda a gente sabe a preocupação de consagração oficial que persegue todos os revolucionários. A Realeza é a ponte para o passado, é a tradição reatada, é um elemento de continuidade num estado político que, precisamente pelas suas origens, procura as fôrças de estabilidade.

2.ª — De facto, o Rei é pouco incómodo. Os Príncipes de Sabóia nunca brilharam. O soberano actual é um bom burguês, cheio de bom senso e duma absoluta honestidade, mas sem grande prestígio e sem verdadeira influência pessoal. Um detalhe pinta a Monarquia Italiana; o Rei não habita o seu Palácio do

Quirinal. Os explendidos guardas de capacete empenachado velam por um palácio vasio. O Rei só lá vem de passagem, para algumas recepções diplomáticas, de resto bastante medíocres, segundo me afirmaram. O corpo diplomático sorri do serviço parcimonioso dêsses soberanos tão simples. O Rei vive nos arredores de Roma, na «vila Savóia», casa sem aparato, burguesa. Um Rei que habita uma casa de arrabalde, que gesto!

3.ª — O Rei é uma coisa cómoda. Para inaugurar exposições, é perfeito. Alivia o Duce de muitas funções decorativas que o embaraçariam. E depois, há os casamentos dos príncipes, fontes de vantagens diplomáticas e divertimento do bom povo.

4.ª — A questão da realeza não tem interêsse em Itália. Monarquia ou República. Que mudaria isso à essência do Fascismo? O Fascismo é uma coisa diferente. Está ao lado e fora e por cima do chefe nominal do Estado. Como escrevia Aldo Dani: «O Fascismo exertou-se na Monarquia como se teria enxertado na República. Mais exactamente, êle é que é o regimen. A Monarquia ou a República são simplesmente formas.»

Nem Monarquia, nem República: a que sistema geral pertence, pois, o Fascismo? Para responder a essa questão, determinemos qual

é o ponto central do regimen. Parece ser o Duce. Partindo desta aparência, o Fascismo seria uma ditadura pessoal. Examinemos, porém, mais de perto. Mussolini criou um partido com uma disciplina própria e uma doutrina própria, um partido que, para o futuro, constitue um verdadeiro Estado dentro do Estado. É o partido quem sustenta Mussolini. É o partido que não cessará de se sobrepôr a um Mussolini que envelhece. É o partido que sobreviverá a Mussolini, é êle que designará o seu sucessor. Ultrapassa Mussolini. Por grande que seja o valor dêste último, a sua autoridade e a sua popularidade, até nos meios menos ligados ao Fascismo, qualquer que seja, numa palavra, a importância do factor pessoal Mussolini, o que há, contudo, de mais forte, de mais sólido e de mais permanente no regimen, tenho a impressão que é o Partido. É êle que fornece os quadros de funcionários da Nação. É êle o grande reservatório aonde o Chefe supremo vai buscar os homens de que necessita. É verdadeiramente «a espinha dorsal da Nação» como o qualificou o Duce. O Partido é o eixo do regimen.

O Fascismo não é um regimen pessoal, mas um regimen colectivo. Por detrás da ditadura individual de Mussolini forja-se e prepara-se a verdadeira ditadura, a que está hoje latente

o aparecerá àmanhã: a ditadura do Partido. Assim, depois de Lenine, continuou o Partido comunista. Assim, após Augusto, durou essa hierarquia de funcionários que, sob os Césares instáveis, assegurou a verdadeira continuidade do regimen imperial. Assim é a própria França, onde vemos os funcionários sobreporem-se aos políticos passageiros e constituirem o mais solido arcaboiço do Estado, onde vemos a vida política ser o domínio, pràticamente exclusivo, de dois ou três grandes partidos. Na Itália, a soberania, actualmente ainda nas mãos do Duce, tende a deslocar-se e a transferir-se para a sua criação: o Partido. Os sucessores de Mussolini serão emanados do Partido. Em suma, o Partido governa e governará pela ditadura imposta do Capo del Govêrno. Notemos bem aqui que Mussolini é ao mesmo tempo «Capo del Govêrno» (título civil) e «Duce del Fascismo» (título fascista). E não é «Duce del Fascismo» por ser «Capo del Govêrno»; é, pelo contrário, o Duce del Fascismo que é de direito Capo del Govêrno. A distinção é importante. O Partido será, cada vez mais, o verdadeiro titular da soberania. Nós, Franceses, já conhecemos uma coisa análoga, com os Jacobinos. De 1792 a 1794 a sua Sociedade governou a França, tôda a França, por meio dos seus *comités*.

Espécie de regimen jacobino, o Fascismo é uma soberania colectiva.

Mas não é a soberania de tôda a colectividade, como nas Democracias. O Partido fascista é apenas uma fracção da Nação e até uma pequena fracção. Em 1 de Junho de 1931 o total dos aderentes era de 1.300.000, isto é, apròximadamente 3 % da população total da Península. Qualitativamente, sucede o contrário. Por razões de interêsse, de prestígio e de gôsto, as pessoas activas têm tendência para ingressar no Partido que está no poder. Êle atrai tôda a gente que, em Itália, quere viver plenamente. Procura, até, não se carregar com grandes pesos e eliminar tudo o que é inútil ou prejudicial. Não só mantêm adentro de si uma vigilância constante, como ainda, de tempos a tempos, procede oficiosamente a escolhas, a suspensões e a irradiações. A entrada foi impedida. O Partido é um organismo fechado. Não entra nêle quem quere. Há dois anos que foram vedadas tôdas as portas do recrutamento por adesão; o Partido só admite admissões de crianças. Só por baixo se penetra no Partido, depois de se ter sido educado por êle nas suas obras de mocidade. Adere-se ao Fascismo, não por reflexão, mas por formação. Mais longe veremos como se fabrica essa juventude fascista, mas o que é interes-

sante constatar desde já é que a Nação italiana se cinde em dois grupos: os membros do Partido e os outros. Em resumo, um pessoal dirigente e um pessoal dirigido. Para o futuro, existem no Estado dois elementos completamente distintos: uma élite e uma massa. Estão separados oficialmente, jurìdicamente. Uma parte da Nação, possue um estatuto especial: os seus cargos e os seus previlégios. O Partido constitue como que a nobreza do Estado fascista. Assim, o Fascismo não é Democracia, nem Monarquia. É, pròpriamente, uma Aristocracia.

E é isto que vai limitá-lo. Uma aristocracia, ao assumir o encargo do interêsse geral, só se pode sustentar incorporando-se a êsse interêsse geral e sacrificando ao da colectividade o seu próprio interêsse, o seu egoísmo específico. O domínio dos aristocratas só pode conservar-se pela moderação, pela prudência e pelo desinterêsse. É esta, para o Fascismo, a questão mais importante. Quando Mussolini exclama: «A oposição não é necessária ao funcionamento dum regimen político são... A oposição, temo-la em nós, fiscalizamo-nos severamente a nós próprios», o Duce presupõe essa severa vigilância. A ditadura dessa pequena minoria exige uma incessante elevação de espírito. Só pela virtude o Fascismo poderá

continuar a dirigir a Itália. Ora, a virtude, já difícil num indivíduo, ainda o é muito mais num agregado de indivíduos. Parece-me ser mais a excepção temporária, do que a regra, permanente. Deve ser ainda mais difícil tratando-se do Fascismo, cujo recrutamento originário era medíocre. Sucedia a princípio serem as cohortes fascistas verdadeiras quadrilhas de aventureiros. Evidentemente, tudo isso melhorou bastante. Mas resta ainda o resíduo e como que uma tara original. O pessoal que cerca o Duce vale, geralmente, mais pela sua dedicação ao regimen, do que pelas suas qualidades espirituais e morais. Todos os que freqüentam o Palácio de Veneza ou o Palácio Chigi tem notado os defeitos dum ambiente muito abaixo do chefe. Parece que Mussolini e os seus, continuam prisioneiros da «Marcha sôbre Roma». O Duce teve de procurar, durante muito tempo, a fidelidade antes de mais nada. Hoje é preciso eliminar: mas, precisamente, a dificuldade está em eliminar e o sistema julga com freqüência preferivel usar critérios diferentes do valor moral. O Fascismo é essencialmente um Partido. O defeito de todos os partidos é elevar os militantes ao poder, quando o militante é o contrário dum homem de Estado. A fidelidade e o fanatismo não são méritos do Govêrno.

Obrigando-se a assegurar a virtude, o Fascismo toma um compromisso bastante temerário. Nisso está para êle o escolho em que pode naufragar. Numa democracia, em que tôda a gente intervem nos negócios do Estado, o escândalo dilue-se na massa, espalha-se, funde-se e, por isso, atenua-se. Pelo contrário, numa aristocracia, o escândalo só pode atingir uma categoria determinada, restricta, aparente.

Uma aristocracia pouco sobrevive à sua corrupção. E a corrupção é precisamente o mal, difícil de evitar, dessas classes fechadas e privilegiadas que dispõem de demasiado poderio para não acabarem por abusar dêle. A imoderação e o abuso espreitam o Fascismo. A sua constituïção hermética favorece-lhes a germinação. Se êles se desenvolvem, está perdido.

CAPÍTULO QUINTO

Os Resultados

Sucedendo a um período mais ou menos anárquico, as ditaduras começam em tôda a parte e sempre por produzir felizes resultados materiais. Depois, tôda a gente se habitua a essas melhoras, sente-se o aborrecimento de tais regimens, esquecem-se os seus benefícios e êles caiem. A Itália ainda não parece chegada a êste último período. Pelo que se pode julgar do estado de espírito dum povo sem liberdade de expressão, o Fascismo, que até ao presente não cometeu faltas mortais, aparece hoje em todo o esplendor das suas vantagens.

E, indiscutìvelmente, essas vantagens são reais.

Não falarei da polícia mais bem organizada, nem do melhor funcionamento dos caminhos de ferro, dos correios e das administrações

públicas. A Itália, que estava bastante atrazada, quási recuperou o tempo perdido. O esfôrço é grande e os seus efeitos sensíveis; julgar, porém, a Itália igualada aos grandes Estados, tais como a Inglaterra e a França, seria um orgulho injustificado da parte do Fascismo.

Os mais apreciáveis, talvez por serem os mais visíveis, são os resultados conseguidos nos trabalhos públicos. Os Italianos, povo de pedreiros, tiveram sempre um gôsto prenunciado pela edificação. Do outro lado dos Alpes, o viajante sente-se impressionado pela grandiosidade e beleza dos edifícios. Desde a Antigüidade até aos nossos dias, é uma das características eternas da Península. Compreende-se que um regimen que procura o prestígio e gosta da ostentação tenha desenvolvido essa característica. No período pre-fascista, o Govêrno italiano gastava uma média anual de 240 milhões de liras oiro, hoje gastam-se 460, ou seja o dôbro. Em sessenta anos, desde a proclamação da unidade da Itália até à Marcha sôbre Roma, o Ministério das Obras Públicas, gastara, ao todo, 5 biliões; o Govêrno fascista averbou no orçamento 15 biliões para os doze exercícios de 1924 a 1936. Mais de metade desta soma destina-se às regiões desherdadas do Sul. Muitos dêsses trabalhos são grandiosos.

Alguns são verdadeiras obras de arte, como a transformação exigida pelo formidável desenvolvimento de Roma. Contando 226.000 habitantes em 1870 e 600.000 em 1921, está agora a atingir o milhão. Mecheu-se na cidade eterna com tanto respeito pelas coisas antigas como gôsto pelas modernas. A emprêsa era delicada e, contudo, realiza-se com tanto tacto que só merece felicitações. O resto da Península está em proporção com a capital. Pontes, aquedutos, estradas, auto-estradas, linhas férreas, linhas aérias, irrigação, drenagem... Um grande número dêstes trabalhos públicos produz ou virá um dia a produzir lucros. Os resultados chegarão, lentos e certos. Acabarão por melhorar um pouco a medíocre condição económica da Península. A sua situação era particularmente difícil no fim da guerra. As necessidades militares tinham desenvolvido na Itália uma série de indústrias novas, sem raízes profundas nas possibilidades e nas necessidades do país. A maior parte dessas Sociedades faliu e o regimen deixou-as desaparecer: por vezes, até as ajudou a isso. Por razões de ordem política, não aprecia essas grandes aglomerações fabris com a sua mistura de aristocracia capitalista e duma plebe proletária. Actualmente, o estado industrial da Península é particularmente lamentável.

O número oficial dos desempregados era, em Março de 1931, de 707.000. Só nos referimos aos desempregados que recebem algum socorro. Tenho, pessoalmente, a certeza de que o número dos «disoccupati» é infinitamente mais considerável. De resto, isso parece ser um estado endémico nêsse país pobre e de população densíssima. O que me leva precisamente a pensar que isto não constitue uma ameaça séria para o regimen político. Quem queira apreciar exactamente a situação actual deve compará-la com a situação permanente da Península. O povo italiano viveu sempre em condições materiais quási miseráveis. Está como que «mithridatisado» contra a penúria.

Pensando, com verdade, que a Itália nunca foi um país industrial e que, por falta de matérias primas, o seu destino não era vir a sê-lo, o regimen dirigiu todos os seus esforços para a agricultura. Foi levado a isso pela necessidade política de encontrar elementos socialmente estáveis. Além disso, era reatar a tradição da Península. A proporção da população agrícola é, na Itália, de 55 %, na França é de 40 %, na Alemanha de 35 % e na Inglaterra sòmente de 12 %. Arroteamento dos terrenos incultos, enxugo dos pântanos, melhoramento da técnica agrícola, instituïção de

cursos ambulantes, de combóios de propaganda, de laboratórios automóveis... É longa a lista das interessantes criações do Fascismo. Algumas já produzem os seus frutos. Antes do Fascismo, a média da produção anual de trigo era de 50 milhões de quintais, aproximadamente; hoje atinge 70 milhões.

Para coordenar os esforços, o regimen criou uma Confederação Nacional Fascista dos Agricultores, cujos consideráveis efectivos aumentam sem cessar. Faz a aplicação daquilo a que chama o «plano de melhoramento integral». Dá-se êste nome ao sistema que consiste em cultivar as terras até hoje incultas. Na Itália meridional, faz-se a divisão dos grandes domínios e trabalhos importantes; nas Puilles construiu-se o maior e mais importante aqueduto do mundo. Até hoje, foram cultivados de novo 635.000 hectares.

Acrescentemos a isto uma política de coordenação bancária, importantes medidas de higiene, de urbanismo e de assistência social; nesta última ordem de ideias, não devemos esquecer uma magnífica rêde de obras de assistência, dirigidas pelas organizações fascistas femininas de que são a melhor forma de de actividade.

O mais importante problema económico do regimen, porque é o eterno problema da Pe-

nínsula, é o problema demográfico. Êste país é vítima duma excessiva população num território ingrato. O desemprêgo aumenta consideràvelmente. Por isso, pareceria que a Itália devia adoptar uma prudente política de limitação da natalidade. O Govêrno mussoliniano quere exactamente o contrário. Provoca o aumento da natalidade. Fechou, até as portas à corrente emigratória, tradicional tubo de escape da população italiana. O regimen diz, como justificação desta extraordinária inversão da lógica humana, que um maior número de braços produzirá mais trabalho e mais trabalho dará mais prosperidade. Essa explicação só em parte é verdadeira. O trabalho é apenas um dos factores da prosperidade. Esta, é um equilíbrio entre o elemento humano e o elemento natural. De há muito que, na Península, êsse equilibrio se perdeu. Pode ser que me engane, e desejo-o sinceramente, mas parece-me que os motivos reais dos governantes fascistas são razões de ordem militar. A verdade é que, para a grande política exterior que o Fascismo pretende fazer, é necessário material humano.

O mais curioso é que, apesar de todos os esfôrços, a sua política demográfica está longe de ter triunfado. Os resultados práticos são medíocres, para não dizer nulos. O regimen

quiz descongestionar as cidades em proveito dos campos e a percentagem das populações urbanas tende a aumentar. O regimen quiz aumentar o número de nascimentos e o nível da natalidade tende a baixar. O que prova que os homens nada conseguem quando pretendem contrariar uma lei natural. Era já coisa sabida: as leis sumptuárias são tôdas inúteis; os costumes não se regulamentam. Isto é uma grande lição de modéstia, para os govêrnos.

Precisamos de incluir na mesma ordem de ideias a política colonial da Itália. Tôda a gente sabe que a Itália, chegada tarde demais à reünião das potências, só obteve poucas e medíocres colónias. A mais próxima é a Tripolitana, território bastante pobre. O Govêrno realiza ali um esfôrço agrícola formidável. Desenvolve as plantações de oliveiras, copiando as que tornam rico o nosso Sul tunisiano e cuja imensidade tanto impressiona o viajante francês. Infelizmente, o regimen fascista pratica ao mesmo tempo um sistema intensivo de distribuïção de domínios a colonos metropolitanos e para isto chega até à expropriação total dos bens dos indígenas, procurando colocar, por qualquer forma, o seu excedente de população específica. A sua política brutal e desprezadora, aliena-lhe o elemento indígena. Um egoísmo tão manifesto, não é

hábil. Se compararmos a obra italiana em África à dos Franceses na Tunisia e em Marrocos, somos levados a concluir que, à Itália, faz muita falta êsse espírito de tolerância e de respeito mútuo que cimenta as conquistas e dá lugar às ocupações estáveis. Tal foi, outrora, a feliz atitude da Roma antiga. Nêste ponto, a Roma moderna cortou com as suas melhores tradições.

O trabalho do regimen no campo da instrução pública, é mais simpático. Havia muita coisa por fazer. Na Itália prè-fascista a proporção de iletrados era uma das maiores da Europa ocidental. É perfeitamente justo reconhecer ao Fascismo o valor dum esfôrço notável. Foram abertas novas escolas, as antigas foram melhoradas e, finalmente, o recrutamento dos professores tornou-se o objecto dos mais minuciosos cuidados. Tudo isto é digno de louvores. Principalmente na parte que se refere à instrução primária. Quanto à instrução secundária e superior, o Fascismo prepara-se para cometer formidáveis êrros. Na sua intransigência política, o regimen elimina sistemàticamente os professores suspeitos de não serem admiradores entusiásticos do Fascismo. Chega mesmo a expulsar das Universidades professores eminentes, não hostis ao novo regimen, mas simplesmente neutros. Sacrifica

o valor científico, procurando apenas uma dedicação política bem firme. Isto pode ser de alta gravidade para o valor das futuras gerações. Regimen algum pode dispensar uma *élite* intelectual e é perigo só diminuir-lhe o nível mental. O exílio dum Ferrero ou dum Sforza representa uma perda de substância que, mais tarde ou mais cedo, se tornará sensível. O Fascismo diminui-se a si próprio, pela sua intolerância. No fundo, continúa a ser primário, a deixar-se arrastar pela sua preocupação de «dinamismo», por vezes sem reflexão. Não tem nenhuma simpatia pela inteligência pura. No Parlamento Romano, o deputado Orano declarou: «A filosofia é, simplesmente, uma fase ultrapassada do desenvolvimento humano. Dora em diante, apenas será uma ocupação de eruditos e uma curiosidade secundária. A filosofia é, hoje, um tipo mental inferior.» Como me dizia um jóvem estudante, «pretende-se modelar o mundo sem se gastar tempo a pensar». Talvez para o modelar bem seja preferível conhecê-lo.

O mesmo cunho de vontade, e de vontade fanática, se encontra nas curiosas tentativas do Fascismo no campo literário. O regimen procura criar uma literatura fascista, exactamente, de resto, como o Bolchevismo tem a pretensão de formar uma literatura comunista,

porque entre as duas novas formas de Estado absoluto é constante o paralelismo. O que é particular à literatura fascista, é o carácter que ela tira do temperamento latino meridional da Península, exasperado pelo orgulho fascista. Quere criar-se um «ambiente de grandeza» e chega-se a uma grandiosidade inchada de verbalismo e de grandiloqüência, onde se conhece a influência dêsse d'Annunzio cujo génio tem manchas de mau gôsto.

A nova literatura italiana quere elevar-se ao sublime e cai, por vezes, no ridículo. As letras transalpinas necessitam duma reforma severa, análoga a que se fez entre nós nos princípios do século XVII. Parece que o prodigioso espírito de Mussolini, também assim o entendeu. Como Richelieu em 1630, fundou em 1929 uma Academia, cujo recrutamento eclético é bastante notável. É, julgo eu, a única Academia oficial da Europa a que pertence um número importante de «futuristas» e de representantes das novas tendências e dos agrupamentos avançados. É ainda muito nova para ser já de alguma eficácia e, por êste lado, os resultados estão ainda em esperança.

Num terreno vizinho, notemos a obra de codificação jurídica. A sua manifestação mais importante é um Código Penal suprimindo a benevolência de que gosavam as infracções de

ordem política nos sistemas liberais e punindo mais severamente os delitos contra a Sociedade do que os contra os indivíduos. Há muitas coisas dignas de registo nêste trabalho. É já o novo Código penal italiano que inspira, parcialmente, o projecto de reforma do nosso velho Codigo francês de 1810.

Prestemos, enfim, homenagem à obra de unificação legislativa, judiciária e até financeira da Itália. Até 1926 ainda existiam sobrevivências das antigas divisões políticas. O Fascismo fê-las desaparecer, completando, assim, a unidadade italiana. Também centralizou fortemente o país. Sob muitos pontos de vista, pode comparar-se a era mussoliniana à nossa era napoleónica.

Em matéria militar e naval é que o Fascismo realizou a transformação mais admirável. Durante os séculos precedentes os Italianos foram soldados muito discutíveis. À parte certos elementos e especificadamente as explêndidas tropas alpinas, deixaram uma medíocre impressão a muitos dos nossos camaradas que se bateram ao lado deles durante a última guerra. De resto, muitos Franceses julgam os soldados italianos através da lenda dos soldados do Rei de Nápoles. Os nossos compatriotas procedem mal e devem mudar de ideia. Em geral, não se repara nas condi-

ções físicas em que se combateu de 1915 a 1918, especialmente nêsse horrível campo de batalha do Carso, cujas dificuldades muito me impressionaram. O poder militar dum exército é, principalmente, função de quatro elementos: o temperamento da raça, a fôrça de disciplina, o valor dos oficiais e o grau de formação preliminar. Quanto aos três últimos elementos, o esfôrço de regimen é perfeito. Procura agir-se sôbre o primeiro. É um facto histórico que tôdas as Nações viram o seu explendor e a sua decadência militar. Não há nenhuma que, em dado momento, as circunstâncias não tenham elevado ou rebaixado. Os homens são mais maleáveis do que se supõe. Em mãos suficientemente firmes, as Nações tornam-se plásticas. Creio que uma acção constante e duravel acaba por modificar a raça. É uma questão de vontade e de tempo. Parece-me inegável que, sob êste aspecto, o jugo fascista começa a melhorar indiscutìvelmente o povo italiano. Tenho a convicção, e muitos especialistas pensam como eu, que o exército italiano de hoje é um belo exército, perfeitamente digno de se comparar com os melhores.

A Marinha merece iguais elogios. Aqui, os melhoramentos são ainda mais notáveis. O valor duma marinha é o resultado da junção, em partes mais ou menos iguais, de três ele-

mentos: a pessoa, o material e o treino. Estes elementos, mais parecem multiplicar-se, que somar-se. Dispondo de navios modernos e dum pessoal habilitado, a Marinha Italiana vale hoje tanto como a Francesa. O regimen desenvolveu formidàvelmente a própria Marinha mercante. As Companhias Italianas de navegação maravilham pelo luxo e rapidez dos seus serviços, aliados à modicidade dos preços. As suas linhas para o Egipto e América do Sul estão entre as melhores do mundo. O regimen emprega todos os meios para as proteger e desenvolver. Chegou, mesmo, a proíbir os seus nacionais de utilizarem navios com pavilhão diferente do dêles. Não esqueçamos que a Marinha Comercial pode, em caso de conflito, tornar-se o auxiliar mais ou menos preparado da Marinha de Guerra. Não esqueçamos, também, o desenvolvimento que o Fascismo procura dar à sua indústria de construções navais e às suas encomendas para os Estados estrangeiros; material com possibilidade de ser requisitado, reservatório possível para o caso duma guerra. Há tantas maneiras de iludir um acôrdo naval!

Os progressos mais notáveis foram realizados na aviação, a arma preferida do regimen e, como lá se diz, arma «fascistíssima». Parece, realmente, ser a que melhor se adapta ao

temperamente aventureiro do Italiano. De facto, o Govêrno de Roma dispõe hoje duma aviação muito adiantada e de grande valor.

O balanço é impressionante! Tôdas as reformas que acabo de expôr constituem um conjunto verdadeiramente grandioso. A Itália foi completamente transformada em alguns anos. Creio que há muito tempo a Europa não assistia ao espectáculo duma reforma tão prodigiosa.

Chegou o momento de analizarmos uma questão delicada. Todos êstes trabalhos, tôdas estas instituïções, tôda esta utensilagem, todos êstes armamentos são em grande abundância e, ao mesmo tempo, com uma real preocupação de qualidade. Há, se assim pode dizer-se, um «luxo do Estado». E deve custar caro. Êsse luxo contrasta singularmente com a pobreza do país. É o caso de se perguntar como pode o regimen arranjar dinheiro para o sustentar. Todos os seus esforços conseguiram, realmente, aumentar a riqueza italiana; mas êsse aumento é, ainda, em proporções medíocres. A Itália é e será sempre, um país muito pobre. Em face dêste paradoxo dum Estado tão gastador e duma Nação tão miserável, temos o direito de perguntar donde vem o dinheiro. A êste respeito tôda a gente na Península é duma reserva inquietante. Quem faz um inqué-

rito na Itália constata que o seu interlocutor, tão pródigo de detalhes àcêrca das obras fascistas, se torna, ao abordar as questões pecuniárias, duma notável imprecisão. Parece que se toca no grande mistério do regimen. Pelo que se pode apreciar, os seus recursos são:

1.º — As cotisações ou donativos dos seus membros. O total deve ser bastante reduzido, se tivermos em vista que o militante raro é o financeiro.

2.º — As contribuïções chamadas voluntárias, cobradas do resto do país e lançadas mais ou menos arbitràriamente sôbre a população remediada. São verdadeiros impostos de Partido a acrescentar aos impostos do Estado; devem constituir um encargo difícil de suportar e tornam o regimen pouco agradável aos que o pagam. Deve atingir-se ràpidamente o limite máximo.

3.º — Os consideráveis empréstimos estrangeiros. A Inglaterra e a América não devem ter desgostado de comanditar uma concorrência a grandeza da França. Entre nós, não se apercebe bem a hostilidade com que nos olha o mundo anglo-saxão.

4.º — Consiste, principalmente, em o dinheiro ser mais elástico do que se julga. A última guerra forneceu a êsse respeito um

admirável exemplo, conseguindo durar muito mais do que os especialistas tinham previsto. Pode viver-se de expedientes durante mais tempo do que se supõe. E, precisamente, o Italiano teve sempre muita habilidade e bastante gôsto pelos expedientes. Não têm êsse horror das dívidas que é um sentimento característico dos Franceses. Só ligeiramente o sente. O Francês é calculador, o Italiano despreocupado. Alguns especialistas pensam que o Govêrno fascista deve usar de processos irregulares. Segundo parece, descobrem-se por mil indícios, empréstimos secretos, pagamentos atrazados... A Tesouraria é o ponto crítico do regimen. Parece viver de sistemas tão ruinosos como precários; esconde-os, mas adivinham-se. Podem, finalmente, exasperá-lo ou moderá-lo. Em todo o caso, são um perigo constante e os bastidores dum cenário magnífico, talvez grandioso demais.

CAPÍTULO SEXTO

O esfôrço social

Não há nenhum sistema social definitivo e eterno. O nosso parece, hoje, chegado a um período crítico. Os seus defeitos manifestam-se mais agudamente. A sua impotência diante da crise geral, parece ser a sua condenação e há como que uma doença do capitalismo. Quási por tôda a parte se é forçado a abandonar o tradicional regimen liberal e individualista, um pouco anárquico. Vemos generalizar-se um sistema de regulamentação cada vez mais apertado. Tende a formar-se uma nova ordem. Parece evidente a tôda a gente que nessa ordem nova devem desempenhar um papel preponderante as associações profissionais. A evolução social é paralela à evolução económica. À medida que o indivíduo é diminuido, o individualismo perde o seu significado. O colectivismo económico e social deita-o por terra.

Por isso, os espíritos moços pensam que os regimens do futuro consistirão em organizações de interêsse, encontrando o seu equilíbrio numa fiscalização do Estado. Após o Estado polícia-individual, chega-se à noção do Estado-árbitro-das-colectividades-profissionais. Alguns, até prevêem a desaparição dêsse Estado-árbitro e imaginam uma vida social apenas formada pela aglomeração das colectividades económicas. Não me parece que já estejamos aptos para esta última situação, nem que possamos encarar a possibilidade duma supressão total duma vigilância superior.

Na concepção moderna, o Estado deve alargar a sua base chamando a si as formações sindicais. Enquanto que, num Estado do antigo sistema, essas formações sindicais constituem corpos estranhos, excressências, elementos dissolventes e perigosos, pelo contrário um Estado novo, qne consegue incorporar nêle essas fôrças, sujeitando-as à sua disciplina geral, encontra nelas um maravilhoso apoio. Enquanto que o Estado tradicional corre o risco de perecer sob os assaltos dum sindicalismo revolucionário, o Estado novo fortificar-se-á pela integração dum sindicalismo constitucional. Essa espécie de absorpção é o verdadeiro problema moderno do Estado. Pa-

rece que essa ideia se vai generalizando, tanto nas direitas como nas esquerdas e um homem como Charles Besnoit escreve que a crise actual do Estado é devida «a êsses corpos intermédios, expulsos dos quadros do Estado ou que se desenvolveram e proliferaram à margem dêle, se acumulam ou se erguem contra êle, se desenvolveram em seu prejuízo, o cercam e ameaçam asfixiá-lo. É claro que esta crise só comporta uma solução, que é reintegrá-los no Estado, dar-lhes um lugar nêle, mas colocá-los e mantê-los no seu lugar. Ou o Estado absorve essas formações parasitárias que o depauperam ou será devorado por elas como por cancros».

Todos os grandes espíritos parecem de acôrdo a êste respeito, mas só em teoria; porque essa reforma é tão profunda, toca por tal modo o essencial do Estado, a sua base, os seus próprios princípios, que a sua realização se torna extremamente difícil. Choca tantos interêsses de tôda a espécie, os mais egoístas e os mais legítimos, atropela de tal forma a ordem estabelecida, que ergue contra ela todos os elementos conservadores, tôdas as fôrças de estabilidade e de inércia. Se essas fôrças de resistência conseguem triunfar, a reforma do Estado e a sua adaptação moderna dependerão dum abalo físico, dum fenómeno de

precipitação. É assim que as Revoluções chegam a ser necessárias. Elas trazem aos povos rotineiros a solução indispensável, abrem-lhes possibilidades de vida nova. São, então, crises dolorosas, mas inevitáveis. Terrível aviso para aqueles que não querem ouvir, que não querem ver a marcha irresistível das coisas, que se recusam a segui-la e a adaptar-se a ela.

Constatemos o facto de, quási em tôda a Europa, se reconhecer a necessidade dum Estado corporativo e de só o terem sabido realizar as Nações que fizeram uma revolução: a Rússia e a Itália. É em virtude de ser um movimento que rompeu com o passado, que o Fascismo tem disfrutado uma mais ampla liberdade e um maior à-vontade para uma política social moderna. Foi ainda levado a isso por quatro outras razões:

1.ª — Em primeiro lugar, nêsse país pobre, a população é, na sua maior parte, formada pelas classes baixas. São elas que se impõem e dão a nota dominante. A aristocracia tem, também em Itália, perdido essa influência social, que só soube conservar na Inglaterra ou na Hungria. Já vimos que, na Itália, como na Roma antiga, falta a classe média. Na Península não existe essa imensa burguesia que, entre nós, constitue o fundo da população.

Pode dizer-se que a Inglaterra é aristocrática, a França burguesa e a Itália plebeia.

2.ª — O Fascismo é uma ditadura e as ditaduras estão, talvez, ainda mais submetidas à opinião pública que os outros regimens porque essa opinião pública não está organizada e regulamentada, como o fazem ou tentam fazê-lo as nossas Repúblicas democráticas. Nenhum govêrno podendo sustentar-se sem o consentimento entusiástico ou resignado da população, só uma ditadura democrática ou até demagógica pode ser durável. Só há tiranias populares.

3.ª — Regimen totalitário, querendo participar em tôdas as manifestações de vida da nação, o Fascismo, como diz Rocco, «é um Estado eminentemente democrático no sentido de que adere estreitamente ao povo, que está em constante contacto com êle, vive a sua vida e sente-lhe as necessidades». Em conseqüência da multiplicação dos contactos há, entre o Estado e as massas populares, uma endosmose permanente e recíproca.

4.ª — Finalmente, a influência pessoal. Mussolini, antigo professor e filho dum ferreiro, assim como os seus companheiros da Marcha sôbre Roma, que o cercam sempre, são homens do povo. Coisa notável: êsses homens do povo chegados às altas situações pouco se

aburguesaram. Talvez por não terem encontrado um regimen anterior com bastante fôrça e prestígio para os fazer corar das suas origens. Ficaram plebeus. Mussolini dá uma impressão de vulgaridade que só consegue apagar, em seguida, a sua prodigiosa inteligência, duma viveza e duma mobilidade espantosas. Todos os actuais chefes da Itália são, por formação, homens de ideias avançadas. A maior parte, são antigos membros do Partido Socialista: Mussolini, Farinacci, Balbo, Rocco...

Por tôdas estas razões, o Fascismo devia olhar as questões sociais com uma particular atenção. O regimen principiou por fazer sua a teoria do trabalho «sagrado», procurando aumentar-lhe o prestígio e torná-la usual. Proclamou, como o Comunismo russo, o princípio do trabalho «dever social». Não está longe de decretar a sua obrigatoriedade. Mas fora dessas manifestações doutrinárias, o esfôrço social do Fascismo manifesta-se, sobretudo, pràticamente. As suas principais criações são:

1.ª — A partilha dos grandes domínios da Itália meridional. A reforma, principiada pelos govêrnos do período 1919-1923, foi continuada e regulamentada pelo Fascismo. Os grandes proprietários viram as suas terras fragmen-

tadas e arrendadas, mediante um preço imposto e módico, a camponeses que as valorizaram. Foi uma verdadeira reforma agrária, análoga à da Roménia em 1919.

2.ª — A instituïção do «Dopolavoro», em português «depois do trabalho». É uma obra do partido Fascista, incorporada oficialmente pelo Estado e que tem por fim «defender e valorizar o repouso considerado, não como preguiça, mas como revigoramento de energia, como educação física e moral do indivíduo, em nome e no interêsse supremo da Nação». Reüne os operários e os empregados depois do trabalho e ocupa-lhes os ócios com conferências, representações, viagens, etc... A organização é semelhante à criada pelos soviets. Apesar de impregnada de ideias políticas é, considerada em si mesma, uma obra social. Os seus efectivos são consideráveis. Segundo as últimas estatísticas, agrupava umas 15.000 sociedades diversas. Só o Dopolavoro dos Correios e Telégrafos conta 35.000 aderentes.

3.ª — O desenvolvimento dos seguros: o Italiano é um pobre diabo que vive com dificuldades e a quem é impossível amealhar algum dinheiro. A única garantia que pode obter é o contracto de seguro. Os Govêrnos de Roma fizeram, sempre, uma política de seguros.

Já antes da Guerra o regimen parlamentar organizara, sob o nome de «Instituto Nacional de Seguros» uma grande companhia do Estado, espécie de preparação para um monopólio. O Fascismo caprichou em propagar o sistema de seguros e, para isso, usou dum meio engenhoso: a carta de matrícula em qualquer organização do Partido, sem qualquer outra formalidade, nem pagamento, dá direito a uma indemnização de 5.000 liras em caso de morte, de 3.000 liras pela incapacidade total e de 2 liras por dia na incapacidade temporária. Há nisto não só uma vantagem material, uma espécie de prémio para os membros do Partido, mas também um processo de propaganda próprio para despertar o gôsto de mais elevadas garantias.

4.ª — A mais importante, indiscutìvelmente, das obras sociais do Fascismo, é a sua organização sindical. Ela meche na própria estrutura do Estado, modificando-lhe o carácter tradicional. Em 1926 o Fascismo proclama-se Estado corporativo. Uma lei de 3 de Abril de 1926 e um decreto de 1 de Julho do mesmo ano fixam os primeiros princípios, reivindicando especialmente para o Estado o direito de regulamentar as relações entre o trabalho e o capital. Finalmente, em 21 de Abril de 1927, dia do aniversário da

legendária fundação de Roma, é solenemente promulgada a Carta do Trabalho. O essencial da reforma consiste no seguinte: O sindicato e a Corporação tornam-se órgãos de Estado, do Estado Italiano. São desligados daquilo a que os Fascistas chamam «o mito» internacionalista e integram-se na vida nacional.

A base do sistema é o Sindicato: sindicato de operários, sindicato de empregados, sindicato de empresários. A êste último respeito, é curioso notar que o Fascismo quiz evitar o nome de «patrão» como tendo um aspecto um pouco feudal; usa o termo «dador de trabalho».

O regimen proclamou a liberdade de organização sindical. Mas é evidente, com a sua mentalidade, que, de facto, tal liberdade não existe e que só pode haver Sindicatos fascistas. Por outro lado, é preciso dizer que a adesão não é obrigatória e que, se tanto, há uma simples pressão moral, que não me pareceu muito forte. Desde que não se trate da sua segurança, o regimen é mais tolerante. É preciso reconhecer, igualmente, que o Sindicato oficial se ocupa não só dos seus membros, mas ainda e principalmente, do conjunto dos interêsses colectivos que se encarregou de defender. Protege todos os da sua profissão,

inscritos ou não inscritos. Considera-se investido duma função tutelar geral. Procura fazer perder ao trabalho essa qualidade, se assim me posso exprimir, de «mercadoria» que lhe dão as chamadas doutrinas «liberais». Os Sindicatos foram, bem entendido, dotados dessa personalidade jurídica que ainda se lhes recusa nesta França que, decididamente, é o reduto conservador do capitalismo 100 %. As principais questões de que se ocupam os Sindicatos são as seguintes:

1.ª — O salário, tomando em linha de conta, duma parte, as necessidades das populações operárias e doutra parte, as possibilidades da emprêsa e a situação da indústria.

2.ª — A duração e distribuïção das férias anuais, as quais são obrigatorias na Itália, mais adiantada que a França onde só são legais as licenças para as mulheres grávidas.

3.ª — As rupturas de contracto quer pelo operário, quer pelo patrão. Nêste ponto, devo parar um momento. O contracto colectivo de trabalho é recomendado como conforme ao espírito colectivista do regimen, mas não existe em tôda a parte. Desenvolve-se. A sua progressão é a seguinte: em 1928 — 128. Em 1929 — 4.974. Em 1930 — 4.803. O ministro Bottai assegurou-me que ia tornar-se obrigatório.

Ainda o não é. Não há, portanto, regulamentação geral. Foram simplesmente estabelecidos alguns contractos tipos para tôdas as categorias. Vi um para os guarda portões. Êsses contractos-tipos espalham-se com modificações particulares ou locais. Na falta de lei fixa, cria-se uma espécie de costume.

Na prática, os Sindicatos operários fascistas intervem com uma autoridade real para defender os seus camaradas despedidos em vista duma decisão patronal. No novo regimen social italiano, despedir um empregado, torna-se, para o empresário, uma medida grave, diante da qual êle recua, ou, pelo menos, hesita. As causas do despedimento são criteriosamente examinadas. A indemnização é calculada proporcionalmente ao número de anos de serviço. Geralmente, é de um mês por cada ano de serviço. Por exemplo, tendo sete anos de serviço, o operário despedido tem direito a sete meses. Na categoria dos empregados do comércio, a indemnização é de meio mês por cada ano de serviço.

4.ª — O Sindicato trata, também, do problema dos preços:

a) Intervem na fixação dos preços de venda dos objectos da sua indústria, regulamentando, assim, o lucro dos empresários e

limitando-o. Por esta forma imiscue-se na direcção da emprêsa, um pouco à maneira dum Soviet. Contudo, ainda que o princípio de intervenção seja o mesmo, a aplicação é diferente. É feita com muito menos rigor, menos poder e menos espírito de classe. O Sindicato italiano tem menos poder que um Soviet russo, mas tem mais que um Sindicato francês.

b) Intervem, até, no problema geral dos preços. Foi assim que em Dezembro de 1930 os Sindicatos fascistas decidiram uma baixa geral de 10 o/o nos preços de tudo, até das rendas das casas, em tôda a Península. Medida eminentemente benéfica e que, um dia, será preciso aplicar em França, hoje o país da Europa onde se vive mais caro. Os Sindicatos Italianos encarregaram-se da vigilância dessa baixa e impuseram a sua realização, apoiados pela milícia. Vê-se que os Sindicatos Italianos possuem realmente autoridade.

Examinemos agora como se enfrentam os sindicatos de empresários e os sindicatos de empregados; procuram, é evidente, liquidar as suas questões amigàvelmente. Tratam uns com os outros como potências iguais. É preciso não se pensar que o Fascismo é um regimen reaccionário, amigo dos grandes e que

põe a sua influência ao serviço dos patrões. Nada disso. Se ao princípio pareceu sê-lo, hoje certamente que já o não é. O movimento fascista fôra, nas suas origens, comanditado por grandes indústriais do Norte da Itália. Agora que chegou ao poder e que deseja lá continuar, sofre os efeitos da ambiência das condições sociais e das considerações pessoais que acima expus para explicar o carácter necessàriamente demagógico da ditadura fascista. O regimen penetra cada vez mais na via revolucionária. Um dia, ao receber uma delegação de patrões que lhe vinham expor o estado dos seus negócios e a obrigação em que se iam ver de não poder continuar uma exploração que deixava de ser suficientemente remuneradora, o Duce replicou brutalmente: «Se os senhores fecharem as fábricas, abro eu as prisões.»

Quando o Estado fascista intervém nas questões entre empresários e empregados, tem, geralmente, tendência para o fazer a favor dos últimos. Os empresários queixam-se disso constantemente. Eu poderia citar aqui vários exemplos, em especial o de um industrial francês estabelecido numa grande cidade da Itália que me inundou com os seus queixumes àcêrca da organização social italiana; a francesa era-lhe muito mais agradável.

É um facto constatado que a alta burguesia italiana, dantes tão favorável ao Fascismo, lhe é, agora, surdamente hostil. Essa classe desafogada é, sempre e em tôda a parte, sensível às questões de interêsse e, ao mesmo tempo, amiga da liberdade. Diminuida num e noutro domínio, constitue, hoje, na Peninsula, juntamente com a sua tradicional aliada, a Igreja, o núcleo antifascista.

Isto quanto às conciliações. Mas em caso de conflito? As greves e os lok-out foram considerados formas grosseiras e primárias das lutas sociais, indignas dum Estado policiado. Faltava estabelecer um modo de solução regular dos conflitos. Só podia ser a arbitragem do Estado. O poder político central julgou, porém, preferível delegar os seus poderes em especialistas. A Carta do Trabalho organizou aquilo a que se chama a «Magistratura do Trabalho». São tribunais encarregados de julgar os processos entre colectividades sindicais. Isto constitue uma importante novidade na organização do Estado. Poder-se-ia, em boa verdade, encontrar entre nós um embrião dessa instituïção, nos nossos Conselhos dos Prud'hommes, mas as juridições francesas:

1.º — Têm poderes menos extensos e, de facto, só lhes são, geralmente, submetidos os

litígios inferiores, quási sempre apenas entre indivíduos;

2.º — São compostos mais por homens de boa vontade do que por competências. Estão sujeitos à política. Os nossos Conselhos de Prud'hommes têm pouco prestígio e, infelizmente, há quem lhes censure a falta do sentido duma justiça imparcial.

A reforma fascista confiou essas funções judiciárias a magistrados profissionais. Fazem-se resolver os conflitos de direito por homens habituados a distinguir os factos e a declarar o direito. Isto é razoável. Poder-se-ia dizer, pouco mais ou menos como La Bruyère, que julgar é uma profissão, como fazer um relógio é outra e uma profissão que exige uma experiência, uma adaptação e condições morais determinadas. De facto, os novos tribunais italianos parecem corresponder às esperanças que nêles se fundavam e funcionam com regularidade. Um exemplo: em 10 de Abril de 1931 a Magistratura do Trabalho de Turim julgou um processo sôbre a fixação dos salários dos jornaleiros agrícolas para o ano corrente. A sentença interessava 130.000 trabalhadores.

É assim o Sindicato Fascista, verdadeira célula da organização social do país. Os sindicatos agrupam-se de duas maneiras:

1.ª — Todos os sindicatos de empregados e de empresários se associam separadamente por categorias sociais. Em cada província, formam uma Confederação provincial. Por exemplo, a Confederação provincial dos operários metalúrgicos de Milão ou a Confederação dos proprietários agrícolas da Sicília. Essas Confederações provinciais reünem-se, por sua vez, em Confederações nacionais. Por exemplo, a Confederação nacional dos marítimos inscritos, a Confederação nacional dos serralheiros. Há treze confederações: seis para cada um dos grandes ramos da actividade nacional pelo lado dos empregados, seis pelo lado dos empresários e ainda uma outra confederação (a 13.ª) para as profissões liberais, nas quais não há nem empresários, nem empregados.

2.ª — Os Sindicatos de empresários e os de empregados de cada profissão reünem-se num organismo mixto que toma o nome de Corporação. Por exemplo, a Corporação da Navegação agrupa os Sindicatos dos Armadores e os Sindicatos dos marítimos inscritos.

Assim, cada Sindicato se integra em dois agrupamentos: um de sindicatos da mesma categoria que se chama Confederação e um de sindicatos da mesma indústria que se chama Corporação.

Hoje em dia há seis grandes corporações: Indústria, Agricultura, Comércio, Bancos, Transportes terrestres e Transportes marítimos. Além destas, duas Corporações autónomas: Turismo e Teatro. A Corporação do Turismo reüne os hoteleiros, o pessoal do hotel, as agências de turismo, etc... A Corporação do Teatro agrupa os autores, os actores, os directores, os maquinistas, os editores, etc....

O conjunto das Corporações está colocado sob a direcção dum ministro de Estado, actualmente Bottai, o qual é assistido por um Conselho Geral das Corporações. Êsse organismo, inaugurado a 21 de Abril de 1930, reüne-se duas ou três vezes por ano para tratar de algumas questões que interessam o total das Corporações. O número dos aderentes é de 2.900.000 assalariados e de 900.000 empresários. No total, agrupam perto de quatro milhões de trabalhadores organizados.

As Corporações e as Grandes Confederações designam os seus representantes à Câmara dos Deputados e esta só é formada por êles. O Parlamento é ùnicamente um Parlamento corporativo.

Eis a obra do Fascismo. É, depois do sistema soviético, o primeiro ensaio sério de integração da vida económica na vida política

dum país. É a primeira vez que se tenta organizar a fiscalização, pela vida económica, da vida política pura. Essa indispensável fiscalização, vemo-la nós, nos Estados liberais, chamados democráticos, existir extra-legalmente e como que envergonhadamente, exercida, como se diz em estilo eleitoral, pelas «influências ocultas da finança» e pelo «conluio da finança e da política». É um facto que, num Estado liberal, só os patrões se encontram suficientemente organizados, armados e municiados, para intervir no mecanismo político do Estado. Os operários só têm à sua disposição: ou as greves, espécie de guerra civil passiva ou a organização nos chamados partidos «de classe». Os factos encarregam-se, geralmente, de demonstrar a insuficiência dêsses agrupamentos. Em conseqüência de se agitarem adentro dos quadros políticos, evoluem num ambiente que acaba por impregná-los. Quanto mais aumentam politicamente mais a política os absorve. Quanto mais se aproximam do Poder, mais se afastam do seu fundamento humano. Tem-se a impressão que, por exemplo na França, o Partido Socialista se tornou quási exclusivamente um partido político e que é cada vez menos um partido puramente social. Hoje, os nossos socialistas S. F. I. O. são mais simples republicanos

avançados do que verdadeiros marxistas. Não os vimos lançar ùltimamente uma profissão de fé anti-clérical! O próprio Jaurés, disse que «o Socialismo é o desenvolvimento da Democracia». Há aqui uma estranha confusão entre duas noções intrìnsecamente diferentes: o espírito socialista, que é o espírito social e o espírito republicano, que é o espírito de liberdade. Estas duas noções não estão no mesmo plano. Essa confusão conduz a um desvio. Para o verdadeiro socialismo é um perigo tremendo comparticipar no jôgo dos partidos. Os partidos políticos só oferecem às reformas sociais meios grosseiros e impuros.

Infelizmente a organização fascista também não é absolutamente isenta de preocupações políticas. Tem-se até, nìtidamente, a impressão contrária. O regimen, preocupado com o problema da sua duração, encara o movimento corporativo como um maravilhoso instrumento de organização política. Alguém bem colocado para conhecer e para julgar as coisas italianas, o Papa Pio XI, numa encíclica recente exprimiu-se nestes termos notáveis:

«Não é necessário reflectir muito para descobrir as vantagens da instituïção: colaboração pacífica das classes, criação da acção e das organizações do Partido Socialista, influência moderadora duma magistratura especial.

Mas, para nada omitir numa matéria tão importante, devemos dizer, porém, que segundo sabemos não faltam pessoas que temem que o Estado se substitua às iniciativas privadas, em vez de se limitar a um auxílio ou a uma assistência necessária e suficiente. Teme-se que a nova organização sindical e corporativa revista um carácter exageradamente burocrático e político e que, não obstante as generosas vantagens já mencionadas, ela não se arrisque a ser posta ao serviço de fins políticos particulares, em vez de contribuir para a preparação dum melhor equilíbrio social.»

Em resumo, o edifício social do Fascismo é uma construção notável, impregnada dum espírito muito moderno, merecendo a curiosidade simpática de todos os homens de boa vontade, mas manchada de preocupações políticas e marcada por uma preocupação de regimen. Daqui resulta o seu carácter hesitante e incompleto. Muitas corporações apenas funcionam no papel. A ideia corporativa representa, ainda, na Itália, mais um princípio que uma instituïção florescente. É que o Fascismo está longe de ter o mesmo entusiasmo revolucionário do Bolchevismo russo; partiu dum menor grau de anarquia. Subsistiam mais vestígios da democracia italiana que do miserável tsarismo. No estado da Península

durante os últimos anos a organização integral da Nação sôbre novas bases era uma tentativa bastante atrevida, chocando-se de encontro a enormes dificuldades de meio, de clima, natural ou económico, de encontro a uma formidável resistência específica. Essas condições ambientes refreavam os desejos revolucionários dos chefes do regimen. É possível que êles fracassem mais ou menos parcialmente nas suas ambições construtivas. Mas já é tarde para poderem fracassar completamente. O mais difícil já está feito. A Itália deixou de ser um país de capitalismo puro, como a França, para se tornar um país de capitalismo vigiado. Se ainda não é o Socialismo, é, pelo menos, a preparação para o Socialismo. Pergunto, por vezes, a mim mesmo se o Fascismo não será a forma ocidental do Socialismo, representando o Bolchevismo a forma oriental. Os homens de Roma assentaram os novos princípios duma organização colectiva da Nação; e essa passagem do individualismo para o colectivismo, é a parte essencial da revolução. O Fascismo não será uma tentativa de adaptação da revolução mundial ao mundo latino? Temos pois, que já nasceu e funciona um Estado corporativo; um Estado não sòmente político, mas social. Isto é que é importante. E vai além do Fascismo.

Mesmo que o regimen político seja abatido, diminuido, o regimen social tem de sobreviver-lhe. Esta é, de tôdas as construções do Fascismo, a que tem probabilidades de durar mais tempo. Deve, até, normalmente, ir acentuando-se sem cessar até conduzir o regimen para caminhos cada vez mais avançados, mais amplos e mais modernos.

É esta a mais profunda obra da revolução italiana.

CAPÍTULO SÉTIMO

A Mistica do Regimen

Acabamos de ver, sobretudo, os aspectos, se assim me posso exprimir, físicos, do Fascismo. Ainda não são os mais originais. Um dos princípios fundamentais do regimen é o de que a Nação não só deve ter uma nova constituïção jurídica, mas também uma nova moral.

O Fascismo parte da ideia que um homem é sempre função do meio. O homem abstracto, diz êle, é uma invenção dos filósofos do século XVIII. Não há: «o homem»; há «homens». Só existem homens concretos cuja diferença, em grande parte, deriva da diversidade das condições em que evoluem. Modificando essas condições, modificam-se os homens. Quando se quere preparar certas espiritualidades individuais, o problema está apenas em criar um ambiente. Os físicos diriam «a pressão» necessária. Partindo dessa ideia, o Fascismo

procura dar a todos os Italianos uma «atmosfera» idêntica. Para forjar essa atmosfera, necessita de fôrça e de disciplina. Tôda a sua autoridade se dirige, pois, no sentido dum aumento da virilidade nacional. Tende-se a substituir a antiga despreocupação por uma espécie de franqueza marcial. Nas portas das repartições há dísticos assim concebidos: «Não apertem a mão, saüdem à romana». Afecta-se, freqüentemente, grande austeridade. A antiga Sparta inspira a nova Roma. Nas gravuras oficiais, o Duque aparece com o rosto contraído e o olhar duro. Êle próprio definiu o Fascismo como sendo «um clima áspero». A bondade, a indulgência e a piedade são apontadas como sinais de fraqueza.

Para melhor pintar o Fascismo, acho mais conveniente servir-me, sobretudo, das citações. Vejamos, em primeiro lugar, os dez mandamentos do Miliciano fascista:

«1.º — É preciso que saibas que o Fascista, e especialmente o Miliciano, não deve acreditar na paz perpétua.

«2.º — Os dias de prisão são sempre merecidos.

«3.º — Serve-se a Pátria de tôdas as maneiras, até fazendo sentinela junto dum depósito de gasolina.

«4.º — Um camarada deve ser para ti um

irmão, porque vive contigo e porque pensa como tu.

«5.º — A espingarda, a cartucheira, etc., foram-te confiadas para que as conserves para a guerra e não para as deixares estragar ao abandôno.

«6.º — Nunca digas: «É o Govêrno que paga», porque és tu mesmo que pagas e o Govêrno é aquele que tu quiseste e pelo qual vestes a farda.

«7.º — A disciplina é o sol dos exércitos; sem ela não há soldados mas só confusão e derrota.

«8.º — Mussolini tem sempre razão.

«9.º — O voluntário não pode invocar atenuantes quando desobedece.

«10.º — Uma coisa te deve ser querida mais que todos as outras: a vida do Duce».

Um outro «Decálogo» redigido por Sua Exc.ª Giurati termina com o seguinte artigo: «Agradece todos os dias devotamente a Deus o ter-te feito Italiano e fascista».

Em 25 de Maio de 1929, Mussolini declarava: «Não podemos renunciar a essa educação a que daremos, finalmente, o verdadeiro nome, pois nos repugna a hipocrisia: a educação guerreira, a palavra não vos deve assustar». Depois, após uma invocação das guerras do Império romano: «Tendo que defender cons-

lantemente a nossa existência de grande povo, não podemos ceder aos embustes dum universalismo que eu compreendo nos povos que já atingiram a meta, mas que não posso admitir para um povo que tem de chegar».

Em 24 de Maio de 1929, o maior jornal de Palermo, escreve no seu editorial: «Depois das injúrias de que a Itália foi vítima, os novos tem de acrescentar à História do seu país uma página ainda mais gloriosa e mais difícil e terão de vencer um inimigo mais rude que o de Piava e do Isonzo».

Num discurso dirigido aos novos, o ministro da Instrução pública declara, em 25 de Março de 1928: «Ah! como será bela a guerra que vós fareis, a guerra na qual sentireis dentro de vós e atrás de vós, tôda a Itália unida que vos ajudará, vos acompanhará e vos beijará a fronte, em recompensa da vossa vitória»!

O professor Bodrero, vice-presidente da Câmara dos Deputados, antigo vice-ministro da Instrução pública, falando aos estudantes da Universidade de Pádua, diz-lhes: «Há uma virtude que deve ser o vosso estimulante, que deve ser a chama da vossa juventude e essa virtude chama-se: Ódio».

Em 14 de Maio de 1929, o Papa, num discurso público, censura «o espírito que prepara

as crianças para a conquista e forma os conquistadores».

Em Junho de 1930, na Piazza Colonna, em Roma, a propósito duma decisão dos jurados do Sena, Turati proclama: «A luta é, desde agora, inevitável, entre os povos jóvens e fortes e os povos velhos e decrépitos».

Uma revista tomou o encargo de coordenar espirituosamente tôdas essas manifestações. Usa o título característico de *Anti-Europa*. O seu manifesto é uma declaração de guerra ao «europeismo parisiense». «A Europa só poderá salvar-se aceitando o espírito da nova Roma.»

Colocam-se sob o signo do Imperialismo mais inflamado. Num artigo da *Politiqua*, F. Coppola declara que «a Itália retoma a sua vocação universal para defender o mundo, ameaçado pela barbarie materialista, pela corrupção social-democrata, pelo rancor comunista e pela plutocracia. Como outrora em frente dos Bárbaros e na idade-média, em nome e no espírito de Roma, defendendo-se e salvando-se a ela própria, a Itália defende e salva a Civilização do mundo. Com o génio italiano, o nacional coincide com o universal e a ordem católica e a ordem fascista aparecem e reconhecem-se como o duplo aspecto da ordem romana no mundo». E conclue «que

com a águia e com a cruz, a Itália retoma a sua carreira universal romana, que lhe foi indicada por Deus».

É nìtidamente, o culto da virilidade, da fôrça, da violência, do ódio, da grandeza e do imperialismo. O melhor e o peor confundem-se numa mistura turva. Está-se em pleno entusiasmo da criação, ainda sem se ter atingido o ponto de equilíbrio. Tôda a Nação parece viver numa exaltação febril. A Itália tem febre. Um povo inteiro parece possuido dum delírio sagrado.

O deputado Scorza, comandante em chefe dos agrupamentos juvenis, escrevia nos princípios de 1931: «Inocêncio III foi um grande Papa, justamente venerado, que aumentou o poder da Igreja pelo ferro, pelo fogo e pela exterminação. O Fascismo deve inspirar-se nessa grande escola de intransigência e de orgulho. Sobretudo, devem inspirar-se nela os jóvens fascistas se querem realmente ser, em nome do Fascismo e do Duce, os confessores e os soldados dessa nova e grande religião civil da Pátria. Esta, depois de ter voltado a colocar Deus nas escolas e nos corações, o amor nas famílias, os mártires nos altares, os heróis sob os arcos de triunfo, não deseja ficar a guardar sonolentamente a sua glória, mas viver, agir, marchar e vencer. E para

vencer, é preciso estar como os verdadeiros padres, armado de amor e de ódio.»

Quando um regimen exaspera sentimentos a tal grau, deixa de ser ùnicamente um sistema político, para se tornar alguma coisa mais.

Num dos seus notáveis telegramas ao *Temps*, Gentizou escrevia:

«Com o Fascismo, nasceu na Itália uma nova religião. Na verdade, nada tem de eclesiástica. É até uma religião civil, pode dizer-se, mas que não deixa, por isso, de ter um culto completo. A divindade é a Pátria. Não aquela que os teólogos constantemente têm colocado no céu, a Pátria celeste, mas a terreste e transitória do homem. A veneração que lhe manifestam comporta uma completa terminologia sagrada. Lêde os jornais fascistas; em tôdas as páginas aparecem as expressões: Itália santa, Itália divina. Os mortos pela Pátria ou na Revolução dos Camisas negras são os mártires dum ideal de que eram os apóstolos. Em sua honra erguem-se altares, acendem-se chamas votivas, celebram-se ritos. Fala-se dos lugares santos da Pátria e os novos obedecem a decálogos e a credos que, bem entendido, nada têm que ver com os dez mandamentos da lei de Deus. Essa curiosa transferência do estilo litúrgico para o campo

profano dos sentimentos, dos factos e dos acontecimentos de carácter civil chega a ter efeitos ainda mais singulares. Um dia, é uma revista encarregada de espalhar pelo mundo a ideia italiana, que intitula um dos seus artigos «de propaganda fide» (de propaganda da fé). Noutra ocasião, é um jornal de província que qualifica o Duce de «nosso deus», o «deus duma magnifica fé, que tem os seus mártires, os seus confessores e os seus heróis...» Finalmente, como tôdas as suas irmãs, a religião fascista julga possuir a verdade inteira e absoluta. Um dos lugares tenentes do Duce, Bottaï, ministro das Corporações, dizia-o ainda recentemente: «Assim como um católico não discute os dogmas da sua fé, também nós não discutimos os dogmas do nosso credo fascista.»

O número de 21 de Junho de 1931 da *Roma Fascista* contém um curioso artigo onde, entre outras coisas, se escreveu o seguinte: O Fascismo é «uma reacção do divino», e consiste em nos «unirmos como irmãos contra o egoísmo de cada um e de todos, em nome dum Duce terrestre que vela sôbre cada um e sôbre todos, em nome dum pai não terrestre que igualmente vela».

Os Chefes afirmam ter um verdadeiro «espírito de sacerdócio». Fala-se em Ortodoxia.

Até se escreveu, publicou e difundiu um pequeno catecismo de doutrina fascista, sob a forma clássica de perguntas e respostas. Ainda há melhor: No Grupo universitário de Milão funciona uma «Escola de Mística fascista», inaugurada em Junho de 1931 por Arnaldo Mussolini, irmão do Duce. Estou de posse do extraordinário programa: os cursos devem durar dois anos e declara-se expressamente que o Fascismo não é só uma doutrina, mas que constitue, só por si, uma civilização inteira. Finalmente, criou-se a «era fascista», com a qual se data tudo: autos oficiais, cartas particulares, etc... Ano de 1931, Ano IX.

Proclama-se por tôda a parte que se está no princípio dum mundo novo. O regimen parece olhar sempre para o futuro. Vive mais nêle do que no presente, anunciando constantemente a Cidade Futura. Há nêle, como no Comunismo, uma espécie de Messianismo. E tôda essa Nação armada, rejuvenescida e vivendo ao sôpro dum ideal, constitue um espectáculo soberbo, análogo ao da França do ano II.

Todos os regimens revolucionários são, no geral, místicos. Só os místicos podem fazer revoluções. Como escrevia Proudhon, só é revolucionária a ideia que tem em si a fôrça de negar completamente o mito ou a ideia que

a precedeu. Nas suas reflexões àcêrca da violência, George Sorel diz que «os grandes movimentos populares estão sempre polarisados para um mito». Depois de feita uma revolução, de realizada, de instalada, a mística escoa-se-lhe por todos os poros. Actualmente, a República francesa parece esvasiada da velha mística republicana. Poucos dos nossos homens conservaram a sua pura claridade.

Só se encontram vestígios dela em alguns cenáculos dominados e deformados pelos ambiciosos. Também, a nossa Democracia já é apenas um regimen material, um hábito, uma espécie de doçura um pouco mole. Disso provêm a incerteza dos novos e a sua insatisfação. Assistimos hoje como que a uma vingança das fôrças morais. Todo o espírito científico do século XIX se esforçara, como escreveu André Maurois, por reduzir o espiritual.

E sucede agora que, decididamente, o espiritual triunfa. A parte velha do mundo parece morrer duma decadência do espiritual, a parte nova surge dum renascimento de ideal. As novas gerações afastam-se do materialismo burguês. É que o mundo não se limita às coisas tangíveis; uma política ùnicamente materialista lembra um esqueleto descarnado. É só a fé que explica como o Fascismo e o Bolche-

vismo ainda duram e parecem mesmo fortificar-se. O fenomeno é, talvez, ainda mais notável em Roma do que em Moscou, porque a raça eslava é naturalmente mística e porque os latinos o são pouco. Fascismo e Bolchevismo constituem, um e outro, formidáveis manifestações do espiritualismo. Parece até que, por reacção, êsse espiritualismo despreza demasiado a fôrça do «material» e se os nossos velhos regimens estão, por vezes, abaixo do equilíbrio, os novos parecem ir demasiado longe.

O misticismo do Fascismo traz consigo várias conseqüências. Em primeiro lugar, explica a sua intolerância. Tôda a crença profunda é intolerante. A tolerância, ou é um privilégio de espíritos superiores, ou então, mais freqüentemente, o sinal duma diminuïção de fé. A de muitos Italianos continua ardente, sem que o tempo lhe tenha embotado as pontas. Êsses neófitos ainda estão no período do fanatismo. É bom ver as suas aplicações. Qualquer atentado contra os pontos sagrados de regimen, é reprimido como um sacrilégio. Qualquer blasfémia àcêrca da divina pessoa do Duce, é ferozmente punida. Em Junho de 1931, o *Osservatore Romano* conta que numa comuna da diocese de Sarno, uma raparigu-nha de oito anos foi encontrada na sua escola

riscando a lapis uma fotografia do Duce. Tendo a criança declarado que assim agira em virtude do desespêro que lhe causara o encerramento do Círculo católico da localidade, a presidente e a tesoureira do referido Círculo foram condenadas, por cumplicidade, a seis meses de prisão. Exigiram a exposição do retrato do Duce no vestíbulo do aristocrático Colégio das Damas francesas da Assumpção de Génova. Ao passar diante da imagem sagrada as crianças devem saüdar à romana. A devoção estende-se até à familia do Duce; e vemos constituir-se uma espécie de culto estranho à volta do túmulo de seu sobrinho, o jóvem Sandro Mussolini.

O carácter místico do Fascismo anexou-lhe um factor moral duma importância considerável. Dá-lhe uma fôrça enorme. É já visível que o carácter italiano tende a despojar-se de alguns dos seus defeitos julgados eternos e a adquirir qualidades imprevistas. A transformação moral da Itália é ainda mais notável que a material.

Tudo isto explica as probabilidades de duração do regimen e, como vamos ver:

1.º — A sua autoridade sôbre os novos;

2.º — O seu conflito com o Catolicismo.

CAPÍTULO OITAVO

A Mocidade

Várias razões levam o Fascismo a dedicar à mocidade uma particular atenção:

Em primeiro lugar, o facto do regimen pretender ser o meio em que se desenvolva uma Nação forte. É preferível que o homem receba essa ambiência desde pequeno. A operação de «fascisação» do país, para ser completa, deve começar por se apoderar do indivíduo na idade em que o seu espírito é ainda plástico. Isto surge-nos como novidade. Os Govêrnos liberais não se preocupam com a formação cívica da mocidade. Anatole France dizia que a República era a facilidade. As democracias são negligentes. A culpa da mocidade se desviar delas, só a elas pode ser imputado. E, em conseqüência disso, arriscam-se a morrer. As Nações, pessoas morais, só pela alma se agüentam. Se esta fenece, tor-

nam-se decrépitas. Só a adesão dos futuros sucessores pode assegurar a continuidade dum ideal ou dum sistema político. Um regimen, só apoiando-se nos novos consegue ser durável.

Em segundo lugar, o facto do Fascismo ter sido fundado por elementos novos, dá-lhe uma simpatia especial para a mocidade. Até os homens que estão no poder desde a Marcha sôbre Roma, parecem sempre miraculosamente jóvens de espírito e de atitudes. Uma aparência de mocidade desportiva e viril é a grande coqueteria dos chefes do regimen. Pode dizer-se que na Itália há, entre a mocidade e o Govêrno, um contacto permanente e como que fraternal.

Finalmente, o facto do Fascismo, sendo uma verdadeira revolução, ter contra si os que revolucionou, as gentes retrogradas, os velhos. O Fascismo, que suprimiu a liberdade individual em proveito da colectividade nacional, não pode ter conseguido adesões profundamente sinceras das gerações que conheceram a liberdade e que gozaram dela. A liberdade é qualquer coisa de, ao mesmo tempo, agradável e lisongeiro. Perdê-la, significa uma diminuïção material e moral. Os Italianos que principiaram a viver antes de 1922 estão mais ou menos resignados ou ligados ao Fascismo,

mas não podem ser fascistas pela forma resoluta que exige êsse sistema. Em Itália, mais que em qualquer outra parte, há um profundo abismo entre as novas gerações e as velhas. Apoiar-se na mocidade é, para o regimen, não só uma habilidade, mas também uma necessidade.

Em conseqüência, os novos gozam de nítidos privilégios. O Secretário Geral da Província de Florença tem vinte e nove anos; o Perfeito de Salerno, trinta e dois anos; Grandi era, com trinta e três anos, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Ocupando os postos directivos, influenciando o resto com o seu espírito, dominando em tôda a parte, os novos são os verdadeiros senhores. É característico o hino fascista: «Giovinezza, Giovinezza, primavera de beleza...» «Mocidade, Mocidade, primavera de beleza...». Conhece-se que essa mocidade é o ídolo do regimen e que tudo repousa sôbre ela; é a pedra angular da nova Itália.

A sua preparação rodeia-se de minuciosos cuidados. Em primeiro lugar a Escola. O Fascismo é o regimen da Escola única. A Escola fascista não é «neutra». Uma circular ministerial determina: «O Fascismo não pode e não deverá nunca considerar a Escola apolítica, com tôdas as possibilidades de deformação

que êsse epíteto encerra. A Escola está no centro da Nação, deve, por isso, estar no centro do regimen.» A Escola fascista tem por fim dar a todos os jovens Italianos uma instrução primária comum pró-fascista.

A essa educação oficial, o regimen sobrepôs uma segunda educação oficial, que é a obra das Balillas, instituída em 1923, funcionando como corpo oficial desde 1926, e, finalmente, incorporada ao Estado em 1929. É uma organização gigantesca e extremamente importante, pois que é a base do regimen. Só através dela se pode ingressar no Partido. A entrada dêsse Santuário só está aberta às crianças. O sistema fascista princípia desde que o sêr humano adquire alguma inteligência.

A primeira formação de entrada é, pròpriamente, a chamada dos «Balillas», nome duma criança heróica que fez estalar a revolta de Génova contra os Austriacos. A idade de admissão é, teòricamente, a de oito anos. Geralmente, incorporam-se as crianças aos sete anos. Êsse uso vai ser regularizado e o Govêrno fala em principiar aos seis anos. As formalidades de entrada são simples: basta um requerimento assinado pelo requerente e visado pelo chefe da família. Não se faz inquérito moral, julga-se inutil nessa idade. O que os pais são, interessa pouco; aceitam-se

até os filhos dos comunistas. O Fascismo tem confiança em si e no que vai fazer. Limita-se a um exame sanitário. Defere todos os pedidos desde que o requerente seja saüdável. Busca sêres bem conformados, crianças que venham a ser homens. O resto limita-se a uma simples preparação.

O novo aderente é inscrito. Enverga o uniforme de calção verde escuro e camisa preta ornada com cordões brancos. A criança está militarizada. Passou a fazer parte dum exército, o exército fascista. Está inscrito numa legião. Cada legião tem 1.000 a 1.500 homens. Divide-se em três cohortes, a cohorte em três centurias, a centuria em três manípulos, o manípulo em três esquadras: organização directamente inspirada da Roma antiga. Cada legião possue o seu estandarte, a sua música, a sua secção sanitária e a sua cozinha móvel. Usa o nome dum herói da Revolução fascista ou dêsse Risorgimento do século XIX, a que o regimen tem a evidente preocupação de se ligar e o nome é sempre escolhido de molde a constituir um ideal excitador.

É após a escola oficial que as crianças são reünidas para receber a educação especificadamente fascista, que ocupa três campos: o físico, o nacional e o moral. Praticam sports, recebem uma instrução militar e são educados

segundo a nova doutrina. Esta última parte é a mais importante. É o eixo de todo o programa, não passando, o resto, dum pretexto, um auxiliar, uma ocasião. Para melhor favorecer e vigiar a introdução dessa doutrina essencial, unificaram-na. O regimen fundou aquilo a que chama o «Livro de Estado». Redigido e posto em dia por uma comissão especial, o Livro de Estado assegura a pura ortodoxia fascista.

Os Balillas recebem armas em miniatura. Foi fabricada para êles uma pequena carabina com que se exercitam. Finalmente, organizam-se passeios, viagens e até cruzeiros, lições de coisas que os professores fazem aproveitar.

Com medo de limitar demasiado a obra de assimilação, tornando-a àrida de mais e também porque o Fascismo não é só nacionalismo, por ser qualquer coisa mais, não se limitam aos exercícios militares e à formação patriótica. Esta torna-se agradável e completa-se por meio de tôda a espécie de trabalhos industriais ou agrícolas. A aprendizagem dum ofício é a regra. Vi grupos de Balillas iniciados no manejo das máquinas agrícolas. Vi outros receberem uma instrução náutica muito útil. Por esta forma o regimen desenvolve êsse gôsto pelo trabalho que é um dos seus melhores aspectos. Dirige a criança por todos os lados, em todos os aspectos da vida. No programa dum ano

encontram-se lições de história, de moral, de higiene, sports e exercícios militares, juntando-se para formar um cíclo completo.

Não se tem desprezado a questão da formação religiosa, que os outros regimens ocidentais ou combatem ou se limitam a desconhecer; o Fascismo achou mais hábil dirigi-la. Os Balillas têm licença todos os domingos à hora da missa. Podem ou não assistir a ela, livremente. Mas é-lhes aconselhado o irem a ela. Os que lá vão são conduzidos debaixo de forma. A religião a passo cadenciado! As crianças recebem, além disso, aproximadamente vinte lições de instrução religiosa por ano.

Cada legião tem o seu capelão, escolhido, é claro, pelo Partido e conhecido como Fascista dos bons. Todo o cenário da religião é completamente respeitado. Quanto ao fundo, já é um problema diferente. Não se deve levar demasiado longe a religiosidade. O Fascismo não pode tolerar uma devoção que faça concorrência à sua.

Mas tudo isto ainda não basta. É preciso ligar estreitamente o futuro cidadão à vida social fascista.

E pelo facto de estar inscrita, uma criança tem direito à assistência médica gratuita. Nos centros mais importantes há um dispensário

onde todo o Balilla pode ir tratar-se. Cada um deles possue uma caderneta sanitária. Obra de alta importância num país pobre, ainda pouco desenvolvido, onde a higiene necessita de ser propagada. Além disso, a carta de adesão, a «tessera», sem formalidades e sem dispêndio, dá direito a um dêsses seguros automáticos de que já falamos no capítulo sexto. Mencionemos ainda uma importante organização de colónias de férias escolares, como sempre com o duplo aspecto de beneficência e de formação fascista.

Por fim, logo que o adolescente começa a trabalhar, é dirigido para o Sindicato fascista e para obras acessórias do «Dopolavoro». Depois da fábrica ou da repartição, conferências, sessões a que se chamam recreativas e viagens em comum. O Fascismo não deixa um momento livre, por assim dizer, ao seu aderente. Ocupa-lhe todo o tempo. O regimen assemelha-se às piedosas associações de prece perpétua.

Tôda essa instrução tão completa é ministrada por professores, oficiais de reserva e instrutores profissionais. Há escolas de instrutores fascistas. Há mesmo ainda melhor que isso: procurou-se educar a mocidade pela própria mocidade. Estimula-se a formação de quadros de gente nova. Nos arredores de Roma funciona uma escola de dirigentes

de dezoito a vinte e quatro anos, evidentemente impregnados do mais puro espírito fascista. Sempre a mesma desconfiança pelos velhos e a mesma confiança nos novos. Êsses moços que instruem outros moços, é um traço característico do regimen. Duma maneira geral, procura-se dar aos fascistas, logo a partir das Balillas, a experiência e o gôsto do comando. Rapazinhos de treze a quatorze anos, fazem manobrar os seus camaradas com uma seriedade imperturbável e uma correcção admirável.

Quanto ao alto pessoal dos quadros, parece ser constituído, na sua grande maioria, por oficiais do exército regular licenciados. Êsses oficiais provisòriamente civis, são chefes ao mesmo tempo instruídos, dedicados e conhecedores da sua profissão. Não me surpreenderia o facto do exército italiano ter um número exagerado de oficiais fora dos quadros.

O lugar de reünião varia conforme os recursos. Em tôda a parte se procurou arranjar instalações cómodas e até mesmo grandiosas. Construiram-se, em algumas terras, casas especiais para os Balillas, a «Casa dei Balilla». É, geralmente, uma casa nova, muito limpa, ornada com múltiplos retratos do Duce, com salas de direcção, de sports, de conferências e um dispensário médico. O Fascismo cons-

truiu Casas dei Balilla não só nas grandes cidades, mas também nos centros restritos onde existe a concorrência das obras católicas. A «Azione Cattolica», a única organização não fascista da Península e, por isso, a grande concorrente do Partido, só tinha obras de mocidade esqueleticas. Hoje em dia, tôdas elas estão mais ou menos dissolvidas, mas os padres ainda tem padroados, isto é, lugares onde se dizem às crianças coisas que o regimen não fiscaliza constantemente. Apesar de poucos, são sempre demais. Os padroados são suspeitos. O Fascismo olha-os com ciumes e precave-se contra êles. Eu ficára admirado por encontrar uma Casa dei Balilla particularmente cuidada e pouco proporcionada à mediocridade da aglomeração, numa pequena localidade. Os chefes fascistas confessaram, sem rodeios, que a tinham edificado assim magnífica por estar num «centro de influência clérical».

Todos os meios sociais estão confundidos: ricos e pobres. O regimen não possue, realmente, o snobismo de classe.

Aos catorze anos o Balilla passa para o grau superior da organização: os «Vanguardistas» fascistas. A passagem faz-se com grande cerimonial, num só dia prèviamente designado, em cada ano, para todo o reino. Ora é no aniversário da Marcha sôbre Roma (28 de Outu-

bro), ora, como em 1931, no aniversário da legendária fundação de Roma (21 de Abril). A incorporação faz-se na capital da província para os graus superiores, e em cada comuna para os inferiores. É uma solenidade impressionante. Os rapazes reünem-se na praça pública. A parte principal da cerimónia é a apresentação dos estandartes e o juramento: «Juro obedecer sem discutir às ordens do Duce e servir a causa da Revolução fascista com tôdas as minhas fôrças e, se tanto fôr necessário, com o meu sangue». O juramento é renovado colectivamente em cada incorporação. Finalmente, distribuïção de armas. O novo Vanguardista recebe uma espingarda, mas, desta vez, uma espingarda verdadeira. De resto, as armas só são entregues provisòriamente aos Vanguardistas que ainda não têm armas próprias. Empresta-lhas a milícia. Os próprios milicianos têm armas pessoais nas suas matrículas, mas não estão permanentemente em seu poder, como sucedia com os nossos antigos guardas nacionais.

Os Vanguardistas adestram-se, principalmente, a atirar não só com a espingarda, mas ainda, e isto é digno de nota, a partir dos quinze anos são iniciados no manejo da metralhadora.

Garotos de dezasseis a dezassete anos ma-

nobram como verdadeiros soldados. Para ser exacto, devo dizer que tenho a impressão que essa instrução militar é mais dada às crianças pelo seu valor educativo, do que pelos seus resultados imediatos. O Fascismo pretende, sobretudo, que os rapazes se habituem a submeter-se a uma disciplina. Procura uma disciplina que seja voluntàriamente aceite, e da qual exalta a noção. Uma máxima freqüentemente reproduzida é a seguinte: «Disciplina, prisão afectuosa». Pouco a pouco, a criança maleável é, por assim dizer, «desindividualizada» e formada para a vida colectiva do Partido e da Nação. É o cidadão, o partidário e o soldado, fundidos num só molde. Quere criar-se um tipo novo e uniforme, «o Italiano de Mussolini».

Um tal sistema de educação mata a liberdade individual antes de nascer. Como escrevia Condorcet: «A liberdade é ilusória se a sociedade se apodera das novas gerações para lhes inculcar aquilo que devem pensar.» Pude constatar como os jóvens fascista chegam a homens com inacreditáveis preconceitos. É uma cultura de estufa.

É, principalmente, uma cultura exclusiva. Se o regimen exalta a família e a religião, essa família e essa religião não são olhadas em si, mas sob o ângulo exclusivo do interêsse do Estado. São apenas instrumentos. A família é

um dos necessários «fideicomissos» do Estado fascista. Vejamos os termos em que, a êste respeito, se exprime Mussolini, no seu no seu discurso de 29 de Maio de 1929: «Dizer que a instrução dos filhos pertence à família é perder de vista a realidade contemporânea. A família moderna, fortemente solicitada pelas necessidades económicas, está qüotidianamente embaraçada com a batalha da vida, e não saberia instruir ninguém. Só o Estado, com os meios de tôda a espécie de que dispõe, pode realizar uma tarefa tão árdua». O Fascismo retira à família e à religião as suas antigas funções, esvasia-as do seu profundo conteúdo moral e apenas conserva delas uma fachada muito vigiada.

À educação burguesa, à velha moral patriarcal e cristã, o Fascismo substitue, insensìvelmente, a sua própria moral e a sua própria mística. Entre as velhas ideias ancestrais e as novas ideias fascistas, a criança não hesita. Há na doutrina de Mussolini alguma coisa do nitzscheano que lisongeia os novos e a sua eterna atracção para o prestígio, para a fôrça e para a aventura. O regimen é muito mais agradável aos espíritos juvenis, pelos cenários, as grandes ideias e a acção. Todos êsses rapazes se envaidecem por servir uma grande causa e representar no Estado um papel considerá-

vel, quási oficial. Ao mesmo tempo, dá-lhes um certo ar de fanfarrões, despertando-lhes uma velha tradição de «condottières».

A revolução fascista é para êles uma maravilhosa aventura. A sua dedicação ao regimen pode considerar-se ilimitada. Para compreender o domínio do Fascismo, é preciso não esquecer que êle é a exaltação de tudo o que caracteriza a mocidade. O seu ideal, é um ideal novo. Isso pode ser a sua fraqueza; é, também, a sua fôrça. Tôdas as outras influências ficam num nível muito inferior.

O respeito pelos pais, a deferência para com as autoridades católicas, dentro em breve são apenas um elemento decorativo, disfarçando ainda em regimen reacionário esta autêntica revolução. É uma nova forma social que se ensina êsses rapazes a viver, uma nova forma de civilização que se lhes inculca e que se desenvolve nêles. O Fascismo forja uma nova alma nacional.

Essa fabricação dum novo povo realiza-se com um cuidado infinito, proporcionando o esfôrço à idade do indivíduo e aperfeiçoando constantemente o sistema. Até ao princípio de 1931, o rapaz que fazia dezoito anos, passava directamente para o Partido. Quis-se aperfeiçoar a organização, prolongando a educação cívica e militar e auxiliando o futuro fascista

durante um período mais longo. Criou-se um novo grau. Agora, o Vanguardista passa para as «Juventudes fascistas», os «Giovanni fascisti», terceiro e penúltimo termo do sistema de formação.

Só aos vinte e um anos se é admitido no Partido, na Milícia fascista, «espinha dorsal do regimen», como diz o Duce e à qual são reservados todos os postos de mando. Com a insígnia do fascio e a carta de inscrição, a «tessera», o jóven Italiano recebe como que um indispensável «abre-te, Sesamo».

No Partido termina, enfim, êsse ciclo completo e contínuo que agarra na criança quási desde a saída da ama e a enquadra até chegar à verdadeira idade de homem. O cidadão fascista só é lançado na vida depois de ter, não só desde o seu nascimento simpatizado com o regimen, mas ainda, crescido, vivido, comungado com êle, sempre, em tôdas as idades, em tôdas as fases da sua formação. E é isto que é importante; é nisto que o Partido Fascista não é um partido ordinário e que êle nada tem de comum, não só com os nossos partidos democráticos, mas ainda com a poderosa formação de Oxford e de Cambridge, cujas marcas são talvez tão profundas, mas menos universais. Comparáveis às organizações fascistas, só existem, hoje, as dos Sovie-

tes. Um outro precedente, na verdade curioso: na Antiguidade, em Sparta, as instituïções dos Efebos e dos Melefebos da Lacedemónia recordam duma maneira estranha o sistema fascista. Devemos fazer aqui notar que tôdas as militarizações da mocidade, em todos os países — Sparta, Alemanha, etc.... — desenvolvem, necessàriamente, a pederastia. É evidente que não foi isso que o Fascismo pretendeu. Mas prova que as compressões morais têm sempre resultados imprevistos.

A escala normal é portanto Balillas, Vanguardistas, Jovens Fascistas, Partido. Mas ao lado dessa organização central e para ter a certeza de abranger todos os modos de vida, montaram-se agrupamentos especiais e auxiliares. Destaquemos as legiões marítimas, as «Legione del Mare», com instrutores especializados e uniforme análogo ao dos marinheiros do Estado. Essas organizações dispõem de uma esquadra completa de pequenos navios e até de grandes navios especialmente preparados.

Devemos, também, citar, mais especialmente, os grupos universitários fascistas, os G. U. F., organismos independentes que reünem os estudantes duma Universidade. Os G. U. F. compõem-se de voluntários inscritos ou não nas organizações regulares fascistas (Vanguardistas ou Giovanni Fascisti ou até o Partido

quanto aos mais velhos). São as únicas organizações estudantis que subsistem. As suas principais funções, são:

1.ª — Fiscalizar as questões materiais, tais como a distribuïção gratuíta aos estudantes pobres dos livros de estudo e dos apontamentos dactílografados. A discriminação dos estudantes pobres é realizada pelo G. U. F. que assegura o inquérito. Os estudantes vigiam-se a êles próprios.

2.ª — Ocupar-se dos Desportos. O Fascismo desenvolve muito os desportos, não só por o que êles tem em si de bom, mas também por que são magníficas oportunidades para reünir os novos sob o signo fascista.

3.ª — Organizar cursos e conferências sôbre questões de interêsse geral: a política, a história, o sindicalismo, as colónias, etc....

4.ª — Garantir a vigilância moral dos estudantes. Essa vigilância moral apertada, não se limita à repressão dos actos delituosos e chega até à conduta privada.

5.ª — Assegurar a vigilância moral dos professores. Exactamente como digo: os G. U. F. fiscalizam o ensino ministrado pelos professores, não debaixo do ponto de vista científico, mas sob o ponto de vista político. Há ainda nas Universidades professores não-fascistas que manifestam para com o regimen uma neu-

tralidade benévola que o Partido acha demasiado fria. Quando acedem a conservá-los pelo seu valor técnico, são apertadamente vigiados. Fala-se em eliminá-los por completo. O relator do Orçamento de 1931, escreve: «O critério político deve prevalecer sôbre o critério científico.»

6.ª — Organizar viagens dos seus membros, individuais ou colectivas, ou a passagem de estudantes de outros G. U. F. ou, finalmente, recepções a estudantes estrangeiros. Deu-me na vista o grande número de visitas de estudantes alemães. Os G. U. F., de acôrdo com as Companhias de Navegação, instituiram, até, viagens especiais de estudantes em navios mercantes, viagens colectivas ou individuais que, com tudo pago, custam aos seus membros dezoito a vinte liras por dia; evidentemente em condições de confôrto medíocres, mas isso pouco interessa a mocidade. Por êsse preço podem fazer-se viagens extraordinárias. Parece que essas viagens são sobretudo dirigidas para a Dalmácia e para o Próximo-Oriente.

Finalmente, os estudantes são instruídos para serem oficiais de reserva. Todos os domingos têm exercícios militares. O deputado Feretti, colaborador directo do Duce, ao fazer o relatório do Orçamento da Instrução pública

a que na Itália chamam Instrução Nacional (a mudança de designação é simbólica), escreve: «Se nos lembrarmos que cada estudante pode e deve transformar-se ràpidamente num comandante de pelotão de infantaria ou de cavalaria ou de secção de artilharia, não podemos deixar de recomendar a maior diligência na conservação e a maior boa vontade no aumento de tudo o que, no domínio das Escolas superiores e da Universidade, pode contribuir para fazer do estudante um oficial». O relator deseja, além disso, que «a escola, duma maneira geral, possa fornecer aos alunos todos os elementos técnicos indispensáveis a um oficial subalterno». A divisa dos G. U. F. é característica: «Livro e mosquete».

É preciso insistir àcêrca dessa educação «pré-militar». É necessário que se saiba que, independentemente da adesão ao fascismo, todos os rapazes da Itália são obrigados a êsses cursos de preparação directa. Nos termos dum decreto-lei de 29 de Dezembro de 1930, todos os Italianos maiores de dezoito anos são obrigados a receber essa instrução pré-militar, salvo no caso de inaptidão reconhecida e sob a responsabilidade penal dos pais ou das pessoas que têm a seu cargo adolescentes. Além disso, uma multa de 50 a

500 liras é imposta a todos aqueles que, por qualquer forma, impeçam os rapazes de assistir aos cursos duma maneira regular. Estes reünem hoje 1.200.000 rapazes. Um exército inteiro pode ser mobilizado em algumas horas apenas, oficiosamente, quási secretamente. Trata-se dum vasto plano que realiza pràticamente o sonho democrático da «Nação armada». Isto explica porque a Itália começou, duma maneira bastante inesperada para os profanos, a prègar a redução dos armamentos. Compreende-se, agora, porque Grandi, em Genebra, se ofereceu para reduzir o exército italiano a algumas dezenas de milhares de homens. Não falou do exército fascista.

É esta a organização dos homens. Mas o Fascismo não seria o regimen totalitário que pretende ser, se se contentasse em formar homens. Quere ter, também, a sua influência sôbre as mulheres. E não são elas os recrutas menos preciosos e ardentes. As mulheres estão, como os homens, à disposição do Estado. A sua principal tarefa é dirigir as obras de assistência social, desempenhar as funções auxiliares do exército e, finalmente, prègar, manter e encorajar a lei fascista. Estão igualmente militarizadas e há uma organização feminina completa, decalcada da masculina: «Piccole italiane» dos sete aos catorze anos,

«Giovane italiane» dos catorze aos dezassete anos, «Giovane fasciste» dos dezassete aos vinte e um anos, «Donne fasciste» a partir dos vinte e um anos. O total dos aderentes deve ser, hoje, aproximadamente de 150.000.

A farda regulamentar é mais alegre que o sombrio uniforme viril: a saia preta aviva-se com uma blusa branca. Nas reüniões faz-se desporto e dão-se lições apropriadas de moral e de história, segundo a doutrina fascista. Essas raparigas manobram militarmente, fazem exercício e até aprendem a fazer fogo com espingarda, o que provocou os protestos do Papado. Não me parece que aprendam a servir-se da metralhadora. Algumas delas, em resposta a um artigo meu publicado na *Illustration*, afirmaram-me que estavam prontas a isso e com as melhores disposições de se servir das metralhadoras. Aos domingos, é freqüente, nas grandes cidades, assistir ao desfilar de raparigas com uniforme, formadas a quatro, a passo cadenciado.

As diferentes categorias da mocidade dispõem dum periódico, *Giuventu fasciste:* a Escola única, o Livro único, o Jornal único. Absolutamente como nas associações dos Soviets.

Tôdas as obras tem uma organização semelhante. Em cima, em Roma, o Chefe supremo,

o Duce. Êste é auxiliado por um Ministro especial, Renato Ricci, um dos homens simpáticos do regimen. Em seguida a êle há um *Comité* central. Em cada província (a província italiana corresponde apròximadamente ao departamento francês) há um Chefe nomeado pelo Ministro e assistido por um *Comité* igualmente nomeado pelo Ministro. Em cada distrito, um Chefe nomeado pelo Chefe da província. Para a comuna sucede o mesmo. Os *Comités* tem funções puramente consultivas e a fiscalização administrativa. Bem entendido, o poder de decisão pertence só ao Chefe; é o princípio do Comando único.

Essa organização está abundantemente provida de material. A utensilagem é abundante e aperfeiçoada, dispondo duma abundância tal que contrasta com a pobreza do país. Ora, como os jovens Balillas apenas pagam cinco liras por ano, o que é nìtidamente insuficiente e como o Estado italiano, paupérrimo, não dá nada, nem sequer para as obras sociais da mocidade, acabamos, mais uma vez, por perguntar donde vem o dinheiro.

O que é certo, é que essa formidável máquina trabalha com a máxima perfeição. Só na província de Florença há doze legiões de Vanguardistas e vinte e uma legiões de Balillas. Estes últimos são geralmente em maior

número, o que mostra bem o desenvolvimento do sistema. Sucede o mesmo até nas províncias do Sul onde o sentimento do interêsse geral está menos desenvolvido. Na província de Salerno, cuja população total é aproximadamente de um milhão, existem cento e cinquenta e quatro *comités* de comuna, com os efectivos seguintes: 4.100 Vanguardistas, 8.000 Balillas, 5.000 raparigas. Pròpriamente em Salerno. há: uma legião da Milícia fascista, três legiões de Vanguardistas e quatro legiões de Balillas. Reparai na progressão em profundidade. Sente-se que o Fascismo toma raízes cada vez mais fortes.

Em tôda a Iália, de cinco milhões de crianças de oito a dezoito anos, mais de dois milhões estão inscritas nas Balillas ou nos Vanguardistas, masculinos e femininos. O último recrutamento fascista, o de 21 de Abril de 1931, reüniu 90.000 novos aderentes enquanto que os precedentes eram, apròximadamente, de 50.000. Desde 1925, data da sua criação, até hoje, 1931, os Balillas aumentaram onze vezes. Agora, em tôda a Península, existem mais de quatrocentas legiões de Balillas e de Vanguardistas.

O que é mais notável, é a qualidade e não o número dos membros. O Fascismo quere formar, dum lado, uma *élite* dirigente, do

outro lado, um povo obediente e disciplinado, «um povo de crentes», disse-me alguém. A Itália tinha falta duma *élite*. Procura arranjar uma. E consegue-o, pelo menos de certo modo, porque, sob o ponto de vista da vontade e da energia, os Fascistas são, incontestàvelmente, a parte melhor e mais activa da Nação de que são destinados a formar os quadros.

Por isso, devemos evitar amesquinhar êsse esfôrço. Êle é heroico. O que o Fascismo realiza tem a marca da grandeza. Em relação aos Italianos, nós, Franceses, temos uma noção que era exacta no passado, mas que hoje já o não é. É claro, há ainda muito que fazer na Itália. Existe um factor «tempo» que o Fascismo anda mal em desprezar nos seus cálculos orgulhosos. Êsse povo tem sempre pressa, quere sempre ir depressa demais e a sua precipitação prejudica, por vezes, a acção. É preciso olhar, porém, não só para o que está feito, mas, sobretudo, para o que se está a realizar. O futuro é que tem interêsse. Na Itália de hoje, não devemos curvar-nos sôbre o presente, ainda impregnado do passado, mas sôbre o futuro que a Itália prepara.

Êsse formidável exército juvenil está, todo êle, colocado sob o signo da Águia Imperial, sob o signo do Imperialismo e da ambição de conquista. As revistas calorosas, os cru-

zeiros entusiásticos, os discursos sublimes, acabam por criar aquilo a que os alemães chamam uma psicose. Embriaga-se essa mocidade ardente que vegeta numa terra pobre, com entusiasmos, desejos e vontades exaltadas. É possível que os chefes sejam prudentes e as suas ambições comedidas. Êles, pelo menos, assim o afirmam e eu sou levado a acreditá-los, porque conheço o temperamento cheio de nuances do Italiano. Mas, mesmo na hipótese mais razoável, não serão êles um dia subjugados por aquilo que semearam? O Fascismo montou uma máquina realmente grandiosa. Não virá um dia em que seja ela a dominá-lo? O que fará a Itália de tanta fôrça? E o que fará da Itália tôda essa fôrça?

Quanto mais se avança no estudo do Fascismo, mais nos convencemos de que se trata duma revolução em marcha, abundante em acontecimentos inesperados.

CAPÍTULO NONO

A Questão religiosa

É a eterna questão. O domínio de Deus e o domínio de Cesar, são sempre difíceis de dilimitar. Principalmente nos países católicos, onde o Estado encontra pela frente uma Igreja poderosa, tanto pelo prestígio da sua alta espiritualidade, como pela sua forte estrutura de hierarquia e de disciplina. Com as suas leis próprias, a sua vida autónoma e total, essa Sociedade completa, bastando-se a si mesma, constitue um verdadeiro Estado dentro do Estado.

Os conflitos entre a Igreja e o Govêrno aparecem constantemente na História de tôdas as nações ocidentais. As alternativas da sua acuidade, correspondem às curvas das pretensões do Estado e da flexibilidade da Igreja. Montesquieu escrevia àcêrca dos Latinos: «A mais envenenada fonte de tôdas as suas

desgraças, consiste no facto dêles nunca terem conhecido a natureza e os limites do poder eclesiástico e do secular: o que dá como conseqüência cometerem-se, de parte a parte, erros contínuos.» Clericalismo ou anti-clericalismo; parece não haver meio termo. A paz religiosa é sempre feita de imenso tacto e de cautela recíproca. Até na França, na nossa República liberal, não devemos esquecer-nos que estamos impregnados de laicicismo e que, para nós e para os mais católicos de entre nós, a religião é ainda uma «coisa pública». Vemos a Igreja reivindicar constantemente para a sua obediência tôda a vida moral, condenando partidos políticos como modas femininas. Até na França de hoje ainda subsistem possibilidades de fricção. Uma religião como a católica provoca sempre reacções.

A situação torna-se ainda mais difícil quando a Igreja encontra pela frente, não um simples Estado de actividade limitada, mas um Estado que pretende ser totalitário, que não se limita ao temporal e pretende, também, orientar o espiritual. Porque um e outro são sistemas gerais e doutrinas universais, um e outro místicos, o Fascismo e o Catolicismo ocupam o mesmo plano e têm, inevitàvelmente, de chocar-se. Duas religiões raro vivem bem no mesmo país, principalmente quando os seus

princípios são exactamente contrários. O Fascismo é a apologia da fôrça, da violência, do orgulho nacional e do ódio ao inimigo. O Cristianismo prèga a doçura, a resignação, a humildade e a fraternidade. A doutrina que êle pretende espalhar é uma das mais belas do mundo. A única censura que pode fazer-se à Igreja católica, é a de nem sempre ter aplicado todos os seus princípios. Há erros mais importantes e essenciais. O Fascismo acha perigoso e procura diminuir tudo aquilo, precisamente, que no Cristianismo há de grande e de elevado, tudo o que nêle ultrapassa o domínio terrestre. É o mais enérgico repúdio dos Evangelhos que eu conheço. O Fascismo tem uma base pagã. Os seus princípios são exactamente os do antigo paganismo.

De forma que a velha terra latina vê voltar os seus deuses de outrora e os seus antigos herois. De facto, êles nunca a tinham abandonado completamente. Todos os viajantes se sentem impressionados pelo carácter particular da religião italiana. Não encontram nela a mesma elevação do Cristianismo em França, na Inglaterra e na Alemanha. A religião italiana é mais simples, mais próxima das superstições populares e até, digamos a palavra, freqüentemente mais impregnada duma idolatria que se julgava desaparecida. É possivel que

as antigas crenças se tivessem embuscado por detrás das cruzes e dos novos altares. E sucede que, hoje, as eternas divindades do Mediterrâneo saiem dos seus rochedos e das suas ruínas. Voltam a brilhar à luz clara do sol! Através do desenvolvimento das teorias fascistas, julgo ver a farândola louca dos velhos deuses, outra vez de posse do seu vigor de moços.

Coexistência e sobreposição de duas espiritualidades, de duas místicas, de duas religiões: é êsse o drama da Itália, ao mesmo tempo católica e fascista. O Estado mussoliniano não podendo destruir a fé católica, forçado a tratá-la com certa delicadeza, procura colocá-la abaixo da sua. O ministro Rocco escreve: «O Estado fascista tem a sua moral, a sua religião e a sua missão espiritual no mundo. Deve espalhar e difundir a moralidade pelo povo. Não pode ser estranho aos problemas religiosos. Pelo contrário, deve professar e proteger a religião reputada como a verdadeira, isto é, a religião católica». Temos, pois, a religião católica proclamada religião do Estado. Mas em que condições? Pode ser-se católico no nome e pagão de facto! Um escritor do regimen, Missiroli, num jornal de inspiração oficial, proclamou a preeminência do carácter fascista do Estado «que é católico

por ser fascista». Mussolini definiu rudemente o Catolicismo, como sendo «uma seita judia da Palestina que, trazida para Roma, se tornou universal». No fundo, para os Fascistas, o Catolicismo é Roma, são êles. A religião católica existente deve ser, simplesmente, uma rodagem do Estado fascista. Um Italiano disse-me: «A religião será fascista ou deixará de existir». É a concepção napoleónica da religião polícia, mas formidàvelmente ampliada e, aqui, com a circunstância agravante de poder ser desta vez, não só um simples polícia, mas, ao mesmo tempo, um sistema moral completo.

O Fascismo, tentando reservar só para si a direcção de tôda a vida do país, querendo impôr ao povo as suas próprias concepções, com exclusão de quaisquer outras, pretendendo tirar à Igreja o seu apostolado moral, quere, na realidade, esvasiar esta completamente. Reduzi-la à prática de simples ritos e a uma missão puramente litúrgica, corresponderia, na verdade, a asfixiá-la. Mussolini fêz um dia esta curiosa declaração: «Nós e o Papa, fomos feitos para colaborar. Eu trato dos vivos, o reino do Papa é o das almas. Assim, tudo está bem combinado. Eu pego no homem ao nascer e só o abandono à hora da morte, no momento em que compete ao Papa ocupar-se dêle».

Realmente, é bem simples! Ao Fascismo os vivos, à Igreja os mortos. A um compete a Guarda da Nação, à outra a dos cemitérios. A Igreja dificilmente pode resignar-se a esta concepção do seu ministério. Isso é de tal forma contrário à sua essência que não vejo como a Igreja poderia consentir em se deixar fasciscisar. Nem o Fascismo, nem o Catolicismo, podem abandonar as suas posições, o Fascismo sem trair, o Catolicismo sem abdicar. No fundo, é a luta duma nova religião que quere dominar a antiga. O conflito é, portanto, em si mesmo, um conflito fundamental e insolùvel. Lògicamente, deveria agravar-se a todo o momento. E, na realidade, não cessa de se agravar e o abismo parece cada vez mais fundo. Na sua Encíclica de Julho de 1931, Pio XI pronunciou a grande palavra «inconciliável». Os remendos provisórios não conseguem esconder a profundidade da fenda. A luta agrava-se com o facto de despertar o velho fermento anti-clerical da Península, sempre latente. Ainda hoje os principais chefes romanos são de formação anti-clerical. No tempo em que ainda era um simples particular e, por conseqüência, senhor absoluto dos seus pensamentos, Mussolini escreveu um romance, *A Amante do Cardeal* e uma obra histórica sôbre João

Huss onde, chamava ao Vaticano a «loba cruel».

Mas encontram-se, também, elementos moderadores:

1.º — A eterna flexibilidade da Igreja. Como escreve o notável correspondente romano do *Temps*, o meu amigo Paul Gentizou: «O que mais impressiona o espectador imparcial em face dessa luta, ora visível, ora oculta, mas sempre apaixonada, é a facilidade cheia de condescendência com que o Vaticano cede, sempre que uma divergência se coloca no terreno político». O Papa parece inclinar-se diante do poder de facto, mas mantém cuidadosamente os seus princípios, aproveita mesmo a ocasião para os repetir, esperando, para os afirmar de novo, a próxima ocasião de luta. Como a roseira de La Fontaine, a Igreja verga e não se parte. Tática temível.

2.º — As delicadezas do espírito italiano. Nós, os Franceses, somos gente clara, que gosta das coisas precisas e a quem fàcilmente perturbam as subtilezas romanas. Os séculos encheram de complexidades a mais antiga capital da Europa. Nessa cidade, demasiadamente velha, há nuances e recursos para tudo. É a pátria da «combinazione» e do compromisso.

3.º — O acôrdo de Latrão. Tôda a gente sabe que êste nome designa dois tratados: um que regula a questão da soberania da Santa-Sé, aquilo a que se chama a «questão romana», tratado de direito internacional que voltaremos a encontrar no capítulo X; o outro tratado, é de direito público interno, é uma Concordata. Essa Concordata assegura à Igreja italiana uma situação privilegiada. Não darei aqui a lista de tudo o que ela recebeu em dote: honras ou indemnizações, elogios ou donativos materiais, vantagens morais ou pecuniárias. São coisas a que os homens, até os de Igreja, não são insensíveis. O Clero ordinário está entusiasmado com a sua nova situação: não lhe agradaria nada que ela mudasse. Constatei a mesma situação na Alsácia, mas, então, inversa. Se os chefes da Igreja estão acima dessas contigências, não deixam, por isso, de ser vítimas da pressão surda e contínua do baixo clero. Nas cidades de província e nos campos, as relações entre os padres e as autoridades fascistas, são cordiais, quási afectuosas. O Govêrno de Mussolini procurará abalar, por baixo, a resistência da parte alta da Igreja.

4.º — O desejo das autoridades italianas de conservar e aumentar a sua influência no estrangeiro, por meio das missões religiosas, cujo

número e importância tem, com efeito, aumentado e que se transformaram em verdadeiras agências de propaganda pro-italiana e pro-fascista.

5.º — O próprio interêsse das duas partes: Dum lado, a Igreja italiana não tem vantagem em denunciar uma Concordata de que tira benefícios. É elucidativo o facto do Papa nunca ter pensado nisso, chegando até a declará-lo no mais aceso do conflito de 1931. A condenação, feita por Pio XI, do Nacionalismo italiano, é muito mais moderada e menos carregada de maldições que a da Action Française e do Hitterismo alemão. Para o italiano nenhuma recusa de sacramentos. A encíclica de Julho de 1931 faz reservas prudentes. Por outro lado, o Fascismo, por mais absoluto e violento que pretenda ser, sabe que a Igreja é um corpo sólido, difícil de quebrar, que se lutar contra ela, se arrisca a gastar-se. A resistência da Igreja por ocasião dos acontecimentos da primavera de 1931, parece ter feito reflectir os dirigentes fascistas e encontrei-os, finalmente, mais prudentes que de costume. Continuar, pareceu-lhes uma brincadeira perigosa. A Igreja representa, na Itália, uma fôrça moral com que o Fascismo tem de contar. Mussolini ainda a não pode oprimir tão aberta e nitidamente como quereria. Distingamos, pois, entre

o Vaticano, administração geral e a Igreja italiana. Se entre o Govêrno fascista e o Alto Govêrno da Igreja, o conflito de princípios parece irremediável, pelo contrário, entre o Fascismo das provincias e a Igreja a que chamarei «paroquial», há e haverá sempre uma espécie de «modus-vivendi». Habitando a mesma terra, obrigados a pouparem-se mùtuamente, ligados, além disso, por um tratado que a ambos aproveita, o Fascismo e a Igreja italiana vêem estabelecer-se, entre êles, mil e uma solidariedades. Fazem uma espécie de vida de casados. Um mau lar, é certo. Terão questões constantes, nunca se poderão entender; mas quanto a divórcio, isso não. Daqui até lá, farão como muitas comunidades humanas, discutirão, injuriar-se-ão, chegarão até a bater-se, encherão o ar com os seus gritos e as suas recriminações, mas continuarão a viver na mesma casa.

E isso será o mais grave para o Fascismo, pelo menos quanto à política interior. Nesta espécie de casamento, poderíamos dizer que a Igreja, com a sua finura, representa o elemento feminino e o Fascismo, com a sua brutalidade, o elemento viril. Julgo que a flexibilidade termina sempre por vencer a violência. Com o andar dos tempos, será a Igreja que triunfará; para isso, bastaria só a sua presença, a intimidade dos Fascistas com os padres,

dotados dum espírito mais delicado, mais político e mais moderado. O Fascismo está na situação dum comerciante que achou melhor associar a si o concorrente. Daqui por diante, são dois. O Fascismo deixou de ser o senhor único e absoluto. No fundo, vê-se obrigado a contar com a Igreja e, imediatamente, reage contra isso. E assistimos a uma pressão, ora surda, ora brutal, do Fascismo sôbre a Igreja, para a tornar escrava da sua vontade.

A Igreja, pela sua parte, espera tranqüilamente, com essa serenidade que lhe dá a sua certeza da vida eterna e a experiência da sua existência duas vezes milenária. Espera que o abraço afrouxe ou deixe alguma abertura por onde se possa fugir e então retomará a sua missão evangélica, que não pode deixar de retomar. Mais tarde ou mais cedo, duma maneira ou de outra, voltará a organizar-se, a Acção Católica, hoje quási aniqüilada. A Igreja, é bastante flexível para se amoldar e bastante firme para se agüentar. E há-de manter-se. Como, de resto, ela é, na Península, a única organização não fascista, como ainda está realçado êsse aspecto, pela sua recusa de pactuar com a ditadura mussoliniana, a Igreja atrai, constantemente, para ela, todos os elementos não-fascistas esparsos pela Península. Ela polarisará tôdas as fôrças de resistência

aos abusos do sistema. Se surge uma crise do govêrno, tornar-se-à o ponto de reünião de tôdas as novas fôrças. Para os próprios quadros do actual regimen ela traz a sua ponderação e a sua legendária prudência. Ela aparece já como um exemplo e um aviso, no meio da arbitrariedade. A Igreja vai desempenhar um papel considerável na evolução política da Itália.

CAPÍTULO DÉCIMO

A situação do Papado

Em conseqüência de ter a sua sede em Roma, o Papado está, em face de tudo o que é italiano, numa posição particular. O Bispo de Roma é o Chefe duma Igreja mundial. Essa situação cria uma espécie de dualidade, ora insignificante, ora perigosa, segundo os riscos de confusão que trazem ou não as circunstâncias.

A própria palavra «Itália» tem, no decorrer dos tempos, designado Estados políticos muito diferentes: um Império romano, depois bocados de Estado e agora um novo Estado unitário. É curioso notar que o papel do Papado, na política internacional, só apareceu com o esfacelamento do primeiro Estado italiano. Após a queda dos Césares, o Bispo de Roma surge como a única grande fôrça existente e como o herdeiro designado da púr-

pura imperial. Os povos, continuando a olhar para Roma, olham para êle. Êle traça os limites dum reino espiritual, do qual ninguém, ao seu lado, ameaça a independência. A Itália é e continua a ser durante muito tempo, como dizia Metternich, «uma simples expressão geográfica». Divide-se numa poeira de principados: Nápoles, Parma... Há cidadãos napolitanos, cidadãos milaneses, e estes últimos são austríacos. Política e moralmente, não existe Itália, nem espírito italiano. Nada impede o Papa de ser o Chefe duma Igreja universal. É perfeitamente livre. Mesmo se tem uns laivos de parcialidade italiana, isso não inquieta ninguém. O Papado não cessa de se engrandecer.

Nos meados do século XIX, faz-se a unidade italiana, ou melhor, é proclamada, porque a unificação dum país não se faz dum dia para o outro. Está em via de realização a partir de 1871. Vai formar-se um Estado italiano, com o seu nacionalismo próprio. Mas, precisamente, êsse Estado novo só se realiza com a conquista de Roma ao Papa, possuídor de Roma. O Pontífice recusa-se a reconhecer o novo Estado, tanto de facto como de direito; interrompe tôdas as relações com as autoridades e enclausura-se voluntàriamente. É a êsse conflito que se chama o «dissidio». Entre o Estado italiano

e a Santa-Sé, êle interpõe o véu duma separação moral, separação ligeira, puramente espiritual, mas, em suma, barreira à influência do novo espírito italiano sôbre o Papado.

Com o tempo, a questão romana princípia a envelhecer e tende a desaparecer, como os restos duma época caduca; o desacôrdo extingue-se. Vemos os contactos directos multiplicarem-se. O velho «dissidio», dentro em breve será apenas uma fachada. Um factor novo precipita as coisas: em 1922 aparece o Fascismo. Êste regimen autoritário pretende que tudo se curve à sua frente. Só conhece duas posições: ou aliado ou inimigo. Oferece a sua aliança com: 1.º Uma Concordata que parece vantajosa; 2.º Uma solução da irritante questão romana. Daí por diante, Mussolini é o Senhor incontestável do país. Está-se em face do seguinte dilema: a harmonia ou a luta; e com o Fascismo luta quere dizer perseguição! Opta-se pelo entendimento. Surge o acôrdo de Latrão.

Já vimos que havia dois tratados de Latrão. Aqui só nos ocupamos do que regula a soberania temporal da Santa-Sé, limitando-a a um território minúsculo. Os Católicos admiraram-se logo com o que Pio XI aceitou. Ficou-se, súbito, muito abaixo das reïvindicações e das concepções até então formuladas

pelos pontífices precedentes, se não nos seus actos oficiais, pelo menos nos seus mais autorizados comentários oficiosos. Latrão reduziu ao mínimo o domínio temporal. Essa como que espiritualização da soberania é, em direito internacional, uma criação interessante. Tudo isso é, em teoria, muito defensável e é bem possível que aquilo que o Papa aceitou seja suficiente. Mas é, também, possível, e é o que eu temo, que, na prática, o território concedido se revele fìsicamente pequeno para nêle se poder viver com absoluta independência.

Em primeiro lugar, um território minúsculo, englobado num grande Estado, está sujeito a uma incessante promiscuïdade de facto. O Vaticano depende do Estado italiano, até para a sua alimentação em água. Se já era assim antes de Latrão, Latrão nada melhorou e poucos progressos materiais tangíveis trouxe consigo.

Moralmente, mesmo, Latrão não modificou sensìvelmente o facto considerável do Vaticano ser Italiano e Italiano na proporção de 95 %. Latrão criou, na verdade, uma «nacionalidade vaticana». Mas, por um lado, os que lá nascem, são filhos de empregados subalternos, pelo outro, os que para lá vão, só lá chegam em idade muito avançada, quando os anos já formaram ou deformaram o indivíduo. Os ho-

mens que são elevados aos grandes cargos da Igreja, não se desenvolveram numa formação «vaticana». Essa «nacionalidade», não passa duma ficção jurídica. De Latrão para cá, continua-se a nascer e a viver italiano, depois, só perto dos sessenta anos, se passa a ser «vaticano».

Além disso, segundo o estabelecido no mesmo tratado, o Vaticano dá à Itália:

1.º — Delegação de polícia; é a polícia fascísta que vigia a praça de São Pedro;

2.º — Delegação judiciária: são os tribunais italianos, que na falta de jurisdição pontifícia, podem encarregar-se dos processos repressivos;

3.º — Privilégio de nacionalidade: o cidadão vaticano que, perde essa nacionalidade sem adquirir outra, torna-se, de pleno direito, cidadão italiano;

4.º — Identidade financeira: a mesma moeda e o mesmo câmbio. E a dotação da Santa Sé de um bilião de liras em papeis do Estado italiano de 5 o/o, cria uma nova solidariedade financeira, entre o Estado italiano e a Igreja romana.

Finalmente, temos coisa mais grave: os Núncios continuam a ser, como geralmente são, cidadãos italianos. Os Núncios, isto é, os Embaixadores do Papa, súbditos italianos,

súbditos da Itália fascista; isto é pouco compreensível!

Em conclusão, não pode haver uma separação absoluta entre o Estado Italiano e a Cidade do Vaticano: a Cidade do Vaticano não pode, materialmente, ser duma perfeita independência em face do Estado Italiano. E isto é tão verdade e o Papa, o próprio Papa, sabe-o tão bem, que, quando quere publicar um documento importante e torná-lo conhecido em todo o mundo, não se atreve a confiá-lo aos pobres meios postos ao seu alcance pelo acôrdo de Latrão. É digno de registo o facto da encíclica de Julho de 1931, ter sido confiado secretamente por Pio XI, a uns prelados que partiam para o estrangeiro, para lá ser difundida sem obstáculos. O Papa tem de voltar aos velhos processos doutros tempos. É, na realidade, difícil, a situação dêsse território encravado. Cohabitação perigosa. Pertinácia vã: Roma não se compartilha. Na cidade eterna, outrora capital dos Papas, hoje capital dos Duces, há, dificilmente, lugar para dois Senhores.

Por isso, a ambiguidade da situação de Latrão, arriscava-se, demasiado, a terminar, apoderando-se o Fascismo, mais ou menos completamente, da Santa-Sé. Temia-se uma transformação do velho espírito romano. Pouco

a pouco, o Vaticano enchia-se de eclesiásticos impregnados pela nova formação. Todos os espíritos observadores se preocupavam com um demasiado predomínio italiano sôbre a Santa-Sé. O prestígio do Papado enfraquecera sensìvelmente, os dinheiros de São Pedro diminuiam Mas eis que, bruscamente, em Maio de 1931, parece surgir um facto novo: produz-se um conflito entre o Fascismo e o Catolicismo. O Fascismo parece desfazer o que começara a fazer. O grande inimigo da acção, é o abuso da acção. O maior inimigo do Fascismo, é o próprio Fascismo. Em vez de coexistir em paz com o Catolicismo e de tentar impregná-lo, docemente, com o tempo, só pela fôrça de atracção, o Fascismo começou a tratar a Santa-Sé com brutalidade. Procura, visìvelmente, rebaixá-la. Contará êle, realmente, reduzir à escravidão, em alguns meses, essa Igreja duas vezes milenária? Veremos, então, os Papas obrigados a deixar Roma, como lhe sucedeu algumas vezes no decurso da sua longa história? Nem pensar nisso. As circunstâncias mudaram. Os Pontífices, sem outro domínio, não teriam para onde ir. Estão ligados a Roma. É o que nos leva a pensar que as duas potências encontrarão um «modus vivendi». E já hoje êle parece estabelecido. Vegetar-se-à, mas sente-se que se quebrou

alguma coisa. Entre o Govêrno do Fascismo e o da Santa-Sé, tornou-se difícil uma intimidade confiante. Há um real desacôrdo católico-fascista, que constitue um novo «dissidio», o qual aumenta o prestígio da Santa-Sé. Liberta-a, aos olhos do mundo inteiro, da suspeita de conluio com o Fascismo. É um grande serviço que êle presta ao Catolicismo.

O conflito é, para o Vaticano, uma vantagem inesperada. É de tal forma verdade que a grandeza da religião é ùnicamente espiritual, que a Igreja nada pode ganhar e tem tudo a perder mantendo uma grande intimidade com o poder temporal. Prejudicado do lado da Itália pelos acontecimentos de 1931, o Papado não deve estar descontente internacionalmente. Não terá pressa de terminar com êsse feliz «dissidio». Há-de querer mantê-lo. Talvez lhe suceda como ao outro e venha a ser maior em aparência, do que na realidade. Temos sempre de ser circunspectos àcêrca das coisas romanas. Muita gente, pensa que os conflitos pontifício-fascistas são simples questões de família. Por detrás dessa fachada, não haverá sempre, em virtude de ambos os poderes serem italianos, um incessante conluio? É a opinião do grande conhecedor Paul Gentizou. Mas Gentizou é protestante e, talvez por isso, julgue menor a fôrça de resistência da Igreja

católica. Mas se êle tivesse razão, se essa suspeita de conluio fosse fundada, então o Papado teria contribuído para a sua própria queda, a sua influência diminuiria cem cessar, deixaria, pouco a pouco, de desempenhar um grande papel internacional e o problema dos dois poderes não tornaria a aparecer.

Pela minha parte, sou levado a crer que o Papado se manterá pelo seu próprio interêsse. Essa criação, em princípio, dum Estado Vaticano, tem a sua importância. Se o Estado Vaticano é imperfeito, tem pelo menos a vantagem de existir. O grande valor do acôrdo de Latrão, está no facto de ter posto o mundo católico de sobreaviso, àcêrca dos perigos duma demasiada italianização da Santa-Sé, ao mesmo tempo que lançava a ideia duma espécie de Estado internacional.

Temos, pois, a considerar, hoje em dia, três novos factores: a surda hostilidade fascista, a opinião católica mundial e a formação dum Estado independente. Êles devem produzir, um dia, o fim dessa longa tradição dos Papas italianos, até agora fàcilmente explicavel. Ela era compreensível no tempo do poder temporal, por necessidades de administração. Manteve-se, pelas vantagens duma mentalidade, que parecia mais própria que as outras, para a gestão de interêsses mundiais.

Agora, só tem por ela o que ainda há de internacional ou de supranacional no espírito romano Se êsse velho espírito continúa com tendências para enfraquecer, se a outra Roma, a dos Duces, continúa a inquietar o mundo com as suas ambições, então os factos acumularão sôbre a Santa-Sé uma pressão de tal ordem que o pessoal vaticano terá de se internacionalizar mais e alargar-se o seu recrutamento.

CAPÍTULO UNDÉCIMO

A política exterior

Um antigo ministro italiano, o conde Sforza, escreveu o seguinte: «Não é exagerado afirmar-se que nenhum país alcançou os seus fins de guerra mais do que a Itália. Não foi certamente a França que, numa Europa sem verdadeira paz, tem sempre a temer a formidável vizinhança do Leste. Não foi a Inglaterra que, na guerra mundial, perdeu a sua velha supremacia naval. A Itália, pelo contrário, só pelo facto do desaparecimento da Áustria como grande potência, adquiriu finalmente, a sua inteira liberdade de acção e de decisão.» A Itália, antes da guerra, vivia um pouco à sombra inquietante dessa poderosa Monarquia dos Habsburgos que durante muito tempo ocupara uma parte da Península e, até 1913, reünia ainda 52 milhões de almas sob um ceptro prestigioso. Em 1918, o velho Impé-

rio ruiu e dividiu-se aos pedaços. Ao seu lado, pode considerar-se, realmente, como coisa de somenos importância, essa Iugoslávia que tanto excita os ódios italianos, pequeno Estado de 14 milhões de habitantes, duma unidade ainda mal soldada, país atrazado, medìocremente equipado para a vida. A Itália de hoje pode respirar à vontade. Os tratados de 1919 e 1920 deram-lhe todos os seus limites naturais, tôdas as suas fronteiras estratégicas e até mais do que isso. Não só deixou de haver terras italianas fora do Estado italiano, mas ainda êste engloba duas fortes minorias étnicas: 200.000 Alemães no Tirol do Sul e 300.000 Eslavos na Istria.

E, todavia, a Itália, mostra-se insatisfeita e faz recriminações ardentes e variadas. Podemos explicá-las:

Em primeiro lugar, por uma razão física: a falta de equilíbrio entre uma população excessiva e um território paupérrimo.

Em segundo lugar, por razões morais: a Itália, ontem Estado de segunda ordem, acaba de, por um esfôrço prodigioso, se colocar em alguns anos ao lado das Grandes Potências, do que resultam as seguintes conseqüências:

1.ª — Em virtude de se ver agora uma Nação forte e moderna, a Itália reconhece melhor as suas qualidades, ao mesmo tempo

que sofre mais, por tudo o que lhe falta. A nova Potência princípia a medir as conseqüências do seu atrazo. Lastima o tempo perdido na divisão e na fraqueza. A volta à saúde torna mais insuportáveis as enfermidades ainda existentes. A Itália terá maior tendência em querer satisfazer as suas necessidades de expansão, porquanto julga ter agora os meios para isso.

2.ª — A própria rapidez da sua elevação inspira à Itália um orgulho, justificável em princípio, mas, por vezes, exagerado nas suas manifestações.

3.ª — Enquanto que a Itália exagera o valor e a profundidade da sua elevação, o estrangeiro, pelo contrário, diminui-a. O conhecimento necessita de tempo. Os outros povos ainda não apreciam exactamente o esfôrço italiano e continuam agarrados às velhas ideias. A Itália irrita-se com as injustiças que se propalam a seu respeito. É duma sensibilidade extrema, em relação a tudo quanto vem do estrangeiro. Se, naquilo que se escreve àcêrca dela, há cem quilos de rosas e um grama de espinhos, a Itália só dá importância ao grama de espinhos!

4.ª — Acrescentemos ainda: um patriotismo jóvem, a exaltação de tudo que é fascista, as reminiscências dum passado que deixou tantos

vestígios impressionantes, a obsessão da antiga grandeza de Roma, o temperamento imaginativo da raça, o seu carácter impulsivo e o facto de, em virtude das fronteiras estarem, por assim dizer, fechadas, os Italianos não saírem nunca para fora da sua pátria, donde resulta que têm àcêrca da vida dos seus vizinhos apenas as noções deformantes da imprensa fascista.

São estas as principais causas do Nacionalismo sombrio da nova Itália.

Uma das Revistas do regimen tem o título característico de *Antieuropa*. Curzio Malaparte escreveu o livro *A Itália contra a Europa*. A Península recusa-se a qualquer solidariedade com um continente que a não compreende e que ela julga em via de apodrecimento. Parece que a Itália chega a tornar o mundo inteiro responsável pela sua miséria material e pelo desconhecimento que ainda tem das suas novas virtudes morais!

Vai mesmo mais longe. Lança-se em pleno imperialismo. Tôdas as revoluções são mais ou menos imperialistas porque, sendo místicas, procuram o proselitismo. O ministro Rocco escreve: «O Fascismo deve desempenhar, no mundo, a missão de civilização confiada aos povos de grande cultura e de grandes tradições, o que significa que deve dedicar-se à ex-

pansão política, económica e intelectual, fora das suas fronteiras.» Surge na Península o sentimento duma «missão» fascista que não deixa de ser nobre, mas não deixa também de oferecer os seus perigos para os povos vizinhos que podem vir a ser regenerados contra sua vontade.

Os sentimentos italianos não se contentam em ser, como o patriotismo francês, uma reacção conservadora de defeza; suscitam uma hostilidade activa, agressiva, por vezes. O Fascismo que é movimento, mocidade e amor pelo combate, necessita de um inimigo. De resto, também precisa dum para as necessidades da política interna. Contra as oposições não há nada como um «perigo exterior». Tôdas as ditaduras conhecem essa lei: que é preciso fazer esquecer ao povo as suas diminuïções interiores por meio de satisfações exteriores.

Política nacionalista e política de prestígio, são as principais características da política do Fascismo. Mas não passam de políticas negativas. No campo positivo, a política italiana é singularmente hesitante. Assim como na política interna do Fascismo encontrámos uma linha de conduta bastante firme e contínua, assim também, pelo contrário, vamos encontrar uma política exterior com a marca da incoerência.

Não vemos uma política seguida, mas políticas sucessivas, uma política de encontrões. De resto, a História nunca mostrou uma grande continuïdade de vistas na política exterior da Itália. Foi sempre uma espécie de baloiço.

Em 1870 existia um acôrdo secreto entre Cavour e Napoleão III. A Itália esperou que a vitória se desenhasse contra a França para não intervir ao lado dela. Em 1914 a Itália pertence à Triplice Aliança. Em 1915 passou para a Entente. De então para cá, vêmo-la de novo olhar para as Potências da Europa Central. Não pretendo dizer que estas mudanças de política não sejam perfeitamente explicáveis. Todas têm excelentes razões a justificá-las. Em 1870 a questão romana pareceu erguer um obstáculo insuperável. Em 1915 houve um movimento popular contra a Austria, inimiga hereditária. Após a guerra, os preconceitos democráticos franceses e a incompreensão do nosso pessoal político, irritaram a Itália e puseram-na ao lado dos nossos ex-inimigos. Daqui resulta a actual política de Roma a favor da Revisão dos Tratados de 1919. É certo que, com essa política, está uma grande parte da inteligência da Europa nova. É evidente, também, que a aliança com a Hungria é uma óptima escôlha, e que o povo magiar, hoje pequeno

pelo número, é grande pelas suas qualidades de coragem e de tenacidade. Sei tudo isso, mas sou obrigado a constatar que, na realidade, a política italiana foi sempre dominada por um realismo geralmente quási sempre isento de todo o escrúpulo sentimental.

O govêrno italiano parece não notar que êsses saltos bruscos de política o colocam mal perante a Europa. As suas faltas de 1915 continuam a pesar ainda hoje na sua situação internacional. Nem a Alemanha, nem mesmo a Hungria, se esqueceram delas.

Parece que a diplomacia Italiana peca por calcular demasiamente. Um egoismo muito imediato, é uma falta. Nas relações internacionais, como nas particulares, há interêsse em adoptar uma linha de conduta e segui-la e em honrar sempre a nossa assinatura. A fidelidade às alianças, característica eterna da política francesa, aumenta ainda o prestígio do nosso país. Há, é evidente, no temperamento italiano, uma versatilidade que o Fascismo ainda não pôde corrigir. O novo regimen inculca a êsse povo um amor pela virilidade que êle não tinha anteriormente, mas a aprendizagem ainda não terminou.

Acrescentemos, também, a isso, a pouca idade do regimen e do pessoal. O velho Ca-

tão dizia que «um génio, por maior que fôsse, não poderia suprir as lições da experiência e do tempo». O Fascismo ainda não tem tradição. A sua política externa ressente-se disso. É um domínio onde é difícil improvizar. Isso vê-se bem na sua diplomacia. É a mais intrigante que existe no mundo. Desejosos de agradar ao chefe autoritário, preocupados, sobretudo, com resultados imediatos, os agentes diplomáticos italianos têm o defeito de se agitarem demasiadamente. Assim produzem freqüentes inquietações. Pelo contrário, a própria inércia da diplomacia francesa acaba por inspirar confiança. Nas capitais estrangeiras o contraste é impressionante. Os nossos representantes, funcionários tímidos e honestos, são daqueles de quem se sabe que não há nada a temer. Enquanto que as Embaixadas fascistas caiem no excesso contrário. Fariam bem em meditar sôbre a recomendação de M. de Talleyrand: «E sobretudo, meus senhores, nada de zêlo». Encontramos as intrigas italianas em tôda a Europa, onde quer que haja qualquer perturbação da ordem, em Berlim, em Budapest, em Sofia e até no principado de Monaco. O regimen parece viver sob o signo da agitação, da precipitação e da imprudência.

À medida que se vai consolidando, vemos

desenharem-se os traços gerais duma política. O principal é polarizar os elementos de movimento da Europa, a que em matéria internacional poderíamos chamar os elementos «revolucionários». A mais interessante dessas manobras é a realizada em relação à Alemanha. O regimen procura visìvelmente associar-se com a Alemanha de Hitler contra a política das Potências conservadoras. Tenta-se aquilo a que, em Roma e em Munich, se chama «a aliança vertical». Há ainda muitas resistências, sobretudo em Berlim. Mas as divergências locais e as repugnâncias podem um dia vir a ser simples obstáculos secundários diante das necessidades e das comunidades primordiais. E êsse conluio traria para nós um futuro perigoso. A aliança dos Alpes e do Reno, é o eterno perigo da Gália!

Por enquanto, diferentes fôrças refreiam a Itália e impedem-na de se lançar em aventuras.

1.ª — A sua falta de dinheiro e de recursos materiais. Até agora, o regimen tem produzido mais efeitos morais que materiais. Fìsicamente, a Itália ainda não atingiu a perfeição. A sua sabujice em face dos Estados Unidos é um sinal de dependência e de fraqueza.

2.ª — O seu incompleto domínio da política

interna. O Fascismo tem por êle os novos, mas faltam-lhe os velhos. «Faz» as novas gerações, mas há só seis ou oito anos. A sua obra, muito recente, ainda não está concluida. Só dentro de alguns anos poderá estar senhor de si.

3.ª — O facto da Itália se sentir rodeada por mais hostilidades do que simpatias. Parece ter-se criado, em todo o mundo, como que uma Internacional anti-fascista, cujos núcleos principais devem ser constituídos pelos refugiados políticos, a maçonaria e, talvez, amanhã, a Igreja católica. Bloco considerável e tanto mais influente quanto é certo ter a política de violência fascista suscitado muitas inquietações e rancores nos países vizinhos. É por isso que encontrei em Corfu vestígios profundos do aventureiro desembarque de 1913. A nova Itália, pelas suas imprudências e pelos seus excessos, tem deixado formar-se à sua volta um verdadeiro círculo de ódio.

4.ª — A inteligência de Mussolini, sem dúvida a melhor cabeça do seu regimen e que é mais prudente do que geralmente se pensa.

Tôdas estas fôrças de moderação, representam na política italiana elementos não essenciais, mas pelo menos acessórios. Não modificam o problema fundamental da expansão

italiana. Só agirão com a condição da Itália poder satisfazer, pacìficamente, os seus desejos de expansão. Sem isso, serão as fôrças de acção que triunfarão fatalmente. Se estivesse ainda durante muito tempo afastada das riquezas dêste mundo, a Itália rebentaria. É um facto constante na História da Europa: sempre que uma Nação aumenta e chega ao seu apogeu de desejos e de expansão, provoca uma guerra continental. Todo o imperialismo exuberante é em si mesmo uma fonte de conflitos.

Não devemos contar com a repugnância da Itália pelas soluções extremas. O regimen já habituou a elas o povo e a mocidade. Isto é que é mais inquietador: as próprias formas da política fascista. Elas suspendem e desviam das reivindicações italianas muitos espíritos que estariam, talvez, bem dispostos àcêrca dessas reivindicações. Teme-se encorajar aquilo que não deve sê-lo. Nada mais perigoso que êsse sistema de intrigas diplomáticas, de excitações de nacionalismos, de exaltação de guerra, de declarações ardentes e de sôcos na mesa. Para obter pacìficamente aquilo que se pretende, mostra-se a fôrça, mas a ameaça é uma engrenagem e bem sabemos onde políticas desta ordem podem conduzir a Europa.

Quando se diz isto aos dirigentes romanos, encolhem os ombros e respondem a sorrir que

a disciplina fascista é tal que o povo lhes está absolutamente «nas mãos». Ilusão orgulhosa. As massas têm a sua vida própria, independente das directivas que se procuram impor-lhes. Nunca se tem uma multidão «absolutamente nas mãos». Depois de nela ter semeado sentimentos exaltados, nem sempre, em seguida, é possível segurá-la. As guerras não nascem das vontades dos Govêrnos, mas do ambiente. Os conflitos internacionais só são insolúveis em razão das paixões que despertam. Tudo é uma questão de atmosfera. A guerra, como o raio, só se produz numa atmosfera sobrecarregada de electricidade. É mesmo essa sobrecarga que gera o raio. Depois do que, é inútil aos povos o quererem evitá-la. É demasiado tarde para alterar o destino. Só com o seu exemplo, o Fascismo italiano incendeia os outros nacionalismos. A sua influência é certa nas convulsões da Alemanha. Sei que entre a gente mais chegada a Hitler, há agentes de Roma.

Temo que o Fascismo, talvez contra sua vontade, não termine, mais tarde ou mais cedo, por provocar uma catástrofe europêa. Se êle não fôr a causa profunda, será, pelo menos, a causa ocasional. É preciso que a Itália compreenda que o tempo dos conflitos limitados já lá vai. A política deixa de ser

local, torna-se geral. Na Europa de hoje, o Nacionalismo sobreexcitado da Itália fascista desempenha as funções dum fermento num meio pouco equilibrado. É uma mecha. Como disse Jacques Bainville, se a guerra é, por vezes, uma revolução, por vezes, também, a revolução é a guerra.

CAPÍTULO DUODÉCIMO

O conflito com a França

No conflito franco-italiano há duas espécies de elementos: os morais e os físicos:

I. Causas morais:

Os Italianos magoam-se com o afastamento em que o nosso país tem mantido o deles. A França nem sempre foi justa para com a Itália, a quem, por vezes, tratou como a um parente pobre. Nós somos um povo muito patriota; mas a França é uma Nação que leva as suas virtudes até à mesquinhês e no nosso patriotismo há, com freqüência, pouca largueza de pontos de vista.

Para com a Itália, a França foi injusta antes da guerra ferindo-a com dichotes vexatórios, foi injusta durante a guerra por exagerar as derrotas italianas, foi injusta na ocasião

da paz por não apoiar as promessas do pacto de Londres, foi injusta para com o Fascismo de que só quis ver os lados maus. As diferenças de regimen dos dois países são tão profundas que os choques eram inevitáveis. O factor político tende a desaparecer com o tempo. Hoje em dia, parece haver entre nós uma melhor disposição para com as coisas da Itália. Os Franceses olham, por fim, duma forma diferente, os seus vizinhos do Mediterrâneo. Há, em França, em todos os partidos, um real esfôrço de compreensão. Há até mais um desejo sincero de «fazer alguma coisa» a favor da vizinha Itália.

Mas como, decididamente, é preciso desesperar das coisas humanas, agora é o outro prato da balança que principia a descer, são os Italianos que, pelo seu lado, se tornam injustos para com a França. Ou seja por ressentimento, ou por excesso de orgulho, ou por mecanismo, sucede que, do outro lado dos Alpes, somos atacados sob qualquer pretexto, duma maneira exagerada. O tom da Imprensa e dos discursos a nosso respeito é quási sempre contundente. Procura-se levantar o povo contra a França, por meio de acusações contínuas e espantosas. Parece que para sustentar o nacionalismo na Península, é preciso um inimigo hereditário. Agora que

a Áustria caiu, faz-se desempenhar êsse papel pela Iugoslávia e como esta é, decididamente, um adversário muito pequeno, é à França que se dá essa honra. De tempos a tempos, quando a França parece reagir um pouco, diminui-se o andamento. Brincadeira perigosa, mas profundamente italiana.

Distingamos cuidadosamente o temporário do permanente e procuremos averiguar se há causas morais, dum carácter grave, do confito franco-italiano. Não vejo nenhuma. A jóvem e pobre Itália pode ter hoje ciumes da nossa velha riqueza, mas não creio que os Italianos detestem profundamente os Franceses. As crises peninsulares de Galofobia corresponderam sempre a períodos de choques políticos. De resto, êsse povo impulsivo e sem maldade, não é capaz de ódios sinceros. Tenho mesmo a impressão que o Italiano simpatiza fàcilmente com o Francês. Nas campanhas de excitação anti-francesa há sempre qualquer coisa de artificial. No fundo, os dois povos estão sempre prontos a darem-se as mãos. E isso pode devolver-nos a confiança. As nossas questões nunca deixam de ter um ar de discussão de família.

Estes factores sentimentais não se podem desprezar. Evitemos, contudo, atribuir-lhes

demasiada importância nos negócios políticos onde o interêsse se coloca em primeiro lugar. Parece-me que os elementos morais cedem, hoje em dia, o lugar ao desacôrdo físico.

II — Desacôrdo físico:

É duplo. Subdivide-se em reivindicações territoriais e num conflito de política geral.

A) Reivindicações territoriais:

Por várias razões, a principal das quais é o jóvem nacionalismo dos povos ora despertos do Oriente, a Itália teve de abandonar tôdas as suas ambições políticas no Levante. As reivindicações territoriais italianas parecem hoje concentrar-se na sua vizinhança directa. Em relação à França, as principais recaiem sôbre Nice, a Saboia, a Córsega, a Tunisia e a África.

1.ª — Nice, a Saboia e a Córsega:

Há, na Itália, quem as reclame. Não só indivíduos isolados, mas até grupos organizados: em Livorno, é a associação chamada «Archivio histórico corse» e o jornal *Telégrafo;* em Turim é o *Corrierino corse* e as suas espantosas campanhas. Eu próprio vi, em Brindisi, nos escudos fascistas, a Córsega pintada da mesma côr da Península. Em Ge-

nova, placas de mármore oficiais fazem figurar a nova Itália com Nice, a Saboia, a Córsega e a Tunísia como partes da Península. Os livros escolares ensinam às crianças que êsses territórios «pertencem provisòriamente» a Nações estrangeiras. O manual de geografia de Pierre Gribaudi, usado nas cinco classes elementares, sob o título: «A Itália não compreendida no reino» indica: a República de São-Marino, o Principado de Mónaco, o arquipélago de Malta, o Cantão suísso do Tessino, a região de Nice e a Córsega. É idêntica a enumeração nos cursos de geografia oficial «para os gimnásios inferiores». Possuo todos êsses textos. Em Itália parece excitar-se o sentimento dum novo irridentismo. Quero crer que isso não faz parte dum plano de conjunto do Govêrno; mas, pelo menos, é inegável que êsse regimen de polícia poderosa o deixa fazer e o tolera e em ditadura, tolerar quer dizer encorajar. Ora as regiões reivindicadas pertencem, incontestàvelmente, à França e de forma alguma à Itália. Pelo contrário, os Corsos parecem-me sofrer de italofobia. Essa vontade de continuarem a ser Franceses é uma evidência que se devia impôr do outro lado dos Alpes. A França, detentora de territórios italianos, é uma lenda e deixá-la propalar-se é jogar com cartas falsas.

2.º — A Tunísia:

Na Tunísia existiu sempre e existe ainda hoje, uma importante colónia italiana. A ocupação francesa em 1881 limitou-se a adiantar-se à da Itália. Roma não pôde resignar-se à perda do território onde era situada Cartago. As suas reivindicações são suficientemente conhecidas para me dispensarem de citar aqui as suas variadas manifestações. Contudo, a nossa situação é bem melhor do que julgam os próprios Franceses da metrópole, por várias razões:

1) A desproporção entre Franceses e Italianos diminue constantemente, em conseqüência: por um lado, da diminuïção da imigração italiana; por outro lado, da fecundidade dos Franceses coloniais; e finalmente, do resultado normal das naturalizações. As estatísticas são tranqüilizadoras. A última em data, a de 1931, indica, pela primeira vez, um excesso da população francesa sôbre a italiana.

2) Os emigrantes italianos para a Tunísia são, no geral, oriundos das províncias meridionais, Calabria, Sicília, etc...., que não se caracterizam pelo seu patriotismo.

3) Os colonos expulsos da Itália pela miséria sentem-se mais felizes na Tunísia onde ganham melhor a vida e onde a administração francesa, muito doce, é, em virtude do próprio

excesso da sua facilidade, um elemento de assimilação. Pelo contrário, as agitações fascistas repelem.

4) Enquanto na Tunísia, o Francês é geralmente grande proprietário, funcionário ou oficial, por conseqüência, muito distante, o Italiano é operário ou artífice, em contacto e em concorrência directa com os indígenas, chegando até a rivalizar com êles em sobriedade. No desprêzo geral dos mahometanos pelos «rumiis», há diversas modalidades: os Italianos são mais detestados que os Franceses.

5) Os Judeus de África, numerosos, ricos e influentes, são muito dedicados à França, à qual muito devem. Ora, o Fascismo não os pode atrair nada. A política judeofila da França é talvez discutível, é possível que o futuro a condene, mas é um facto o constituir ela nêste momento em todo o mundo uma corrente de simpatias activas.

6) Na vizinha Tripolitânia, os Italianos para dar vasante ao excesso da sua população procederam, para com os indígenas, a rigorosas medidas de expropriação e de transplantação. Nessa África mussulmana tudo se faz e nada se esquece. A política colonial de Roma não lhe pode servir de réclame.

Por tôdas estas razões os esforços fascistas

na Tunísia caiem num terreno hostil. Antigas convenções franco-italianas, opõem-se à aplicação aos Italianos do direito comum em matéria de naturalização. Isso prejudica a assimilação do elemente italiano, mas o movimento de francização da Tunísia é irresistível. A chamada «hipoteca italiana» nada tem de inquietante. Se temos interêsse em a levantar é porque nos é precioso tudo o que possa melhorar o nosso grande Império do norte de África.

3.º — A África:

Julgo que a verdadeira ambição do Govêrno de Roma é chegar à partilha da África em três partes: A África oriental, do Cabo ao Cairo, para a Inglaterra; a África ocidental de Alger ao Sudão para a França; a África Central da Tripolitânia até à foz do Congo para a Itália. Somos levados a pensar que a política italiana tende para esta solução, pela concordância dos factos seguintes:

1) — A ocupação activa do Sul da Tripolitânia e o emprêgo de meios desproporcionados com o valor do fim.

2) — A persistência das reclamações da Itália àcêrca dessa região entre a Tripolitânia e o Tchad, chamada o Burku e o Tibesti, actualmente pertencentes à França e cujo valor económico é nulo. Não é lá possível nenhuma colonização europeia.

3) — Manifestações bastante estranhas, como o vôo de reconhecimento sôbre os territórios franceses, da esquadrilha militar do ministro Balbo em Julho de 1931.

4) — O projecto dum caminho de ferro transafricano no menor comprimento do continente negro, de Tripoli a Leopoldvile.

5) — A vontade proclamada de chegar ao Tchad. Artigos do ministro Cantalupo no *Corriere della Sera*, de que é director Turatti, antigo secretário geral do Partido fascista. Artigos do *Guiornal d'Italia*, da *Gazetta del Popolo* e no *Il Regime fasciste*.

6) — O facto dessas regiões terem sido mais ou menos prometidas por ocasião do famoso acôrdo de Londres, em 1915.

7) — O Tchad, não um lago, mas uma simples laguna sem navegação interior, não é uma finalidade. Só é e só pode ser uma *étape*. Uma *étape* para quê? O mapa mostra-o: o Tchad é a *étape* para o Cameron e para o Congo.

8) — O Congo belga é um imenso território, infinitamente rico, de colonização possível e dum futuro considerável.

9) — A actual fraqueza da Bélgica. As lutas entre Wallões e Flamengos, mais graves do que se pensa, não são, infelizmente, uma simples questão de línguas, mas alguma coisa

pior: uma questão de raças. Só pode achar-se a solução, num prudente federalismo. Mas perante as dificuldades e essas disputas, alguns espíritos imaginativos chegam até a levantar a hipótese duma cisão e duma sucessão belga, como acontecimentos possíveis.

10) — As missões italianas, oficiais ou oficiosas, no Congo Belga.

11) — A criação, que a Imprensa fascista classifica de «grandiosa», duma «base de expansão» italiana na porção da Angola portuguesa, onde termina a linha férrea de Katanga belga.

12) — O casamento do Príncipe Humberto com uma Princesa belga, no qual se julgaram ver intuitos políticos reservados da parte de Roma.

Se estas ambições existem realmente, interessam directamente à França, porque, quer a Itália pretenda o Cameron ou o Congo Belga, de qualquer maneira é preciso tocar na nossa África equatorial. Precisamente, nós já tínhamos cedido essas regiões equatoriais à Alemanha em 1911. Pode perguntar-se se a Itália imperialista não medita uma espécie de golpe de Agadir. Espero, por ela, que assim não seja, mas tais processos parecem, a muitos dos meus compatriotas, bastante no estilo fascista e o exemplo dos nossos abandonos de

1911 pode parecer-lhes de mau agouro. É um facto que as nossas concessões de então só serviram para abrir o apetite à Alemanha e, deixando-a insatisfeita, o ligeiro lucro deu-lhe o gôsto para recomeçar tão frutuosas operações, até ao dia em que se atingiu o limite de conciliação. A política de intimidação, termina sempre por provocar uma política recíproca de resistência e então surge o conflito.

Sentimo-nos, sobretudo, impressionados pelo princípio duma dádiva sem contra partida Porque, em suma, quando se pensa friamente chega-se à constatação interessante de que a França é tão rica que a satisfação completa das reivindicações italianas não a empobreceria por aí além. Mais tarde ou mais cedo, é necessário reorganizar a Europa, hoje sem condições de vida fáceis. Mais tarde ou mais cedo, será preciso realizar uma nova distribuïção de alguns mandatos coloniais. Mais tarde ou mais cedo, a França poderá ficar colocada diante de problemas e de necessidades tão graves, que a posse de tantas terras longiqüas se tornará bem acessória.

Podem vir a soar horas em que uma solidariedade franco-italiana se tornará necessária acima de tudo. Por isso, somos levados a pensar que um acôrdo no campo territorial, por

mais difícil que ainda pareça, será, todavia, possível.. A divergência territorial franco-italiana pode acabar por se resolver amigàvelmente, mas o que no-lo impede, o que dificulta hoje em dia qualquer acôrdo, são por um lado os métodos do Govêrno fascista, e por outro o próprio fundo da política de expansão da Itália, o que quer dizer que as divergências franco-italianas são, na verdade, um conflito de política geral.

B) Conflito geral:

1.º — Surge, em primeiro lugar, um conflito de formas. Os métodos da política italiana a nosso respeito são realmente irritantes e pouco delicados. Ameaças em demasia. Uma tal atitude para com um país como o nosso, constitue uma falta diplomática e um êrro profundo de psicologia. Um jornal inglês, o *Sunday Referee*, escrevia de Londres: «A política italiana quere aterrorizar os Franceses. Isto é considerado por nós como uma falta de inteligência; a experiência tem sempre demonstrado que, quando são ameaçados, os Franceses tomam uma atitude inflexível, enquanto que, quando se lhes fala com brandura, se tornam menos rigidos». A França, apesar de tudo, é uma senhora da alta roda, acostumada a ser tratada com consideração. Não se trata o nosso país como a um simples Estado balkânico. O Palácio Chigi

compreende melhor a política oriental do que a ocidental.

2.º — Principalmente, há uma total divergência de fundo de políticas gerais. A grandeza, ainda recente, dum país que estavamos habituados a olhar como medíocre surpreende-nos um pouco, mas inquieta-nos ainda mais. O aparecimento duma grande nação mediterrânea é, para nós, um acontecimento importantíssimo. É um dos factos mais notáveis da nossa situação internacional nos últimos anos. Implica com êsse império colonial que cada vez mais estimamos e ameaça directamente a nossa linha Marselha-Alger, ao longo da qual está tôda a península à espreita. Pode dizer-se que o eixo tradicional da política francesa se deslocou. Ontem, orientado ùnicamente para o Reno, para Leste, vê-se hoje obrigado a voltar-se para o Mediterrâneo, para o Sul.

Uma nova frente, um novo país. É bom reflectir. Êsse aparecimento que nos parece inesperado, é a conseqüência natural da unidade italiana que nós quisemos e à qual demos o nosso auxílio. As divergências de 1931, preparámo-las nós em 1859. Napoleão III deixando a Prússia esmagar a Áustria na batalha de Sadowa, era já o pai do Anschluss; êsse mesmo Napoleão III desembaraçando em Magenta a Itália da Áustria, assinou o prefácio da actual

rivalidade. Bem o viu um contemporâneo, um grande Estadista, Thiers. Sempre hostil aos idealismos do seu soberano, fizera em 16 de Abril de 1865, êste aviso profético ao Corpo Legislativo:

«Eu era contrário à guerra de Itália porque «estava convencido que a guerra trazia ime-«diatamente consigo uma tentativa de unifica-«ção e que, na minha opinião, a união da «Itália não era desejável para a França e era «mesmo pouco desejável para a própria Itália. «Com os olhos fixos no Grande Livro da «História, onde se aprende tudo o que interessa «à segurança e à grandeza dos Estados, pro-«curo o exemplo duma Potência esforçando-se «por erguer junto à sua fronteira, mesmo às «suas portas, uma potência quási igual a si «mesma e com a qual será preciso contar ou «lutar mais tarde ou mais cedo. Procuro e não «encontro. Encontro até, por tôda a História, «exemplos contrários e sem remontar muito «longe no passado, examinando apenas os dois «últimos séculos, o que vemos?

«Hão-de responder-me, é verdade, que isso «é política velha. Bem o sei e permitam-me «que vo-lo diga, sorrio quando ouço, a res-«peito de assuntos de tal forma graves, falar «em velha e nova política e, sobretudo, quando «vejo a separação que estabelecem entre uma «e outra.

«Oh! quando, ao tratar da política interna, «se diga que há uma política nova, está certo. «Foi preciso, com efeito, obrigar os Reis «a dividir a sua influência com as classes «superiores, depois a partilhá-la com as clas- «ses médias ou inferiores e, para isso, eram «indispensáveis novas formas. Mas, na polí- «tica externa, por mais que remonte até à «antigüidade, vejo sempre que a política exte- «rior é essa velha prudência dos Estados «vigilantes, de ôlho sempre aberto para todo «o que os cerca, para impedir os pequenos de «se tornarem grandes, os grandes de se tor- «narem ainda maiores, de se tornarem inquie- «tadores, numa palavra! É, digo eu, a mesma «prudência e a mesma vigilância.

«A unidade da Itália não era desejável para a França.»

Desde que a Itália, tardiamente formada, delimitou o seu Império, desde que quis pôr o nariz de fora, tinha que encontrar pela frente a velha e grande França, já instalada à sua volta no Mediterrâneo. A fôrça expansiva do novo Estado tinha de, fatalmente, bater nos nossos flancos. A nossa Nação tinha um avanço de muitos séculos. Fomos, cronològicamente, o primeiro Estado Europeu. Há uma série de conhecimentos adquiridos, sôbre os quais nós ainda vivemos. Pelo contrário, a Itália chegara

muito nova a um mundo muito velho. As cartas já estavam dadas. Ela só pôde fazer o seu jôgo com os restos dos outros. É êste o drama actual.

Parecem poder-se fixar origens ainda mais remotas às divergências franco-italianas. Retiremos da História todo o período em que a Península esteve dividida, em que, para falar com propriedade, não havia Itália, remontemos ao único Estado italiano anterior ao actual, isto é, à Roma antiga. Que vemos? Que se examinarmos com atenção os conflitos decisivos de Roma, vemos que todos êles foram com os Gauleses. A única vez que a Cidade eterna foi tomada, foi-o pelos Gauleses de Breno. O próprio Aníbal, não entrou em Roma. Cícero qualificava os Gauleses, no Senado, como «os inimigos eternos» da Península. Uma das mais gloriosas guerras romanas foi a conquista do nosso país. Foi ela que fez a fortuna de Cesar e deu o sinal da queda da República. O Império Romano apareceu com a nossa derrota. A longa paz que se lhe seguiu só proveio, de resto, da nossa submissão e, depois, da divisão italiana. Mas ora sucede que cessou essa divisão e que se reconstitue um novo Império. E foi o imprudente Napoleão III que ajudou a sua formação!

Parece não poderem coexistir dois grandes povos nas velhas praias do Mediterrâneo ocidental, tendo que se optar ou pela grandeza italiana ou pela nossa. Ora hoje somos nós que possuímos Alger e Tunis: a guerra púnica após a guerra da Gália. Temo que, no actual conflito franco-italiano, haja qualquer coisa de fatal e que o poderio internacional ambicionado pelo Fascismo, só possa edificar-se sôbre as ruïnas ou restos da nossa grandeza.

Mesmo no presente, o que vemos? O poderio político da França atingiu o cimo, o da Itália está a subir. Entre uma e outra nação estabelece-se o conflito da imobilidade satisfeita e da acção ambiciosa, o encontro do movimento e da inércia, a hostilidade da fome e da digestão, o choque do dinâmico contra o estático.

É assim que o conflito franco-italiano chega a ser maior que o seu quadro material. Libertando-se das suas contigências locais ou superficiais acaba, no fundo, por se mostrar como a irredutível divergência, no plano internacional, entre um velho e um novo regimen.

Para realizar tôdas essas ambições e para retirar à França o ceptro tradicional da primazia latina, que passara para a Gália após a queda de Roma, a Itália deveria provar que soube voltar a todo o seu antigo esplendor,

deveria mostrar a superioridade da sua nova ética política, contra-partida e adversária da nossa. O sistema democrático é duplamente nosso, porque fomos nós que o fundamos, o proclamamos e o espalhamos por tôda a Europa. Quem é mais representativa do que a França, a pátria da Declaração dos Direitos de 1789? Pelo nosso passado, pela nossa reputação, até, no fundo, pelos nossos gostos, somos os verdadeiros campeões da Democracia. Se ela deve morrer, os seus últimos dias vivê-los-á entre nós.

A antítese política, é acompanhada por uma antítese de regimen social. O nosso, contínua a ter um fundamento individualista enquanto que o Fascismo é colectivismo. Vamos até ainda mais longe. Por um lado, a Democracia nasceu do velho espírito Cristão. Por outro lado, a mística fascista é anti-cristã. A questão política não revestirá também a forma religiosa? É bom não nos fiarmos nas aparências. A franco-maçonaria e o livre-pensamento são, no fundo, seitas cristãs chismáticas, heresias que remontam aos nossos filósofos do século XVIII. Estão muito afastadas do verdadeiro espírito pagão e a III República está mais próxima dos Evangelhos, do que o Mussolini do Tratado de Latrão. Luta de mística, luta de cultura, luta de civilização, é o que

se desenvolve entre os países ou melhor, por detrás deles. Porque tudo isto é ainda bastante inconsciente e informe. Mas tudo se encontra em germen na oposição fundamental das estruturas sociais e morais dos dois antagonistas. A atitude dos nossos homens da «esquerda», naturalmente hostís a um entendimento com a Roma fascista, é um reflexo. Se alguma vez se vier a estabelecer um acôrdo, — falo, é claro, dum acôrdo profundo,— é porque, antes disso, alguma coisa terá mudado, tanto em França como na Itália. Não há problemas sem solução. A questão é que dos dois lados a queiram encontrar.

E assim, sem o querer, o problema passa para o campo das ideias. O conflito ideal incarna-se no conflito material. De hoje em diante, ambos são solidários.

O problema França-Itália transforma-se num problema universal. Em virtude do nosso país ter atrás de si um imenso passado moral, em virtude de êle ter, durante muito tempo, servido de guia ao mundo inteiro, sucede que, como escrevem Aron e Daudieu «qualquer questão que interesse à França amplia-se imediatamente e interessa a humanidade.»

Quer se queira quer não, o conflito franco-italiano é o conflito do Fascismo e da Democracia. É o problema da Europa.

CONCLUSÕES

Nas horas trágicas que atravessa, terá a Europa de despir a sua velha vestimenta de Democracias como sendo um trage demasiado largo? Poderemos nós conservar o seu lugar à nossa feliz Democracia, talvez demasiado feliz, demasiado fácil?

Sei tudo o que se pode censurar nêsses regimens confusos. Conheço-lhes os defeitos e os vícios. Como vivo no meio dêles, todos os dias os vejo, atingem-me freqüentemente, fazem-me, por vezes, sofrer. Mas, tal qual é, a nossa República é a Liberdade. E já é muito. O homem há-de sempre adorar a independência; há-de acostumar-se à sua perda com menos facilidade do que se julga.

O Fascismo faz um esfôrço desesperado para, ao que êle próprio destruiu, substituir outra coisa e para ligar o Italiano a no-

vas noções morais. O seu esfôrço impressiona, os seus resultados são admiráveis. Mas como tudo isso e até a grandeza da Pátria, nos parece caro pelo preço porque foi pago! Também Júlio César restabelecera a ordem, melhorara a condição dos cidadãos, elevara o nome de Roma e deixara obras eternas. E contudo Servius Sulpicius escrevia a Cícero: «A fortuna despojou-nos dos bens que eram para nós mais preciosos, pois com a liberdade, levou a dignidade e a honra...» Só após muitas lutas sangrentas e muitos anos se pôde estabelecer um despotismo contínuo. Então, como diz Tacito: «Já não havia ninguém que tivesse conhecido a República».

Salvemos, portanto, a liberdade, enquanto fôr possível salvá-la. Isso não será, porém, possível sem sacrifícios. O preço da liberdade, dizem os Ingleses, é uma eterna vigilância. A liberdade é um problema de equilíbrio, equilíbrio que é preciso corrigir constantemente. É inútil pensar que a França pode continuar a consumir-se numa inércia satisfeita. À nossa volta os povos da Europa estão em plena elaboração do futuro. E nós, Franceses, continuamos agarrados a ideologias caducas. No meio dum mundo em efervescência, a França parece uma ilha do passado; tor-

nou-se um paradoxo e não devemos iludir-nos quanto à duração dos paradoxos. A vida é sempre movimento, A imobilidade é contrária às leis da Natureza. O *statu quo* nunca pode manter-se sem modificações. As crises obrigam a procurar o equilíbrio. Se nós não o soubermos obter é porque, então, as doces democracias só são possíveis num estado de euforia e não servem para os períodos de grande agitação. O Fascismo é apenas uma fase da revolução mundial. É um dos elementos que forçarão os Estados rotineiros a modernizarem-se. É uma crítica das nossas instituïções envelhecidas. E não é a única. Há, também, os Soviets russos, e ainda a Alemanha de Hitler. Na confusão da Europa, o Fascismo e o Comunismo têm o grande mérito de possuírem vontades positivas. Para nós, não pode pensar-se em copiar nem a Itália, nem a Rússia. Cada nação fabrica um regimen específico. Mostesquieu o disse: «As leis devem ser de tal forma próprias para o povo para o qual são feitas, que só por acaso notável, as dum país podem servir para outro». Eu compreendo as reacções dos meus compatriotas contra sistemas que não lhes podem servir. Mas os fenómenos esporádicos da Rússia, da Alemanha e da Itália devem incitar-nos a reflectir.

O mundo só poderá, realmente, escolher entre a anarquia presente, o Fascismo ou o Comunismo? Deve ser possível encontrar qualquer outra coisa, ou mais sólida ou mais humana. Desejaria que isso fôsse obra do génio francês.

FIM

INDICE

	PÁG.
Preâmbulo.	5
Capitulo primeiro — A Itália	7
Capitulo segundo — Aparecimento do Fascismo ..	16
Capitulo terceiro — Princípios do Fascismo. ..	23
Capitulo quarto — O Funcionamento Político ..	45
Capitulo quinto — Os Resultados	66
Capitulo sexto — O Esfôrço Social	82
Capitulo sétimo — A Mística do Regimen	104
Capitulo oitavo — A Mocidade.	116
Capitulo nono — A Questão Religiosa	141
Capitulo décimo — A Situação do Papado.. ..	153
Capitulo undécimo — A Política Exterior	163
Capitulo duodécimo — O Conflito com a França ..	176
Conclusões	195

DESTA 1.ª EDIÇÃO DÊSTE LIVRO FÊZ-SE UMA TIRAGEM DE DOIS MIL EXEMPLARES.